



Tatiana Charpinel Pereira D'Elia

**Mulher, maternidade e trabalho: dilemas
contemporâneos**

Dissertação de Mestrado

**Dissertação apresentada como
requisito parcial para obtenção do grau
de Mestre pelo Programa de Pós-
graduação em Psicologia do
Departamento de Psicologia da PUC-
Rio.**

Orientadora: Andrea Seixas Magalhães

**Rio de Janeiro,
fevereiro de 2009**



Tatiana Charpinel Pereira D'Elia

**Mulher, maternidade e trabalho:
dilemas contemporâneos**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof^a. Andrea Seixas Magalhães
Orientadora

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Prof. Bernardo Jablonski

Departamento de Psicologia – PUC-Rio

Prof^a. Maria Lucia Rocha-Coutinho
EICOS - UFRJ

Prof. Paulo Fernando Carneiro de Andrade
Coordenador Setorial de Pós-Graduação
e Pesquisa do Centro de Teologia
e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, ___/___/2009.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Tatiana Charpinel Pereira D'Elia

Graduou-se em Psicologia na UNESA (Universidade Estácio de Sá) em 2001. Pós-graduou-se em Psicoterapia Breve pela Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, em 2003. Atualmente trabalha como psicóloga escolar e participa do grupo de Pesquisa coordenado pelo Prof. Bernardo Jablonski, na área de Casal e Família do Departamento de Psicologia da PUC-Rio.

Ficha Catalográfica

D'Elia, Tatiana Charpinel Pereira

Mulher, maternidade e trabalho: dilemas contemporâneos / Tatiana Charpinel Pereira D'Elia ; orientadora: Andrea Seixas Magalhães. – 2009.

115 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Psicologia)– Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Maternidade. 3. Trabalho. 4. Gênero. I. Magalhães, Andrea Seixas. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD 150

Para a Ananda,
princesinha da mamãe,
maior fonte de inspiração.

Agradecimentos

Agradeço, antes de tudo, às participantes deste estudo. Por terem aberto não só as portas de suas casas, mas também de seus corações. Por terem compartilhado comigo suas histórias, suas emoções e seus questionamentos. Muito obrigada por me receberem, por me permitirem conhecê-las e escutá-las.

Agradeço à minha orientadora, Andrea Seixas Magalhães, pela dedicação, carinho e estímulo constantes ao longo de todo o curso. Sua postura firme e afetuosa, foi responsável por tornar nossos encontros não só produtivos como também muito prazerosos.

Agradeço ao professor Bernardo Jablonski pela atenção, pela generosidade e pelas excelentes sugestões que muito contribuíram para o trabalho.

Agradeço à professora Maria Lúcia Rocha-Coutinho que, através de seus estudos, inspirou minhas reflexões; e pela gentileza de ter aceitado o convite para ler o trabalho e participar da banca examinadora.

Agradeço a toda a minha família pelo apoio e incentivo durante estes últimos dois anos; em especial aos meus pais, Áurea e Manuel, pela revisão carinhosa do texto; ao meu marido Giovanni e à minha querida filha Ananda, pelo amor e pela compreensão com as minhas ausências...

Agradeço também aos colegas do mestrado pela animação, entusiasmo e companheirismo demonstrados ao longo do curso.

Agradeço ainda aos demais amigos que de alguma forma colaboraram, me apoiaram e me incentivaram a seguir em frente.

Resumo

D'Elia, Tatiana Charpinel Pereira; Magalhães, Andrea Seixas. **Mulher, maternidade e trabalho: dilemas contemporâneos**. Rio de Janeiro, 2009. p. 115. Dissertação. Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

As mudanças observadas na sociedade a partir da entrada das mulheres no mercado de trabalho levaram o modelo de família tradicional e as relações de gênero a serem questionados. Devido à redução do número de filhos propiciada pelo avanço dos métodos de contracepção e ao aumento da escolaridade feminina, a mulher atual pode se dedicar à vida profissional e obter sucesso nas mais diversas áreas. Possuir uma carreira tornou-se um valor importante para a mulher contemporânea. No entanto, a despeito destas mudanças, ainda hoje as mulheres tendem a assumir uma maior parcela de responsabilidade no que diz respeito aos cuidados com os filhos, já que a maternidade permanece sendo vista como prioritária na vida de uma mulher. As dificuldades envolvidas na conciliação entre maternidade e trabalho, sobretudo nos primeiros anos de vida dos filhos, têm levado muitas mulheres a abandonar até mesmo carreiras bem-sucedidas, fruto de dedicação e investimento, para se voltar exclusivamente aos cuidados com a prole. Com o objetivo de investigar as motivações, sentimentos e expectativas envolvidos nesta decisão, realizamos um estudo de campo com oito mulheres das camadas médias, com filhos pequenos, que fizeram esta opção. Da análise do discurso das entrevistas emergiram sete categorias, que configuraram os temas primordiais dos relatos das participantes, envolvendo o foco na vida profissional, a mudança dos objetivos de vida após a maternidade, a valorização da presença da mãe na vida dos filhos, a avaliação da convivência com os filhos, o apoio do cônjuge, o retorno ao trabalho relacionado a uma cobrança social, e a importância do tempo livre. Nossos resultados apontam principalmente para um retorno de valores tradicionais, menos individualistas, além da revalorização da vida privada como meio de transformar o mundo do trabalho.

Palavras-chave:

maternidade, trabalho, gênero.

Abstract

D'Elia, Tatiana Charpinel Pereira; Magalhães, Andrea Seixas. **Woman, motherhood and work: contemporary dilemmas.** Rio de Janeiro, 2009. p. 115. Dissertation. Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The observed changes in society from the entry of women into the labor market, led the traditional family model, as well as gender relations, to be questioned. Due to reduction in the number of children provided by the advancement of contraceptive methods and the increase in female education, women today can devote to work and succeed in several areas. Having a career has become an important value for the contemporary woman. However, despite these changes, women still tend to assume a greater share of responsibility in regard to care of children, because motherhood is still viewed as a priority in the life of a woman. The difficulties involved in reconciling motherhood and work, especially early in life of children, have led many women to abandon successful careers, resultant of dedication and investment, to return only to care for the offspring. Aiming to investigate the motivations, feelings and expectations involved in this decision, we conducted a field study with eight middle class women, with small children, who did it. Seven categories have emerged from discourse analysis of interviews, which set the primary themes of the reports of participants, involving a focus on life, the change of the goals of life after having children, highlighting the presence of the mother in the lives of children, evaluation of living with their children, support of spouse, return to work related to a social recovery, and the importance of free time. Our results point mainly to a return to less individualistic, traditional values, besides the upgrading of privacy as a means of transforming the workplace.

Keywords

motherhood, work, gender.

Sumário

1. Introdução	9
2. Família brasileira: do patriarcado colonial à invenção do discurso da maternidade na era moderna	14
2.1. A família colonial: todo o poder ao pai	14
2.2. A família burguesa e o enfraquecimento do patriarcado	17
2.3. O declínio do patriarcado no mundo	19
2.4. O surgimento da família moderna e a transformação da mulher em mãe	22
3. Contribuições dos movimentos feministas e dos estudos sobre a mulher: a luta pela igualdade	28
3.1. O feminismo e o direito à diferença	31
3.2. Maternidade, diferença e divisão sexual do trabalho	33
3.3. Diferença e hierarquia: impasses modernos	42
3.4. A revalorização do cuidado: o resgate da história das mulheres	46
4. Mulher e trabalho: a situação atual	51
4.1. Tempo e qualidade de vida: o luxo contemporâneo	59
5. A pesquisa	65
5.1. Sujeitos	65
5.2. Instrumento	67
5.3. Análise dos dados	68
6. Resultados e discussão	70
6.1. Foco total na vida profissional	70
6.2. Mudança dos objetivos de vida após a maternidade	74
6.3. Resgate do prazer na maternidade: valorização da presença da mãe	78
6.4. Avaliação da convivência com os filhos	82
6.5. Apoio do cônjuge	87
6.6. Retorno ao trabalho: cobrança social	89
6.7. Reengenharia do tempo livre	97
7. Considerações finais	102
8. Referências bibliográficas	110
Anexo 1	114
Anexo 2	115

1. Introdução

As grandes transformações sociais ocorridas nas últimas décadas, especialmente a entrada da mulher no mercado de trabalho e os avanços no campo da contracepção, tiveram grande impacto sobre as famílias. A conquista de direitos civis, o acesso à educação e a diminuição do número de filhos, permitiram à mulher das camadas médias da população investir cada vez mais no seu desenvolvimento profissional.

Nos últimos anos trabalhando em uma escola particular voltada para a Creche e Educação Infantil no Rio de Janeiro, como psicóloga escolar, tenho tido a oportunidade de conhecer e acompanhar diversas famílias com filhos pequenos, nas quais, em muitos casos, pais e mães trabalham em período integral. As mães destas famílias são mulheres que ocupam posições nas mais diversas áreas profissionais, como engenharia, administração, direito, etc. O número de horas dedicadas ao trabalho varia bastante; contudo, para muitas, a jornada-padrão de oito horas é a mais comum.

Vem particularmente me chamando a atenção a dificuldade encontrada pelas mães em conciliar as necessidades dos filhos e as demandas do trabalho. Muitas reduzem a carga horária, especialmente aquelas que são mães de crianças de até dois anos; entretanto a maioria precisa retornar ao trabalho tão logo chegue ao fim a licença-maternidade. Este momento, que geralmente coincide com a entrada da criança na escola, é com freqüência vivido pelas mulheres com grande sofrimento.

Em nossos encontros, muitas relatavam seu desejo de diminuir o ritmo ou até mesmo de parar de trabalhar, o que não era visto como sendo financeiramente viável. Apesar de praticamente todas contarem com o auxílio de empregadas domésticas, ou das avós, a assistência aos filhos não era a que consideravam ideal na medida em que o tempo que dispunham com eles não lhes permitia desempenhar seu papel a contento. A partir desta experiência, comecei a me questionar acerca das

crenças, expectativas, valores e sentimentos que moviam aquelas mulheres, o que acabaria me levando à pesquisa.

Após o levantamento inicial da literatura acerca do tema, realizado já no Departamento de Psicologia da PUC-Rio, em parceria com a Orientação, decidimos entrevistar mulheres que realizaram aquilo que as mães dos alunos da escola apenas sonhavam fazer: abandonar as carreiras a fim de poderem se dedicar à criação dos filhos. Que fatores influenciaram nesta escolha? O que a maternidade significa para essas mulheres? E qual a importância da carreira em suas vidas? Como se sentem em relação à sua nova vida?

O presente trabalho busca compreender melhor estes e outros questionamentos, através de um enfoque psicossocial, na medida em que acreditamos que não só a história particular do sujeito, como também o contexto social no qual está inserido, possui influência em seu modo de ser, pensar e de agir no mundo.

Na visão de Rocha-Coutinho (2007), a entrada de um número cada vez maior de mulheres de classe média no mercado de trabalho, juntamente com o processo de modernização pelo qual o país vem atravessando nas últimas décadas, vem fazendo com que o modelo tradicional de família, formado pelo pai provedor e pela mãe dona de casa, tenha passado a ser questionado. Este fato, segundo a autora, vem acontecendo entre certos segmentos das classes médias urbanas brasileiras. Contudo, embora esses grupos sejam guiados por valores individualistas, antiautoritários e igualitários, tais valores estariam presentes somente como um ideal, ou seja, apesar de fazerem parte do discurso social, eles não norteariam as práticas sociais, onde o modelo tradicional ainda é uma realidade.

A despeito das mudanças, diversos estudos (Jablonski, 1998, 2003; Araújo e Scalon, 2005; Rocha-Coutinho, 2007) demonstram que ainda hoje as mulheres tendem a assumir uma maior parcela de responsabilidade no que diz respeito aos filhos. Percebe-se a existência de posições menos tradicionais em relação ao envolvimento feminino com a vida profissional, que não vêm acompanhadas de redefinições do papel

maternal, ainda visto pelas mulheres como algo que dá sentido e preenche as suas vidas.

As demandas profissionais cada vez mais intensas dos dias atuais, que cobram um alto envolvimento do trabalhador, vêm demonstrando que o mundo do trabalho, da maneira como está estruturado, é incapaz de considerar as necessidades da vida privada. Pais e mães, cada vez mais ausentes de casa por conta do trabalho, não estão dando conta de atender às necessidades dos filhos. Assim, na medida em que se tende a atribuir as obrigações da vida doméstica às mulheres, são as suas carreiras as mais atingidas com a chegada de um bebê.

As dificuldades envolvidas na conciliação entre maternidade e trabalho, notadamente maiores quando os filhos ainda são pequenos, e o desejo de acompanhar mais de perto o desenvolvimento físico e emocional destes, tem levado muitas mulheres a abandonar completamente – e não somente diminuir o ritmo de trabalho - até mesmo carreiras de sucesso, para poderem se dedicar melhor à criação dos filhos.

Iniciamos nossa revisão da literatura fazendo uma retrospectiva da família brasileira desde a época da colonização. Neste capítulo, discutiremos as transformações que marcaram a história da família, como o enfraquecimento progressivo do patriarcalismo, o surgimento da burguesia ocorrido a partir da difusão dos ideais românticos na sociedade brasileira e a entrada no período industrial.

À medida que a família vai se modificando, o mesmo ocorre em relação ao papel da mulher dentro da sociedade: no modelo patriarcal tradicional, as mulheres estavam presas ao domínio doméstico e serviam à família. Elas participavam do domínio da produção, mas não eram reconhecidas e, como não tinham acesso à educação e aos meios econômicos, eram totalmente dependentes dos homens. Com a introdução dos ideais românticos e burgueses na sociedade, e também a partir da valorização da maternidade ocorrida na modernidade, elas começam a se educar, passando a reivindicar uma mudança de status social.

No capítulo seguinte, traçamos um panorama das contribuições dos movimentos feministas que surgiram durante os anos 60 e 70, que foram responsáveis pela introdução de ideais igualitários na família e que muito influenciaram na mudança do papel feminino na sociedade. Visitamos também os estudos antropológicos sobre a mulher a fim de ampliarmos nossa visão a respeito da inserção da mulher na família. Acompanhamos a seguir a discussão sobre igualdade e diferença na evolução do pensamento feminista.

Ainda no mesmo capítulo, discutimos os fatores que estariam influenciando na permanência da configuração tradicional no espaço doméstico, entre eles a chegada dos filhos. A passagem da situação de conjugalidade para a de parentalidade envolve uma série de tensões entre ideais igualitários e as heranças tradicionais, o que nos leva a discutir os impasses entre igualdade e hierarquia vividos pelo casal contemporâneo.

O capítulo 4 discorre sobre o trabalho feminino e as dificuldades encontradas pelas mulheres para se dedicarem a uma profissão já que a maternidade ainda é vista como seu papel principal. Diferente do que ocorre na maioria dos estudos atuais sobre mulher e trabalho, em nossas considerações fazemos uma crítica ao mundo do trabalho, por considerarmos que sua estrutura, baseada na dedicação integral, fundamenta-se em uma desvalorização marcante do espaço privado. Assim, impede não só as mulheres, mas também os homens de prover assistência adequada em termos de cuidados, afeto e educação aos filhos.

A pesquisa propriamente dita está descrita no capítulo cinco, onde a metodologia é apresentada e justificada. Foram entrevistadas oito mulheres que abandonaram carreiras de sucesso para se dedicar aos filhos e ao lar. As entrevistas foram semi-abertas, permitindo que as participantes se expressassem livremente sobre os temas propostos.

Após análise dos conteúdos, foram definidas sete categorias, que emergiram das próprias falas das participantes. No sexto capítulo, apresentamos os resultados e a discussão acerca dos temas.

Finalmente no sétimo capítulo estão expostas as considerações finais, que abrangem as conclusões de nossa pesquisa sobre os dilemas que a mulher contemporânea enfrenta na busca pelo equilíbrio entre vida profissional e maternidade.

2.

Família Brasileira: do patriarcado colonial à invenção do discurso da maternidade na era moderna

A fim de adquirir uma melhor compreensão das questões que se apresentam para a mulher contemporânea no contexto da família e do trabalho, neste capítulo pretendemos apresentar um breve panorama da história da família e da mulher no Ocidente. Partindo de uma análise da época da colonização portuguesa, acompanharemos o “aburguesamento” da família brasileira, até a entrada na era industrial - período histórico em que tanto a família quanto a posição da mulher se transformaram profundamente. Também contextualizaremos o panorama mundial que serviu de pano de fundo para o declínio do patriarcado e contribuiu para a modificação do papel da mulher dentro da sociedade.

2.1.

A família colonial: todo o poder ao pai

A família brasileira do período da colonização portuguesa, conforme descrito por Freyre (1961; 1973), formou-se a partir do modelo patriarcal, no qual o homem detinha plenos poderes sobre a economia, a sociedade, os parentes, os filhos e a esposa.

Formou-se no Brasil, desde o início da colonização, uma estrutura econômica de base agrária, latifundiária e escravocrata. Tal estrutura, associada a fatores tais como a excessiva concentração fundiária, a descentralização administrativa local e uma grande dispersão populacional, levou à instalação de uma sociedade paternalista, na qual as relações pessoais eram de vital importância (Samara, 1983).

Influenciada por valores conservadores e religiosos trazidos de Portugal pelos colonizadores, a família no Brasil colônia, segundo Da Matta (1987), era o alicerce indispensável, sem o qual não era possível sobreviver socialmente. Aquele que não fizesse parte de algum círculo

familiar era mal visto, renegado ou desprovido de prestígio, o qual dependia única e exclusivamente dos laços familiares.

A família patriarcal colonial, também descrita como extensa - uma vez que estimulava a solidariedade entre os parentes - era composta de duas estruturas: o núcleo e a periferia. No núcleo – a casa-grande – viviam o dono da casa com a esposa, sua prole legítima, os ajudantes e os escravos. Na periferia, viviam as pessoas que possuíam com o proprietário da fazenda laços de parentesco, concubinato, trabalho, amizade, e ainda seus filhos bastardos – o que era bastante comum e socialmente tolerado. O núcleo doméstico, além de acumular as funções econômicas, sociais e políticas mais importantes, dava assistência à população, atraindo as pessoas e fazendo expandir a periferia, o que era de interesse do patriarca, uma vez que o seu prestígio era medido pelo número de pessoas que se encontravam sob sua influência (Samara, 1983).

Segundo Costa (1979), a estratégia mercantilista de Portugal nos três primeiros séculos de colonização instigou a iniciativa privada dos colonos, que passaram a acumular enorme poder. Dessa maneira, sentiam-se à vontade para manipular a ordem social como bem entendessem. O espaço urbano também era dominado pelas famílias rurais, que se apropriavam das terras de acordo com sua comodidade. Conforme assinala o autor (1979), o próprio crescimento das cidades obedecia aos ciclos da produção rural. O estímulo à solidariedade entre os membros da família extensa funcionava como um dispositivo de poder através do qual os senhores exercitavam sua influência, criando uma massa de protegidos e afilhados que eram obrigados a agir de acordo com os interesses do latifúndio, mostrando, assim, gratidão. Nas palavras de Costa (1979):

Girando em torno da autopreservação, a família funcionava como um bloco compacto voltado exclusivamente para o clã. Essa polarização autodirigida gerou uma introversão social prejudicial aos interesses do Estado. A família não formava cidadãos, e sim parentes. (Costa, p. 46-47, 1079)

Os papéis sexuais eram bem delimitados: o marido, autoridade absoluta, na figura do patriarca, era o responsável pela proteção e sustento da família. A mulher, responsável pela organização da casa e pelos cuidados com o marido e os filhos, ficava restrita ao ambiente doméstico, onde exercia suas (inúmeras) funções. Servia de médico, enfermeiro, sacerdote e professor (Rocha-Coutinho, 1994). Gerenciava a “pequena empresa” que era a casa brasileira no período colonial (Costa, 1979), onde se fabricava a maior parte dos utensílios domésticos e objetos pessoais de que a família necessitava. Era ainda a responsável pelas datas comemorativas e pela manutenção das alianças familiares. Dividindo a mesma opinião com Samara (1983), Rocha-Coutinho (1994) assinala que essa multiplicidade de funções que a mulher acumulava conferia-lhe certo status, relativizando a imagem de submissão e passividade da mulher brasileira, observada por Freyre (1973). A mulher-mãe, encerrada na figura da matriarca, assinalava o poder feminino - embora hierarquicamente subordinado ao poder masculino - no espaço doméstico. Nesse sentido, pode-se dizer que marido e mulher possuíam papéis distintos e complementares.

Os relacionamentos íntimos eram marcados pelo distanciamento emocional. A casa colonial, com muitos cômodos e residentes, além de inúmeros escravos - que muitas vezes eram os responsáveis por tarefas ligadas à intimidade física, como a higiene e a amamentação dos recém-nascidos - eram verdadeiros obstáculos à intimidade. A posição de autoridade absoluta do pai afastava-o emocionalmente do resto da família. Na descrição de Costa (1979):

Quanto mais distante e inacessível, tanto mais autoridade possuía. Mulheres e filhos ouviam-no, de tempos em tempos, para obedecer. Não havia necessidade de contato permanente e prolongado para que a ordem, na residência colonial, produzisse seus efeitos. O medo à punição bastava. As relações sentimentais íntimas eram, em consequência, dispensáveis. (Costa, p. 96, 1979)

O desenvolvimento econômico ocorrido no sudeste do país no final do século XVII (devido à descoberta de minas de ouro na região)

deflagrou mudanças econômicas importantes que afetaram a sociedade colonial e seu estilo de vida. O crescimento dos núcleos urbanos fez surgir novas organizações familiares, menos ligadas às tradições do que a família patriarcal colonial: aumento de casos de concubinato, famílias chefiadas por mulheres, maior número de celibatários são alguns exemplos. No próximo item discutiremos como essas mudanças afetaram a estrutura da família.

2.2.

A família burguesa e o enfraquecimento do patriarcado

A família extensa descrita por Freyre (1951, 1973) não deve ser utilizada como a única representação possível da família brasileira. Segundo Samara (2002), outras configurações familiares coexistiam com o modelo patriarcal, mais característico das áreas de lavoura canavieira nordestinas.

A família paulista apresentava uma estrutura distinta daquela apresentada por Freyre (1951, 1973). Além do número reduzido de filhos, era comum que casais novos vivessem independentes de suas famílias de origem, diminuindo a dependência e a convivência entre o núcleo familiar (pai, mãe e filhos) e a parentela. Este fato, no entanto, não enfraquecia as relações familiares, já que sobrinhos e afilhados continuavam sendo protegidos pelos tios. Apesar de fortes, estas relações não eram organizadoras do núcleo doméstico, a exemplo da família latifundiária patriarcal. A organização da família paulista girava muito mais em torno das ligações de trabalho, por isso era mais comum a presença de agregados e escravos - que desempenhavam uma série de funções - do que parentes.

Na visão de Costa (1979), contudo, o modelo de família latifundiária patriarcal serviu de modelo para todas as organizações familiares encontradas no Brasil “mesmo sem terra, mesmo sem propriedades” (Costa, p.47, 1979). O autor defende que, especialmente no que diz respeito às camadas médias da população, o comportamento

dos integrantes das famílias irá repetir de alguma forma a solidariedade familiar dos senhores.

Ainda no período do Império começaram os primeiros movimentos de modernização na sociedade brasileira. Idéias vindas da Europa produziram aqui um processo de “aburguesamento” ou “reeuropeização”, para utilizar a expressão de Freyre (1951). A vinda da família Real e seus associados (diplomatas, comerciantes estrangeiros, aristocratas, etc) para o Brasil acentuou as deficiências urbanas da cidade do Rio de Janeiro. As demandas criadas pelo estilo de vida e de consumo desta nova população aceleraram o ritmo econômico e transformaram o espaço urbano, deflagrando a criação de políticas públicas de controle do ambiente familiar.

Com a urbanização, as famílias, longe da parentela, passaram a viver em sobrados na cidade, muitas vezes em condições precárias de higiene. Devido à grande mobilização de pessoas e à falta de planejamento e organização, as cidades, que até meados do século XVIII não recebiam nenhuma atenção de Portugal, passaram a enfrentar sérios problemas de saúde pública. A população apresentava altas taxas de mortalidade, e era constantemente acometida por epidemias, focos de infecção e contaminação da água (Costa, 1979).

A fim de combater a desordem urbana e promover o desenvolvimento econômico, Portugal traçou uma estratégia que envolvia a atuação da medicina. A questão da salubridade, apontada pelos médicos como um problema central, foi ao encontro dos interesses da população e do Estado. A medicina social, que tinha como foco a família burguesa das cidades, buscou modificar sua conduta não só física, mas também moral, sexual e social, com o intuito de adaptá-la ao sistema econômico e político.

Criou-se então uma estrutura de especialistas (médicos, padres e economistas domésticos) para educar e aconselhar as famílias. Ao mesmo tempo, estes especialistas ajudaram a construir novos conceitos de vida familiar: desenvolviam manuais de instruções acerca todos os assuntos que pudessem interessar às famílias, desde questões de higiene, aos cuidados com as crianças e com o lar (Costa, 1979).

O crescimento da cafeicultura no sul, a proclamação da Independência em 1822 e da República, em 1889, a abolição da escravatura e o aumento da imigração foram fatores importantes que também vieram contribuir para um desenvolvimento urbano ainda maior no país (Samara, 2002).

Com a industrialização, na segunda metade do século XIX, ocorre ampla inserção das mulheres - que passam a exercer funções remuneradas combinadas às atividades domésticas - no mercado de trabalho. O patriarca vai aos poucos perdendo seu poder, obrigado a dividir sua autoridade com outras instituições de controle social, tais como o médico, o comerciante, o militar e o pequeno industrial (Samara, 2002).

A seguir, discutiremos os fatores que mais colaboraram para a erosão do patriarcado no mundo, e que também refletiram na sociedade brasileira, impulsionando grandes transformações nas relações de gênero.

2.3.

O declínio do patriarcado no mundo

As mudanças ocorridas no mundo no século XIX infligiram duros golpes no patriarcado como modelo de organização familiar. Segundo Therborn (2006), “no começo de nossa história, todas as sociedades importantes eram patriarcais. Não havia uma única exceção.” (Therborn, p.33, 2006). Embora houvesse variações, sobretudo entre as classes sociais, o poder dos pais, irmãos, maridos e filhos adultos predominava por todos os lados.

De acordo com Badinter (1986), o fim do século XVIII e início do século XIX foi marcado por uma crise do “transcendental” em nome da primazia do indivíduo. A morte de Deus – proclamada por filósofos como Marx e Nietzsche, como condição necessária à libertação da humanidade – pôs em xeque a hegemonia do gênero masculino como paradigma do sujeito universal metafísico. A Revolução Francesa, fruto destas idéias, veio, segundo Badinter (1986), anunciar a morte do rei, a morte de Deus,

e também do pai; passando a questionar a hierarquia de poder dentro da sociedade. Seu lema: “liberdade, igualdade e fraternidade”, veio substituir o antigo “submissão, hierarquia e paternidade”.

O pai herói e guerreiro dos tempos arcaicos seria, de acordo com Roudinesco (2003), a encarnação familiar de Deus. Com a relativização da soberania de Deus, a figura do pai enfraqueceu-se ou, nos termos da autora, domesticou-se. A introdução das idéias da psicanálise no final do século XIX veio contribuir para uma feminização do corpo social ao outorgar à mãe um lugar importante. À medida em que se realçava o papel da mulher-mãe, o poder do marido foi sendo recalcado. A figura do pai dominador deu lugar a uma paternidade ética, justa, e agora submetida à lei. Assim, aquele pai que cometesse erros ou qualquer tipo de injustiça deveria ser devidamente punido. Dessa maneira, mulheres e crianças começam a se fortalecer.

Como descrito por Therborn (2006), a título de ilustração, em 1864 o Código Penal Sueco aboliu as disposições anteriores que tratavam da violência e insultos aos pais, infrações que poderiam ser punidas com a morte. Também deu fim ao antigo direito de o marido espancar a mulher. Espancamentos sérios passaram a ser punidos com multas duplas. Começaram a surgir pela Europa leis protetoras das crianças contra a crueldade dos pais. Em 1889, na França, foi aprovada uma lei que tornava possível a retirada do poder paterno em circunstâncias de maus-tratos para com os filhos.

Três mudanças institucionais e econômicas ocorridas na Europa por volta do ano de 1900 são responsáveis, de acordo com Therborn (2006), pelo enfraquecimento do patriarcado no mundo: o crescimento da classe proletária, a urbanização e a industrialização. O pai proletário não possuía terras ou propriedades para transmitir a seus filhos, portanto seu poder era menor, além do mais estava subordinado aos donos dessas terras. A urbanização, pela sua heterogeneidade, escapava do controle social, desafiando as autoridades tradicionais. Já a separação entre o lugar do trabalho e a residência ocorrida com a industrialização, também fez diminuir significativamente o controle paterno.

Duas ideologias são apontadas por Therborn (2006) como sendo as principais fontes dos desafios enfrentados pelo patriarcado europeu: a primeira, o radicalismo protestante, que difundiu a idéia de que a subordinação de gênero seria um dos principais empecilhos ao progresso da humanidade. O tratado de John Stuart Mill, filósofo liberal e teórico do individualismo, intitulado “A sujeição das mulheres”, publicado em Inglês, foi traduzido para vários idiomas e tornou-se um sucesso entre as feministas. Comparava a condição feminina à servidão feudal e pregava o direito ao divórcio e o acesso das mulheres à instrução. A segunda fonte foi o socialismo ateu, que combatia a dependência feminina em relação ao homem, criticando as relações de propriedade. A obra histórica de August Bebel, “A mulher e o Socialismo”, lançada em 1879 tornou-se o texto socialista mais lido, depois do “Manifesto Comunista”. Embora Therborn (2006) reconheça que estes autores eram minoria em seu tempo, suas idéias ajudaram a minar a força do patriarcado.

O acesso feminino à educação superior ocorrido em diversas partes do mundo reforçou o crescimento de um movimento de massa de mulheres, mas mudanças significativas ainda demorariam a ocorrer. No período da Primeira Guerra Mundial, a Revolução Russa de Outubro e a nova União Soviética foram responsáveis pela primeira quebra real do domínio patriarcal no mundo moderno, ao implementar uma reforma no Direito de Família que tornava, em 1918, o patriarcado fora-da-lei, rompendo com o domínio de maridos e pais.

Após a Segunda Guerra Mundial, a Constituição Japonesa de 1947 - inspirada na revolução comunista - afirmou a igualdade de gênero, resultando em um novo código civil um ano depois que incluía uma nova Lei de Casamento, em maio de 1950.

Finalmente, o ano de 1975 foi declarado o Ano Internacional da Mulher pela assembléia geral da ONU, inspirando a publicação de trabalhos, conferências e o estabelecimento de agências públicas, em todos os continentes, para a discussão das relações de gênero e mudanças nas legislações.

Tendo apresentado este breve panorama do percurso da queda do patriarcado no mundo, que consideramos importante para a

contextualização da história da família e das relações de gênero, prosseguiremos com a família brasileira como tema, em um momento fundamental - a entrada na modernidade, momento no qual as transformações passaram a acontecer em ritmo mais acelerado.

2.4.

O surgimento da família moderna e a transformação da mulher em mãe

A Revolução Francesa, já mencionada anteriormente, determinou a passagem da sociedade holista - onde os indivíduos são definidos pelo pertencimento aos laços familiares – para uma sociedade individualista, na qual o indivíduo possui valor independentemente da rede que o cerca. O início da modernidade caracteriza-se por uma maior abertura para o indivíduo, que passa a ser considerado a verdadeira “célula de base da sociedade” (Singly, p.169, 2007), no lugar da família. Assim, o objetivo da vida deve ser buscar a “individualização” - a busca de si mesmo através da emancipação dos laços herdados do parentesco. A mulher, no entanto, permanece excluída deste processo, já que ainda é grande a divisão das responsabilidades entre os cônjuges e a demarcação dos papéis sexuais.

A preocupação com o alto índice de mortalidade infantil, ainda no século XVIII, levou a medicina a considerar a importância da relação entre mãe e filho. De acordo com Ariès (1978), até o século XIX a criação dos filhos não estava entre as principais atribuições das mães: desde cedo as crianças eram entregues às amas-de-leite e quando sobreviviam aos primeiros anos logo eram engajadas na vida social e econômica da família. De acordo com Badinter (1985), vários estudos da época constataram que as crianças amamentadas pelas mães tinham maiores possibilidades de sobrevivência do que aquelas entregues às amas-de-leite. Por isso tornou-se necessário, na visão dos médicos, convocar as famílias a assumir a tarefa de cuidar dos próprios filhos. Conforme salienta Goodrich (1990): “Embora sempre tenham existido mães, a maternidade não existia como instituição” (Goodrich, 1990, p.20), portanto

o discurso higienista tinha o propósito de converter as mulheres ao modelo da “mãe amorosa que alimenta o seu bebê” (Costa, 1979, p.258). Porém, como apontado por Nunes (2002), transformar a mulher em mãe foi um processo que envolveu grandes transformações na imagem feminina típica das sociedades europeias. A concepção de mulher, até o século XVII - influenciada pelo cristianismo - era bastante negativa: o sexo feminino era considerado luxurioso, inclinado aos excessos sexuais, possuidor de baixa moral e ligado ao mal. Foi justamente essa concepção que os moralistas, médicos e filósofos do século XVIII buscaram modificar. Surgiu então uma preocupação com a educação feminina, juntamente com a construção de uma nova imagem de mulher: “sensata, modesta e ponderada, com ambições que não ultrapassam os limites do lar” (Rousseau, 1762, *apud* Nunes, 2002, p.37). Conforme assinalado por Costa (1979), a mulher, tradicionalmente restrita aos afazeres domésticos e ao serviço do marido, se viu repentinamente elevada à categoria de mediadora entre os filhos e o Estado. Seu papel cultural passou a ser estimado, ganhando importância e brilho, passando de “reprodutora dos bens do marido” a “criadora de riquezas nacionais” (Costa, p.73, 1979).

À medida que a maternidade se tornava mais importante, a imperfeição feminina (presente no modelo teológico metafísico de um único sexo, que vigorava na Antigüidade), deu lugar à perfeição: o útero passou a ser considerado órgão nobre, e o corpo feminino - talhado para a procriação, valorizado (Nunes, 2002). Essas características específicas determinariam a vocação feminina para a maternidade. O amor da mãe pelo filho adquiriu status de instinto, e qualquer mulher que não compartilhasse desse sentimento era considerada “desnaturada”, alguém que contrariava as leis naturais. A vergonha e a culpa experimentadas representavam, para essas mulheres, um incômodo; que não percebiam como sendo o resultado da limitação do papel imposto a elas pela sociedade, mas atribuído a problemas pessoais. “Crises de nervos” tomavam conta de muitas mulheres burguesas, funcionando como uma válvula de escape frente à opressão a que eram expostas (Rocha-Coutinho, 1994).

Nesse mesmo momento, também influenciado pelos discursos médicos, teve início um processo que delineou as diferenças entre homens e mulheres, que acabou por justificar e propor, a partir da idéia de diferentes essências, distintas esferas de atuação social para homens e mulheres: aos homens, caberia a esfera pública; e às mulheres, a privada. A mulher não era mais inferior nem imperfeita, mas perfeita em sua especificidade (Nunes, 2002, p.38-39). Assim, passou-se a pensar em termos de complementaridade.

Uma série de características, tais como docilidade, abnegação, fragilidade, passaram a ser atribuídas às mulheres, ao mesmo tempo em que foram negadas a elas capacidades socialmente valorizadas consideradas masculinas, como perspicácia intelectual, pensamento lógico, interesses profissionais e políticos (Rocha-Coutinho, 1994). O espaço público passou a se caracterizar pela racionalidade – e o privado, pela afetividade. A mulher passou a dedicar-se exclusivamente à família e ao trabalho doméstico.

Conforme observa Araújo (2005), a questão da diferença entre os seres humanos é parte da história da humanidade, fazendo-se presente nos mais diversos discursos: filosófico, religioso, biológico, psicológico, antropológico e social. Na modernidade, o tema tornou-se objeto de análise, e acabou servindo como justificativa para a dominação masculina e para a exclusão das mulheres do mundo público.

A família antiga, como demonstrou Ariès (1978), era uma realidade moral e social, mais do que sentimental. Os casamentos eram contraídos em função de interesses econômicos e as crianças eram tratadas como “pequenos adultos”. Homens e mulheres trabalhavam juntos, ainda que com alguma divisão de tarefas. O desenvolvimento do espaço privado - ocorrido na industrialização - e a modificação da relação da família com a infância, transformaram profundamente esta situação. Os filhos passaram a ocupar um papel central na vida familiar, que se voltou para o seu bem-estar. Neste contexto, ganhou também importância a mulher-mãe, aquela que era responsável pelos cuidados com os filhos e intermediária na relação entre estes e o pai, ausente de casa em função do trabalho. Com a divisão dos espaços público e privado, surgia um novo

conceito de família: a família nuclear, constituída de pai, mãe e filhos; norteada por ideais românticos, que favoreciam o desenvolvimento e o fortalecimento dos laços afetivos dentro do grupo familiar, cada vez mais fechado em si mesmo (Rocha-Coutinho, 1994).

A casa antiga, conforme descrito por Costa (1979), contava com poucos móveis e praticamente nenhum objeto decorativo, chamando a atenção de historiadores e viajantes pela pobreza de seus ambientes; revelando o desprestígio do sentimento de intimidade familiar. As refeições da família visavam tão-somente à saciedade da fome. A falta de utensílios à mesa e a “negligência no traje” (Costa, 1979) também são metáforas à falta de valor atribuído à vida privada.

A mudança da concepção de infância, observada por Áries (1978), leva a família a se fechar em torno dos filhos, fazendo surgir um sentimento de privacidade do qual a família antiga não compartilhava. A família moderna passa a valorizar a convivência íntima e a afetividade entre seus integrantes. A casa moderna, expressão desse sentimento, é ricamente decorada. A hora da refeição torna-se um verdadeiro ritual, um símbolo da família burguesa, um momento no qual pais e filhos se reúnem para compartilhar experiências e reforçar os laços afetivos. É ainda a ocasião onde se ensinam boas maneiras e noções de civilidade, valores importantes do pensamento burguês (Costa, 1979). O aspecto relacional da família moderna é assinalado por Singly (2007) como sua característica mais marcante: o espírito da família reside nas relações entre o homem e a mulher e entre pais e filhos, não mais no patrimônio familiar.

Na medida em que o cuidado e a maternagem foram naturalizados, ou seja, passaram a ser considerados características femininas inatas, pode-se dizer que o processo higienista circunscreveu a vida feminina à esfera privada. Segundo Costa (1979), a tarefa de amamentar regulava a vida da mulher, já que a casa, com a urbanização, perdeu seu caráter de pequena empresa, diminuindo as obrigações femininas dentro de casa, deixando-a com muito tempo livre. Um outro objetivo da normatização era o de coibir uma onda de independência feminina que começava a surgir em diversos níveis, em função do enfraquecimento do patriarcado

colonial, tornando as mulheres – agora mais cultas e refinadas – potenciais concorrentes dos homens.

De acordo com Rocha-Coutinho (1994), a crescente demanda de trabalhadores que surgiu com a industrialização levou as mulheres solteiras das famílias (especialmente das famílias mais humildes) às fábricas, com o objetivo de complementar a renda familiar. Também passaram a preencher funções no comércio, como vendedoras, e nos escritórios – como secretárias. Entretanto, com o fim da Segunda Guerra, os homens começaram a retornar a seus antigos empregos; dessa maneira, formou-se na Europa e nos Estados Unidos uma corrente de revalorização da presença feminina no lar, surgindo, inclusive, inúmeros estudos que alardeavam os efeitos negativos da privação materna na vida dos filhos, fomentando a culpa na mulher que ousasse ter outras aspirações senão o lar e a família. Nas palavras da autora:

Para se criar uma família saudável era necessário sacrificar tudo, incluindo-se aí uma vida própria, caso não se quisesse correr o risco de ver seus filhos transformados em vítimas de sua própria ambição e egoísmo. (Rocha-Coutinho,1994, p.98-99)

Durante os anos de 1950, e início de 1960, os papéis de homem e mulher, pai e mãe eram bem delimitados socialmente e no lar. O homem era o provedor e a autoridade máxima dentro de casa. A mulher era responsável pela casa e pelos filhos. Dela dependia o sucesso e o bem-estar dos seus. Na visão de Badinter (1986), esta valorização da maternidade permitiu a muitas mulheres viver seu cotidiano com orgulho e alegria, encontrando a realização numa atividade prestigiada e considerada útil por todos. O poder que adquiriram sobre a família elevou-as ao posto de “rainhas do lar”. Dessa maneira, mulheres de todas as classes sociais acabaram por abraçar a causa da maternidade.

Entretanto, a expansão do individualismo na cultura contemporânea veio contribuir para uma flexibilização dos papéis de gênero, transformando a relação homem-mulher e também a família. Segundo Singly (2007), a importância que antes era concedida ao grupo familiar, passa a ser dada à realização pessoal dos membros do grupo.

Assim, embaladas por estes novos ideais, muitas mulheres começam a sentir-se incomodadas, insatisfeitas, dando início aos movimentos feministas estruturados que, questionando o papel feminino na sociedade e as relações de gênero, levariam a grandes mudanças no panorama mundial (Badinter, 1986).

3.

Contribuições dos movimentos feministas e dos estudos sobre a mulher: a luta pela igualdade

Neste capítulo traçaremos uma retrospectiva do movimento feminista que tomou corpo nos anos 60, levando a mulher a uma nova e decisiva guinada em sua história, tendo sido responsável por marcar todo um contexto social com seus ideais igualitários e individualistas. Tais pressupostos influenciaram (e ainda influenciam) profundamente as percepções das mulheres a respeito de si mesmas, de sua relação com o sexo oposto e também da maternidade. Todos estes fatores entrelaçam-se com a questão da divisão sexual do trabalho, por isso, pretendemos encaminhar a discussão para esse ponto, e analisar os fatores que estariam influenciando a permanência da configuração tradicional no espaço doméstico e como a maternidade se apresenta como fator motivador da manutenção deste arranjo, o que leva a um outro tópico importante – a questão da hierarquia. Questionando o pressuposto da igualdade, tendo como objetivo refletir até que ponto ele é viável [ou não] dentro do contexto contemporâneo, buscamos apontar caminhos alternativos para se pensar a relação entre os sexos.

O Movimento Feminista, entendido como uma “ação organizada de caráter coletivo que visa mudar a situação da mulher na sociedade, eliminando as discriminações a que ela está sujeita” (Toscano & Goldenberg, 1992; p.17), surgiu dentro deste cenário de profundas mudanças ocorridas na Europa Ocidental a partir do século XVIII, com a Revolução Francesa. No entanto, conforme assinala Badinter (1986), apesar de as conquistas femininas terem possibilitado a instauração do casamento civil e a legalização do divórcio, em 1792 o código napoleônico barrou a sonhada igualdade de direitos entre homens e mulheres, valendo-se do discurso das diferenças naturais como base para justificar a autoridade do marido sobre a esposa.

Entretanto, como aponta Badinter (1986), a semente da igualdade já havia sido plantada. Assim, ao longo do século XIX, o feminismo foi se

estruturando enquanto movimento, passando a combater as discriminações sofridas pela mulher, lutando por maiores oportunidades de acesso à educação, por direitos trabalhistas e salários iguais aos dos homens, e também pela proteção à maternidade. De acordo com Goldenberg (1992), durante o processo de industrialização, a defesa da mulher trabalhadora foi assumida pelo marxismo, relacionando a emancipação do proletariado à emancipação da mulher. Contudo, conforme salienta Badinter (1986), logo após a segunda guerra mundial, a luta para a igualdade dos sexos atingiu sucesso apenas mediano. Embora perante a lei as mulheres gozassem dos mesmos direitos dos homens, na prática a desigualdade ainda existia. O destino do feminino continuava a ser o lar e a maternidade.

Segundo Toscano & Goldenberg (1992), embora no Brasil o movimento feminista tenha iniciado como um reflexo dos acontecimentos na Europa e nos Estados Unidos, ele apresentou características específicas relacionadas ao nosso contexto histórico. Em suas palavras:

A escravidão, a tardia emancipação do centro de dominação, o modelo fundiário imposto pelo colonizador português e a influência da Igreja Católica como força política e instrumento de controle social são, a nosso ver, elementos que permitem melhor entender as peculiaridades do feminismo em nosso país. (Toscano & Goldenberg, 1992, p.25)

O movimento organizado do feminismo surge no Brasil, na segunda metade do século XX, como uma reivindicação pelo direito ao voto (vedado à mulher brasileira na Constituição de 1891). Esta bandeira, levantada pelas mulheres mais cultas da sociedade brasileira, que tinham acesso ao que se passava no âmbito internacional, era vista como uma demonstração de modernidade. Com o fim da Primeira Grande Guerra e o aumento do fluxo imigratório, as relações internacionais intensificaram-se, trazendo consigo a doutrina feminista que surgia na Europa (Goldenberg, 1992). Em 1932 as mulheres brasileiras garantiram, pela primeira vez, o direito ao voto. Também neste ano, foram consolidadas as leis de proteção ao trabalho feminino. (Toscano & Goldenberg, 1992)

A discussão sobre a sexualidade feminina, ausente deste primeiro momento, passa a integrar a agenda feminista a partir dos anos 1970, trazendo à tona também a questão da necessidade de uma reformulação da relação homem-mulher. Foram eliminadas leis que limitavam os direitos da mulher casada, até então considerada relativamente incapaz, equiparando-a ao índio ou ao menor de idade. Nesta época, o princípio de igualdade entre marido e mulher e a lei do divórcio foram, finalmente, incorporados ao Código Civil Brasileiro (Toscano & Goldenberg, 1992).

De acordo com Goldenberg (1992), o clima que o mundo atravessava no período pós-guerra criou condições para a discussão de novas idéias, tanto no plano social como político, e a partir dos anos 60, propiciou uma renovação na literatura feminista – que teve como seu maior expoente *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, publicado em junho de 1949. A obra, que celebrou a frase “Não se nasce mulher, torna-se mulher”, criticava as teorias da sexualidade elaboradas pelos homens, que tinham como objetivo manter sua dominação sobre o corpo das mulheres. Segundo Roudinesco (2003), a intenção da obra era “situar a construção da identidade feminina do lado da cultura, e não da natureza, chegando a negar a importância da diferença biológica dos sexos” (Roudinesco, p.40, 2003). No final dos anos 1960, novas descobertas no campo da contracepção propiciaram a ampliação do debate feminista, que passou a discutir a sexualidade feminina, o direito ao próprio corpo, a maternidade como opção – e não mais como destino, e as relações de gênero.

A categoria de gênero (que, nas ciências sociais e na antropologia serve para designar indivíduos de sexos diferentes), adquiriu outras características quando passou a ser usada pela literatura feminista. O gênero passou a situar-se na esfera social e não mais no plano biológico do “sexo”, ou seja, começou a ser utilizado para se referir à organização social entre os sexos, rejeitando assim o determinismo biológico como definidor das diferenças entre masculino e feminino. Dessa maneira, as feministas acreditavam estar derrubando os mitos fundadores das injustiças que obstruíam a liberdade das mulheres (Araújo, 2005).

No Brasil, novos lançamentos literários, programas de televisão, revistas femininas, debates públicos, entre outros, discutiam - agora de maneira mais ampla - a questão feminina, conclamando as mulheres a questionarem seu papel de donas-de-casa, a buscarem outras formas de auto-realização, e a combater o machismo na sociedade brasileira. No meio acadêmico, diversas pesquisas passaram a investigar a situação da mulher na sociedade brasileira (tendo sido criados, inclusive, centros de estudos sobre a mulher nas universidades); também os partidos políticos incorporaram a causa feminista e suas reivindicações. Enfim, pode-se dizer que de modo geral, toda a sociedade assimilou as questões propostas pelo movimento das mulheres.

3.1.

O feminismo e o direito à diferença

As conquistas do movimento feminista repercutiram em todo o mundo, e modificaram o lugar social de inferioridade reservado às mulheres ao longo da história, garantindo seu direito à cidadania e abrindo novas possibilidades de realização pessoal antes inimagináveis. Entretanto, a luta pela igualdade levou as mulheres a se depararem com novas questões.

De acordo com Araújo (2005), na segunda metade da década de 70 o debate feminista voltou-se para a questão da diferença: as mulheres passaram a defender a igualdade, porém com o direito de serem diferentes dos homens. Rocha-Coutinho (1994) salienta que a incursão das mulheres no mundo dos homens teria desencadeado uma crise da identidade feminina, que teria apenas se ampliado para incluir também os interesses da carreira e profissão, “(...) escravizando-a[s], agora, a ambos os modelos de identidade feminina – o feminino e o feminista” (Rocha-Coutinho, 1994, p.122).

Seguindo uma linha de pensamento semelhante, Oliveira (1991) afirma que quando as mulheres saíram de casa, deslocaram seu desejo de realização para outros planos. A partir dos anos 1960, as mulheres

passaram a investir cada vez mais no espaço público. No entanto no âmbito doméstico, seu papel social de guardiã do lar, responsável pelo bem-estar dos filhos e do marido continuou a vigorar, tendo sofrido poucas modificações. Passaram então a viver entre dois mundos, recebendo da sociedade uma ordem conflitante: seja homem e seja mulher. Dessa maneira, “o sonho de igualdade tropeçou no impossível”, [porque] “ninguém pode ser, ao mesmo tempo, si mesmo e o Outro” (Oliveira, 1991, p.13). A autora acredita que o Movimento Feminista, ao focar suas reivindicações no acesso da mulher ao mercado de trabalho, teria negociado de maneira errada a igualdade entre os sexos. As mulheres buscaram um acesso incondicional a experiências que a sociedade como um todo – e elas próprias – consideravam como superiores a suas vivências tradicionais. Em suas palavras:

Na medida em que o acesso ao mundo masculino era o objetivo desejado, na medida em que eram os homens que determinavam o que tinha e o que não tinha valor, na medida em que a cultura masculina era uma emanção do que se produz no espaço público, é evidente que o que se produz na vida privada, como modo de ser, como valor e desejo, não podia ser reconhecido nem valorizado. (Oliveira, 1991, p.105)

No modo de ver de Oliveira (1991), a desvalorização da esfera privada se explica pela interiorização, por parte das próprias mulheres, de um sentimento profundo de inferioridade, resultado de uma história de desigualdades entre os sexos.

O feminismo da diferença, desdobramento do feminismo da igualdade introduz, na concepção de Oliveira (1991), um questionamento mais radical, segundo o qual a diferença, longe de ser uma desvantagem, contém um potencial enriquecedor de crítica da cultura. Para a autora, a tentativa de fundar a convivência entre os sexos na eliminação das peculiaridades esbarra na alteridade fundada na realidade irreduzível do corpo. Na sua visão, “dissolver e fundir homens e mulheres, masculino e feminino, no magma de uma natureza humana indiferenciada, é romper a própria dinâmica da vida” (Oliveira, 1991, p.143).

Expressando ponto de vista diferente, Badinter (1986), acredita que o mundo caminha em direção ao apagamento das diferenças entre

homens e mulheres pela aproximação da experiência de um e de outro. A autora aposta em uma possível androginia anunciada para o futuro, endossando, implicitamente, a noção de que as diferenças entre os sexos residiriam apenas nos papéis sociais. Na concepção de Oliveira (1991), contudo, esta visão é apenas parcialmente verdadeira. A autora argumenta que:

As mulheres guardam a vivência de um corpo feminino que as expõe a experiências existenciais que não são as do corpo masculino, e essas experiências não são menos constitutivas nem fundadoras que as experiências sociais. (Oliveira, 1991, p.96)

Cabe aqui ressaltar que este estudo é contrário à idéia de que as diferenças entre os sexos são resultado da dominação masculina sobre as mulheres, restringindo-se à questão dos papéis sociais que são impostos culturalmente pela sociedade machista. No próximo item, discutiremos o tema a partir da impossibilidade da transposição do constrangimento biológico do corpo tendo a perspectiva antropológica de Durham (1983) como norteadora da análise.

3.2.

Maternidade, diferença e divisão sexual do trabalho

No intuito de aprofundar o tema da experiência feminina, buscamos neste item esmiuçar a questão da divisão sexual do trabalho sob uma perspectiva antropológica, como um esforço de melhor compreender como se deu a diferenciação cultural entre os sexos, bem como analisar as estruturas que serviram de base para a reprodução no contexto da família. Em seguida, prosseguiremos apontando os impasses enfrentados pelo discurso feminista nos dias atuais.

Retrocedendo aos primórdios da existência humana na terra, Gouth (1980), também antropóloga, explica o surgimento da divisão sexual do trabalho e da vida familiar:

A seca e a extensão de ervas indigestas nas savanas abertas obrigaram os moradores primitivos do solo a converterem-se em caçadores. Os

grupos territoriais passaram a ser muito mais extensos. Os símios percorriam apenas poucos milhares de pés por dia, enquanto os caçadores passaram a caminhar várias milhas. Preocupadas com a desproteção da prole, as mulheres não se afastavam muito do acampamento. Isto produziu a divisão sexual do trabalho sobre a qual desde então se baseia a família humana. As mulheres desenvolveram métodos de cuidados com a prole e de aprovisionamentos, adaptando-os à existência do grupo. Os homens melhoraram os métodos de luta e de proteção do grupo dos símios, adaptando-os à caça, utilizando armas, tanto para a caça quanto para a guerra. Da divisão sexual do trabalho surgiram, pela primeira vez, a vida familiar e a cooperação de grupo. (Gough, 1980, p. 7)

Durham (1983) entende que a naturalização da família é compreensível, já que ela está ligada a atividades de bases biológicas: sexo e reprodução. Dividindo a mesma opinião, porém sob a perspectiva da psicologia, Szapiro e Féres-Carneiro (2002) assinalam que o discurso feminista igualitário esbarrou na persistência de uma especificidade conferida à mulher em função de sua capacidade de procriar. A maternidade, percebida como um obstáculo à igualdade entre homens e mulheres, passou a ocupar o centro das discussões feministas. Segundo as autoras, a partir dos anos sessenta o movimento feminista difundiu a idéia de que a maternidade seria uma espécie de cilada para a mulher, uma condição que deveria ser evitada, por tornar a mulher mais vulnerável à opressão masculina. O advento da pílula anticoncepcional possibilitou à mulher não mais aceitar a maternidade como um destino, mas encará-la como uma opção. Szapiro e Féres-Carneiro (2002) salientam que: “Os recursos contraceptivos (...) se, por um lado, vieram atender à demanda crescente de liberdade da mulher, por outro mobilizaram também todo um campo desejante, ligado à procriação (Szapiro e Féres-Carneiro, 2002, p.4)”.

Diversas pesquisas (Rocha-Coutinho, 2003, 2007, Araújo e Scalon, 2005) vêm confirmando a centralidade da maternidade na vida da mulher contemporânea. Vista como algo que dá sentido à própria vida da mulher, a identidade feminina ainda parece estar associada à capacidade de gerar (ou cuidar de) um filho, sendo uma experiência considerada insubstituível e indispensável pela maioria das mulheres.

Num esforço de compreender de que forma o desejo de ser mãe se articula nas circunstâncias do fenômeno contemporâneo da produção

independente, Szapiro e Féres-Carneiro (2002) chegaram à conclusão de que esta escolha representou uma saída diante do conflito gerado pela imposição desse desejo, recalcado no discurso sobre a independência e a realização profissional, sendo solucionado através da gravidez inesperada. A situação de independência, como situação ideal, pretende se opor à idéia de que a maternidade traz um estado de dependência da mulher diante do homem e, portanto, é parte do discurso feminista sobre a opressão masculina. Nas palavras das autoras:

A 'produção independente' parece significar uma tentativa de construir um novo lugar de indivíduo para a mulher. Este novo lugar, em processo de construção, se reconhece, entretanto, na mais antiga marca cultural da mulher nas sociedades, a maternidade. (Szapiro e Féres-Carneiro, 2002, p.12)

Assim como Durham (1983), Szapiro e Féres-Carneiro (2002) apontam a existência de um constrangimento biológico (do corpo feminino, ligado à maternidade, colocando a mulher em um lugar específico) que permanece, apesar das transformações, acarretando tensões dentro da família entre ideais igualitários, individualistas, e uma subjetividade hierarquizada devido à impossibilidade de divisão de algumas tarefas relativas à maternidade, tais como a gestação e a amamentação. De acordo com as autoras, as entrevistadas demonstraram dificuldades de reconhecer o desejo que tinham de serem mães: "Talvez por ser o testemunho irrefutável da diferença e da especificidade da mulher, na afirmação da igualdade o desejo de filho não pode ser diretamente formulado" (Szapiro e Féres-Carneiro, 2002, p.9).

Durham (1983) argumenta ainda que a naturalização da maternidade inclui a naturalização da divisão sexual do trabalho, que organiza internamente a família. Embora critique a idéia de naturalidade da família - que, no seu modo de ver, é uma criação humana mutável - a autora reconhece que dentro da diversidade, há invariâncias. A divisão sexual do trabalho, embora apresente variações de uma cultura para a outra, ocorre como uma tendência praticamente universal de separação de uma esfera pública e outra privada. A autora entende que a universalidade da construção cultural da divisão sexual do trabalho se

elabora sobre diferenças biológicas e, embora pretendendo fugir de uma explicação “natural” para a distinção entre papéis femininos e masculinos, reconhece que, nesse caso, “a cultura organiza, orienta, modifica, ressalta ou suprime características que possuem fundamentação biológica” (Durham, 1983, p.17).

Segundo a autora, em todas as sociedades o cuidado com as crianças e sua socialização inicial são sempre da competência feminina, os homens apenas intervêm de maneira complementar ou auxiliar. Embora perceba ser difícil falar de determinações biológicas quando se trata de sociedades humanas, acredita ser válido e possível analisar as semelhanças e diferenças entre o Homo sapiens e outras espécies, já que o homem é certamente um animal, mais especificamente um mamífero. Tal comparação lhe parece especialmente relevante no tocante à reprodução. A tendência a se atribuir os cuidados com a prole basicamente à mãe não pode ser vista como uma simples imposição masculina, mas, nas palavras de Durham (1983):

(...) [como] uma elaboração cultural que se constrói sobre tendências e características que a espécie humana compartilha com outros mamíferos (...) – a dependência prolongada das crias em relação às mães. (Durham, 1983, p.18)

A modificação desse padrão seria passível de ser culturalmente realizada, na medida em que se possam prover figuras substitutivas das mães, embora isso possa ser complicado, especialmente no primeiro ano de vida dos bebês. Durham (1983) afirma que se houvesse algum grupo natural na sociedade humana, não seria a família, e sim aquele formado por uma mulher e sua prole imatura.

A constatação explícita da assimetria da divisão sexual do trabalho, percebida como forma de dominação masculina é um fenômeno específico da nossa sociedade, e pode ser relacionada ao desenvolvimento do capitalismo. Este, um sistema que consome força de trabalho, por isso o sexo do trabalhador, pela primeira vez na história, passa a ser irrelevante. Assim, promove a inclusão da mulher no mercado

de trabalho impessoal, e constitui a fundamentação essencial da percepção de uma igualdade e uma indiferenciação absoluta entre os sexos (Durham, p.34).

A autora analisa que a revolução na organização do trabalho provocada pelo capitalismo se deu através de uma separação radical entre a produção social, organizada pelos mecanismos de mercado, e a reprodução dos homens, que se manteve em esfera própria, cada vez mais privada. A inclusão simultânea da mulher nas duas esferas, a pública e a privada, ocorreu, em sua opinião, de maneira contraditória, de modo que a condição feminina passou a sofrer de uma ambigüidade fundamental: a percepção de sua igualdade enquanto indivíduo na esfera do mercado e de sua desigualdade enquanto mulher, ancorada na esfera doméstica da reprodução (Durham, 1983).

Em seus estudos com as camadas populares brasileiras, Araújo e Scalon (2005) observaram que o Brasil vive um momento de importantes mudanças nos padrões de organização familiar e na maneira como as relações de gênero se constituem e recortam essa dinâmica, visando à conciliação com o trabalho remunerado. Contudo, este processo comporta dimensões aparentemente contraditórias: valores e práticas que tendem mais para o moderno, convivem com outros ainda bastante conservadores. Em relação aos valores, as percepções se mostram mais modernas do que aquelas que dizem respeito às percepções sobre as práticas domésticas, ou sobre como homem e mulher compartilham a dinâmica do cotidiano familiar. Especialmente em relação ao trabalho, a pesquisa aponta em direção a uma perspectiva mais igualitária, menos hierarquizada, marcada pela aceitação de uma maior igualdade entre homem e mulher. Percebe-se que houve uma mudança nas relações de gênero na família, entretanto essa característica “moderna” não se aplica ao âmbito doméstico, onde ainda se mantém a tradicional divisão sexual do trabalho.

O afeto, na pesquisa de Araújo e Scalon (2005), ocupa um lugar central na vida familiar, como fator responsável pela constituição, manutenção e rompimento das conjugalidades. A centralidade do afeto

também se revela na importância assumida pelos filhos como dimensão que confere sentido à vida. Embora apareça uma prevalência do “eu” como elemento orientador da ação afetiva, ela desaparece quando se trata de situações que envolvem o papel maternal da mulher. Dessa maneira, percebe-se a existência de posições menos tradicionais em relação ao envolvimento feminino com a vida profissional, que não vêm acompanhadas de redefinições do papel maternal e da centralidade da maternidade na vida doméstica. O estudo demonstra ainda uma atitude positiva de homens e de mulheres no que diz respeito ao envolvimento masculino na vida familiar. Essa atitude, no entanto, não se constitui em prática.

Este mesmo aspecto foi apontado por investigação conduzida por Jablonski (2007). As responsabilidades dos homens com os filhos ainda são consideradas tímidas: mesmo aqueles que são favoráveis ao trabalho remunerado das mulheres e a um envolvimento masculino maior com o trabalho doméstico, não apresentam um comportamento condizente com estas idéias. É interessante notar que, apesar disso, não predomina entre as mulheres ou entre os homens uma percepção explícita de injustiça. A reduzida participação dos maridos nas tarefas do lar foi considerada “justa” pelas entrevistadas, que em sua maioria relataram estar satisfeitas com suas atividades e a quantidade de tempo despendida nestas. O autor pondera que mesmo mulheres de alto nível de escolaridade, ligadas aos ideais pós-modernos, parecem ter sido afetadas por uma socialização mais tradicional, no que diz respeito à divisão igualitária das tarefas no lar. Jablonski (2007) salienta que ocorre uma tendência para o desempenho de papéis mais tradicionais nas relações homem-mulher após o nascimento do(s) filho(s), a despeito de possíveis atitudes igualitárias que pudessem existir anteriormente. Este movimento, ao qual o autor chamou de “tradicionalização”, ocorre independentemente do nível profissional das mulheres.

A partir destes dados conclui-se que o padrão de divisão sexual do trabalho doméstico, bem como as atribuições de ambos os sexos relacionadas com o trabalho de reprodução cotidiana da vida social

permanecem como os aspectos menos permeáveis às mudanças que caracterizam o período contemporâneo.

A tendência a uma reformulação da divisão sexual do trabalho na esfera doméstica, na medida em que é influenciada pelo modelo de igualitarismo individualista criado na esfera pública, pode aparecer como ameaça de destruição da família e, com ela, do único grupo primário estruturado e permanente que parece impedir a dissolução das relações interpessoais no individualismo anônimo da sociedade de massa (Durham, 1983, p. 36). A família, de acordo com a antropóloga, é considerada o último reduto a ser atingido pela tendência individualizante própria do desenvolvimento da nossa sociedade, e se estabeleceu neste período como grupo básico de convivência e solidariedade. Este ponto de vista, compartilhado por Lasch (1977), pode possibilitar uma maior compreensão do fenômeno da “tradicionalização” ocorrido no interior das famílias contemporâneas, assinalado por Jablonski (2007).

Refletindo sobre o tema, observamos que a extrema dependência emocional que os indivíduos depositam na família, atrelada à constatação de um mundo cada vez mais hostil, pode levar homens e mulheres a adotar atitudes tradicionais, visando à manutenção da família. Tais atitudes são favorecidas pela hierarquia entre os sexos, que surge com a sobrecarga que as mulheres necessariamente assumem por conta da maternidade e da amamentação. É válido lembrar que, como afirma com Salém (1989), a igualdade é fator de desestabilidade conjugal, já a complementaridade entre os sexos, pelo contrário, fortalece o vínculo homem-mulher.

Este mesmo aspecto foi abordado por Amato ([et al.], 2007), em estudo com famílias americanas, através da comparação dos resultados de duas pesquisas realizadas em nível nacional: uma em 1980, e outra, em 2000. Adotaram, para fins de análise, duas perspectivas: a perspectiva do declínio conjugal, mais conservadora, e a perspectiva da resiliência conjugal, que adota uma visão mais progressista.

Segundo a primeira, a desinstitucionalização da família foi longe demais, diminuindo a capacidade das pessoas em se comprometer e se

responsabilizar por outras. Nesta ótica, seria necessário criar uma cultura que seja mais eficaz em apoiar os casamentos; uma cultura que valorize e encoraje o comprometimento mútuo, o senso de obrigação e sacrifício necessários para o sucesso das relações; em outras palavras, reinstitucionalizar o casamento.

Os autores observam que a instabilidade conjugal tornou-se mais comum durante a segunda metade do século XX, por conta, sobretudo, do somatório de dois fatores: o aumento de expectativas dos indivíduos em relação ao casamento e a diminuição das barreiras para o divórcio. No casamento atual, amor e crescimento pessoal ocupam lugar central, levando uniões insatisfatórias a se dissolverem através do divórcio. Esta visão é consistente com a noção de que o individualismo excessivo diminuiu a disposição dos cônjuges para fazer sacrifícios de curto prazo, visando à viabilização em longo prazo das relações.

Segundo a percepção dos autores, o enfraquecimento das uniões contemporâneas deve-se, sobretudo, à manifestação do individualismo no grupo familiar. O pensamento progressista acreditava que uma vez derrubadas as barreiras do divórcio, a qualidade dos casamentos aumentaria, tornando as pessoas mais felizes. Contudo, esta premissa não se concretizou, uma vez que a busca contínua dos indivíduos por auto-realização não levou a uma maximização do bem-estar da população como um todo, observando-se atualmente, segundo dados dos autores, um aumento de problemas sociais como pobreza, delinqüência, violência, entre outros. O divórcio, inspirado por uma visão individualista, enfraquece o casamento na medida em que:

(...) freedom of one spouse to leave the marriage at will is the other spouse's insecurity, and without a reasonable degree of security, it is unlikely that a spouse will commit fully to the marriage and make the sacrifices and investments needed to make it succeed. (Amato [et al.], p.5, 2007)

Na visão feminista, contudo, o que ocorreu foi uma abertura à democracia, à igualdade e à liberdade de escolha nas relações íntimas, permitindo uma maior satisfação na vida pessoal, especialmente para as

mulheres e para minorias sexuais. Nesta perspectiva, a instabilidade do casamento observada nas pesquisas atuais reflete simplesmente um aumento das expectativas dos indivíduos em relação às parcerias conjugais. (Amato [et al.], 2007)

Atualmente recorre-se com frequência ao Estado para assumir parcialmente a responsabilidade pelas crianças, através de creches e de outras instituições, mas o conflito básico persiste: a livre expressão da individualidade tanto na carreira profissional quanto na vida amorosa enfraquece o vínculo conjugal, mas a responsabilidade conjunta em relação aos filhos comuns exige o seu fortalecimento. A competição de cada cônjuge no mercado de trabalho estabelece um conflito, que pode refletir-se numa luta familiar no sentido de fazer com que o outro assuma uma carga doméstica maior. Essa divisão fica na dependência do confronto interpessoal entre os cônjuges, criando uma enorme área de conflito. Por outro lado, se valorizam e se exigem, simultaneamente, o apoio emocional e o prazer sexual recíprocos, sobrecarregando a relação conjugal. A saída para a impossibilidade de satisfazer todas essas condições necessárias à manutenção da parceria conjugal igualitária, freqüentemente é o divórcio, que também implica em novas formas de tensões.

A diferença sexual, segundo Oliveira (1991), forma o alicerce da própria cultura. Masculino e Feminino sempre estiveram presentes, separados e diferentes. Segundo Georges Balandier (*apud* Oliveira, 1991) este seria o “paradigma de todos os paradigmas”. No momento em que se diferenciou caça e colheita, também se diferenciou a maneira “de se estar no mundo” de cada sexo, que se especializou com uma determinada relação com o meio ambiente (Oliveira, 1991). Essa especialização, além de transformar a relação de cada sexo com o meio, transformou também a relação dos sexos entre si, constituindo-se assim, o mundo dos homens e o mundo das mulheres, construídos separadamente e sustentado por práticas estrangeiras umas às outras. A dicotomia sexual seria, portanto, “uma vivência inconfundível do fazer e do saber, que reproduz os laços com um aspecto determinado do meio ambiente” (Oliveira, 1991, p.31).

No próximo item daremos continuidade à discussão da diferença sexual, investigando até que ponto é possível haver igualdade na diferença, como propõe Oliveira (1991), ou se a hierarquia, rejeitada na contemporaneidade, acaba impondo-se de forma inevitável nas relações entre os gêneros.

3.3.

Diferença e hierarquia: impasses modernos

Neste capítulo, examinaremos um dos maiores impasses que se apresentam para a literatura feminista: a questão da hierarquia relacionada à diferença entre os sexos. Para tal, utilizaremos como ponto central a visão de Dumont (1979), para quem a hierarquia é fundante da relação homem-mulher.

Discutindo o tema, Heilborn (2004) assinala que o feminismo é fortemente comprometido com pressupostos individualistas, “que mais dificultam do que propriamente esclarecem a questão do gênero” (Heilborn, 2004, p.21). Na sua concepção, a interseção do campo político-militante com o teórico, característica dos estudos feministas, funciona negativamente na tentativa de elucidar a questão.

Segundo Dumont (1985), a ideologia da singularidade, presente no modelo individualista de sociedade ocidental, nega um princípio social fundamental, que é a hierarquia, presente necessariamente na classificação do gênero, e capaz de sistematizar as razões que levam a uma constante assimetria na construção das relações entre os gêneros. Em 1979, Dumont buscou explicitar a oposição entre as ideologias individualista e holista, responsáveis por diferentes modos de articulação do todo social. O holismo se organiza a partir de um princípio hierárquico: os sujeitos são considerados diferentes, complementares, e logicamente hierarquizados. Segundo a ideologia holista, os seres humanos são concebidos como socialmente determinados, e orientados para fins socialmente prescritos. O individualismo, por seu turno, concebe o indivíduo como um ser moralmente autônomo. O caráter social de sua

natureza, nesse modelo, fica obscurecido, já que ele é considerado pré-social, ou seja, sua existência é logicamente anterior à sociedade. A ele se associam a liberdade e a igualdade, e as diferenças tendem a ser suprimidas.

Entretanto, na visão de Dumont (1979), a recusa da hierarquia não se realiza plenamente, uma vez que o universo simbólico, matriz do ordenamento social, se move a partir de oposições: feminino/masculino, razão/emoção, corpo/mente, alto/baixo, etc. Em entrevista concedida a Sztutman & Nascimento (2004), Françoise Héritier afirma que todas as categorias binárias existem a partir da diferença fundamental entre o masculino e o feminino. Há, segundo sua percepção, uma hierarquia no interior dessas categorias, perceptível em todas as sociedades. Heilborn (2004) salienta, a partir de Dumont (1979), que a hierarquia é um princípio universal de ordenação social ao mesmo tempo em que é um tipo específico de ideologia, contrapondo-se ao individualismo. Nas sociedades igualitárias, a hierarquia permaneceria como um “insidioso substrato” (Dumont, 1985) que tenderia a aparecer em certas áreas da vida social, como uma espécie de resíduo, em um contexto no qual o discurso é predominantemente igualitário. O sexismo seria, portanto, um transbordamento desse resíduo, uma expressão deturpada da diferença entre os gêneros, diferença essa responsável pela manutenção do mundo social que é negada, pelo menos como retórica, no mundo moderno. Nas palavras de Dumont (1979):

Pode-se declarar os sexos iguais, mas quanto mais consigamos torná-los assim, mais destruiremos a unidade entre eles (no casal ou na família), já que o princípio dessa unidade situa-se fora deles, e como tal os hierarquiza necessariamente um em relação ao outro. (Dumont, 1979, p.398)

Discutindo a problemática de gênero a partir da revisão dos estudos antropológicos da mulher, Heilborn (2004) sugere que a assimetria seja constitutiva da configuração de gênero, uma vez que não é possível superar o constrangimento do sexo. Heilborn (2004) critica a pouca importância dada ao sexo em certos estudos sobre gênero. Para ela, “tais estudos têm hipervalorizado a dimensão de construção,

obliterando a do constrangimento” (Heilborn, 2004, p.33). Tal argumentação colocaria em perspectiva a cultura ocidental contemporânea que teria realizado, através da disjunção entre sexualidade e reprodução, uma compressão simbólica da diferença anatômica, como se, no universo igualitário, “houvesse a pretensão de se abolir essa diferença” (Heilborn, 2004, p.34).

Arán (2003) aponta que, muito embora as sociedades ocidentais contemporâneas tenham passado por importantes mudanças no que se refere à relação entre os sexos, “o sistema sócio-simbólico, fundante da modernidade, não teria sido abalado por essas alterações.” Nesta visão (mais ligada à antropologia), a relação de hierarquia entre os gêneros permanece como estruturante das relações sociais atuais.

A visão psicanalítica vem fortalecer a relação entre diferença e hierarquia. Kleiner e Pachuk (1996) assinalam que na modernidade se acentua a tendência a hierarquizar as diferenças: parte-se de um modelo único, o fálico, e se pensa no outro gênero como aquele que não é. Esta negativa como definição acarreta uma desvalorização cultural para o feminino. Hérítier (1997), ao investigar a posição inferior da mulher - observada em todas as culturas conhecidas na história da humanidade - considera que a valência diferencial dos sexos é incorporada como “um artefato, e não um fato da natureza” (Hérítier, 1997. p.29). Ou seja, não é nos sexos propriamente ditos que reside a hierarquia, mas nas representações culturais que se fazem deles. Tais representações, segundo a autora, estariam de tal maneira impregnadas tanto no sistema de pensamento quanto nas organizações sociais, que sua modificação seria praticamente impossível.

Segundo Salém (1989), no entanto, o casal igualitário, ordenado internamente pelo princípio da igualdade, rejeita qualquer diferença estatutária entre os gêneros. A autora acredita que a simetria perseguida pelo casal igualitário é possível, se regida pela norma da “complementaridade simétrica”, definida por ela como um arranjo onde as diferenças entre os cônjuges “são decerto admitidas” (Salém, 1989, p.31).

Contudo, Salém (1989) é levada a concluir que o dilema de afirmar a “unidade com dois”, vivido pelo casal igualitário, reside em tensões próprias ao sistema simbólico, o que representa um verdadeiro paradoxo na tarefa de criar uma totalidade que depende da discriminação como fundamental para a preservação do indivíduo e do próprio par.

Araújo e Scalón (2005) assinalam que nos estudos feministas, o conceito de moderno estava ligado a uma igualdade de direitos entre homens e mulheres, incluindo-se aí a superação do “confinamento” das mulheres à esfera doméstica. Trabalhava-se com o pressuposto de que tal superação – o acesso ao trabalho e a conquista da igualdade jurídica - permitiria a igualdade na esfera privada, levando a uma redefinição da divisão sexual do trabalho doméstico. No entanto, conforme salientam as autoras:

Chegamos ao séculoXXI constatando que os direitos e o ingresso das mulheres na esfera pública acabaram com seu confinamento (...) porém, no que diz respeito à clássica divisão do trabalho doméstico, pode-se dizer que esse trânsito tem sido solitário, quase de mão única. A trajetória dos homens em direção a um maior envolvimento doméstico tem sido em ritmo lento. A associação implícita e, de certo modo, esperada entre modernização e igualdade de gênero como um deslocamento concomitante e linear não tem ocorrido nos países mais desenvolvidos, e o Brasil parece reproduzir essa forma ambígua de deslocamento. (Araújo & Scalón, 2005, p.69-70)

No nosso modo de ver, estes entraves e contradições presentes nas teorias feministas a respeito da igualdade levaram muitas mulheres a mergulharem de cabeça no mundo público, optando por seguir carreiras que muitas vezes exigem dedicação integral, desconsiderando a vida privada – relacionada à desvalorização - deixando um verdadeiro vácuo no ambiente familiar, uma vez que os homens não fizeram o movimento inverso.

No próximo item discutiremos a possibilidade de se recuperar o aspecto da identidade feminina relacionado ao cuidado, que precisou ser recalçado para que a mulher se sentisse em condições de competir com os homens.

3.4.

A revalorização do cuidado: o resgate da história das mulheres

A mulher sempre desempenhou um papel central na vida da família. Gillian (1982) descreveu-a como a “nutridora, cuidadora e ajudante, a tecelã daquelas redes de relacionamento das quais ela, por sua vez, depende” (Gillian, 1982, p.17). Seu valor, enquanto ser humano, estava vinculado à sua capacidade de cuidar e de favorecer o desenvolvimento masculino. Oliveira (2003) ressalta que até o século XX, no imaginário social coletivo, só existia um sexo: o masculino. O feminino era considerado o seu avesso, a mulher, definida pelo homem que não era; pela ausência. Conforme salientam McGoldrick&Carter (1995), “o desenvolvimento humano referia-se ao desenvolvimento masculino, e o desenvolvimento das mulheres era definido pelos homens de suas vidas (McGoldrick&Carter, 1995, p.30)”. A mulher enquanto sujeito, capaz de falar na primeira pessoa, é recente na história da humanidade.

Os inúmeros estudos científicos produzidos ao longo do século passado tornam claro que as qualidades sociais esperadas de um adulto sadio, tais como a capacidade de pensamento autônomo, racionalidade, facilidade na tomada de decisões, etc, são aquelas atribuídas à masculinidade. Os atributos desvalorizados socialmente são aqueles atrelados à concepção tradicional da identidade feminina: expressividade, atenção e cuidado com o outro, valorização da intimidade e do afeto (McGoldrick & Carter, 1995).

Com a industrialização, a casa tornou-se um refúgio ao “mundo cruel” dos negócios. Apesar do papel importante que a mulher passara a desempenhar no cuidado infantil, a retirada da produção da vida doméstica e a entrada das crianças na escola acabaram diminuindo a sua importância. Assim, o espaço privado tornara-se contraditoriamente valorizado e desvalorizado. (Lasch, 1977)

De acordo com Oliveira (1991), a ocultação da vida privada e o esvaziamento de seu valor social é conseqüência da invisibilidade das mulheres, que têm negada sua existência autônoma: “Como Midas ao

contrário, transformam em nada tudo aquilo que tocam (Oliveira, 2003, p.35)”.

Ao silenciarem sobre a vida privada, as mulheres propiciaram, involuntariamente, a ocultação de um fato fundamental: o mundo do trabalho estrutura-se articulado a uma vida privada garantida e protegida, historicamente, pelas mulheres. Aos poucos, os estudos sobre as mulheres vêm se questionando acerca da importância da vida privada, na sua dimensão existencial. Da mesma maneira que as mulheres foram ocultadas como parte da humanidade, foi ocultada também a vida privada como promotora da civilização. A ênfase exagerada na vida profissional, em detrimento da vida privada, acaba sendo perniciosa à própria sociedade, uma vez que, deixando em segundo plano a função educativa dos pais, acaba punindo crianças e jovens com o abandono (Oliveira, 2003).

Segundo a análise de Oliveira (1991), a entrada das mulheres no mundo público provocou uma desorganização da identidade feminina, fazendo emergir uma necessidade de redefinição. As mudanças históricas que modificaram o lugar social das mulheres mudaram também a experiência das mulheres no mundo, tornando-as divididas entre passado e futuro, entre memória e projeto. Mais de vinte anos após o surgimento do Movimento Feminista, Oliveira (1991) aponta a existência de um sentimento de perplexidade face ao descaminho do Movimento, e descreve uma nostalgia, observada nos discursos das mulheres atuais, de um tempo em que tudo era claro: sonhos, trajetórias de vida e projetos.

Conforme observado por McGoldrick e Carter (1995), caso não ocorresse uma reestruturação do trabalho e do lar, a nova geração de mulheres estaria vulnerável ao retrocesso. Para os autores, a culpa pela maternidade menos-que-perfeita e pelo desempenho profissional menos-que-perfeito é real, uma vez que não é possível “ter tudo”, quando os empregos ainda estão estruturados para os homens cujas esposas cuidam dos detalhes da vida, e os lares ainda estão estruturados para as mulheres cuja única responsabilidade é cuidar das famílias.

Esta situação seria, segundo Jablonski (1998), uma espécie de meio do caminho, ou seja, a frustração diante da percepção de uma

promessa de igualdade que não se concretizou, um ponto onde não se pode voltar atrás, nem permanecer como se está. O presente estudo considera que tanto o discurso da mulher devotada ao lar e aos filhos, quanto aquele da mulher independente, que privilegia a carreira, de certa forma aprisionam a mulher, na medida em que um desconsidera o outro, empobrecendo as possibilidades de se estar no mundo das mulheres, além de não ser capaz de contemplar as pluralidades. Neste sentido, Oliveira (1991) assinala a necessidade de se resgatar a experiência feminina através dos tempos para agregá-la às vivências da mulher atual. No seu dizer:

É do encontro dessas mulheres com as outras, as representantes dos valores femininos tradicionais, que vai emergir um desvio coletivo, portador de um contradiscurso sobre a condição feminina. O movimento de mulheres será, também, fator de cultura, na medida em que é dessa interação conflituosa entre uma identidade irreparavelmente perdida e uma identidade recusada que vai nascer a reivindicação de uma identidade original, a ser construída. (Oliveira, 1991, p. 59)

Oliveira (1991), no entanto, enfatiza que não há caminho de volta para as mulheres. É justamente porque elas fizeram a travessia do mundo dos homens que estariam mais bem situadas para revalorizar o mundo feminino, não como refúgio, mas para repensar sua contribuição para uma nova configuração da convivência entre os sexos. O projeto da diferença é pós-feminista porque, sem o feminismo, seus questionamentos não poderiam ser feitos. Ele pretende corrigir suas distorções, propondo às mulheres uma volta ao passado, não buscando devolvê-las para o universo privado, mas para revalorizar o que é próprio das mulheres: suas raízes, seu modo de estar e agir no mundo.

Neste ponto, nos perguntamos se as participantes deste estudo, mulheres com carreiras importantes que decidiram, na contramão da pós-modernidade, cuidar de seus filhos, não seriam porta-vozes deste novo movimento? Ou seriam simplesmente vítimas de um mundo machista que insiste em impedir a realização plena das mulheres, vítimas da sua opressão?

Como uma tentativa de discutir este movimento, que pode ser percebido como um retrocesso, recorreremos a Singly (2007). Analisando a

construção das identidades pessoais na modernidade, o autor ressalta que na segunda modernidade (denominação utilizada por ele para definir o período histórico que começou a partir do início dos anos 1960), existem tensões envolvidas na busca de um equilíbrio entre as exigências de autonomia e de segurança. Os indivíduos querem, ao mesmo tempo, ter asas e criar raízes. Refutando o enunciado de Bauman, segundo o qual “o mundo moderno líquido abomina tudo que é sólido e durável” (Bauman, 1925 , p.43), Singly (2007) argumenta que a necessidade de se buscar as origens faz parte das reivindicações dos indivíduos individualizados, que necessitam de um ponto de referência a partir do qual podem se deslocar. As “heranças” são, portanto, necessárias para que o indivíduo possa se reinventar.

Seguindo esta linha de raciocínio, esse “retorno” aos valores femininos tradicionais estaria inserido no projeto de individualização da mulher contemporânea, e não corresponderia a um retrocesso. Nas palavras de Singly: “O sonho (...) do indivíduo moderno se transforma em idas e vindas, incluindo os movimentos de reflexividade e não um avançar indefinido, sem projeto” (Singly, 2007, p.177). O autor conclui que esses movimentos são bem-vindos, uma vez que, ao enriquecer sua experiência, o indivíduo define seu próprio destino.

Na medida em que a experiência feminina ao longo da história, relacionada ao cuidado e à maternidade, marca a experiência existencial das mulheres, acreditamos que esta não pode se separar de sua identidade. E as próprias mulheres têm confirmado este ponto em seus relatos. Ainda que esse passado tenha servido de pretexto para a exclusão e como álibi ao confinamento, tal fato não elimina a sua existência. O corpo, por este viés, é visto como a experiência histórica, portanto, olhar para o passado e se encontrar nele, não significa buscar uma essência do feminino, mas o feminino como experiência. Este é, segundo a autora, “o destino do movimento das mulheres (...) [que] terá assim tornado presente e visível o feminino como corpo, como história, como cultura, como crise e como projeto (Oliveira, 1991, p.74)”. A valorização da natureza feminina sempre foi o argumento preferido do

pensamento mais reacionário. Referia-se a uma essência imutável que servia, sobretudo, para delimitar o espaço da mulher, exercendo controle sobre ela. A perspectiva da autora, segundo ela própria, é outra: é a experiência ligada a uma Natureza histórica. Em suas palavras:

A liberdade do feminino para definir-se nos tempos vindouros não se referirá à Natureza como essência, mas como experiência. Não negará o lugar corporal, primordial, a partir do qual ele vive e pensa o mundo, mas o integrará nesse pensamento do mundo. Não negará o passado, a cultura feminina, que medrou à margem do mundo dos homens, mas tampouco a aceitará como álibi à exclusão e ao confinamento. (Oliveira, 1991, p.145)

Embora este trabalho se contraponha à idéia de que estaríamos vivendo uma indiferenciação entre os gêneros, uma vez que não se pode fugir do constrangimento do corpo, que traz consigo vivências fundamentais para a própria identidade das mulheres, o deslocamento do feminino ocorrido nas sociedades ocidentais está levando ambos os sexos a se distanciarem cada vez mais dos modelos estereotipados de gênero e a buscarem novas formas de subjetividade, fugindo da idéia de que existe um modelo masculino e um feminino universal. No dizer de Araújo (2005):

Sob a égide da pluralidade e da singularidade, surgem diferentes modos de ser da masculinidade e da feminilidade que convivem, de forma já não tão conflituosa, com as matrizes hegemônicas de gênero ainda existentes. Neste cenário (...) abre-se a possibilidade concreta de construir relações de gênero mais democráticas, nas quais o direito à igualdade e o respeito à diferença são as pedras angulares. (Araújo, 2005, p.6)

4. **Mulher e trabalho: a situação atual**

O trabalho remunerado é uma realidade cada vez mais constante para a mulher atual. Além de possibilitar maior autonomia em relação ao marido, ele permite à família alcançar um melhor padrão de vida. Possuir uma carreira profissional, para muitas, não significa apenas ter uma renda - é fonte de realização pessoal (Rocha-Coutinho, 2007).

O acesso da mulher à educação se dá atualmente de maneira irrestrita. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, a escolaridade das mulheres brasileiras aumentou de 2003 para 2008. A presença daquelas que possuíam 11 anos ou mais de estudo era de 51,3% em janeiro de 2003, indo para 59,9% em janeiro de 2008. Esta taxa é ainda mais elevada que a dos homens. Entre eles, esse mesmo nível de escolaridade foi de 41,9% e 51,9%, respectivamente, nos meses janeiro de 2003 e de 2008.

No entanto, a desigual divisão de trabalho entre os sexos leva as mulheres a se dedicar mais ao lar. Cerca de metade de homens e mulheres ocupados no Brasil trabalham entre 40 e 44 horas semanais. No entanto, a população feminina predomina nas faixas de tempo de dedicação ao trabalho menor ou igual a 39 horas, com 26,4%, comparados com 10,1 % dos homens. O predomínio masculino se observa na faixa de tempo de trabalho maior que 45 horas semanais, com percentuais de 38,2% e 24,1%, respectivamente, para homens e mulheres

Ainda segundo dados do IBGE, comparando trabalhadores que possuem o nível superior, o rendimento das mulheres é cerca de 60% do rendimento dos homens. Para as mulheres com nível superior completo em janeiro de 2008, o rendimento médio habitual era de R\$ 2.291,80, enquanto para os homens, esse valor se elevava para R\$ 3.841,40. Assim, verificamos que mesmo com o grau de escolaridade mais alto, as discrepâncias salariais entre homens e mulheres seguem elevadas.

Embora o trabalho seja um valor importante para a mulher contemporânea, pesquisas (Rocha-Coutinho, 2003, 2007) têm demonstrado que a maternidade, quando chega, passa a ser prioridade na vida da mulher. A visão da maternidade não foi alterada, e continua sendo vista como um ato de disponibilidade incondicional ao filho. Tal concepção é reforçada, segundo diversos autores (Durham,1983, Oliveira, 2001), pela inscrição da maternidade no corpo da mulher e pela dependência do bebê em relação à mãe que o amamenta, o que levaria ao desenvolvimento de um forte vínculo entre mãe e filho.

Segundo ampla investigação realizada pelo Instituto Datafolha, sobre comportamento, sexualidade, atitudes e valores da família brasileira, publicada na Folha de São Paulo (2007), 33% dos entrevistados acham que as mulheres devem deixar de trabalhar fora para cuidar dos filhos (a resposta foi dada por 36% dos homens e 30% das mulheres). 49% concordam com a afirmação de que a mulher só deve trabalhar fora quando o salário dela é realmente necessário. Estes dados demonstram que no imaginário (e nas práticas) de homens e mulheres, cabe à mulher a maior parcela de responsabilidades com os filhos. Eles apontam ainda para uma manutenção da divisão sexual do trabalho no ambiente doméstico

Ainda de acordo com a mesma pesquisa, as mulheres cuidam mais: 78% das mulheres vão a reuniões da escola; os homens, apenas 21%. No dia-a-dia, 83% das mulheres acompanham as refeições dos filhos, enquanto apenas 18% dos homens o fazem. Quando o filho está doente, 90% das mulheres fornecem os cuidados, para 15% dos homens.

A conciliação entre maternidade e trabalho envolve uma considerável sobrecarga física e emocional para as mulheres. A exaustiva dupla jornada tem levado muitas mulheres a desistir até mesmo de carreiras bem-sucedidas para se dedicar exclusivamente à função de mãe. No presente estudo, apresentaremos o resultado de nossa pesquisa com mulheres que se encontram justamente nesta situação.

Em entrevista recém-publicada pela Revista Cláudia (nº 11, nov./2008, ed. Abril), a feminista Camille Paglia afirma que o feminismo contemporâneo errou ao supor que o mundo do trabalho, com seu ritmo

intenso, fosse garantia de felicidade e satisfação a todas as mulheres, em todas as culturas. No seu entender, “o feminismo é cego e insultante quando denigre o papel de mãe e dona-de-casa, que deve ser valorizado e honrado” (Paglia, p.61, 2008). A autora critica a falta de importância concedida pela sociedade ao ato de cuidar.

Paglia (2008) se debruça sobre as questões que se colocam para a mulher contemporânea, na difícil tarefa de conciliar uma carreira de sucesso com o relógio biológico, uma vez que a ênfase social e cultural que se dá ao trabalho atualmente acaba levando muitas mulheres a adiar a decisão de ter filhos, sem avaliar apropriadamente as conseqüências dessa escolha. Jovens talentosas americanas que cursam as universidades daquele país são, conforme salienta a autora, constantemente pressionadas a investir em grandes carreiras profissionais, onde a possibilidade de se tirar um tempo livre no começo da vida profissional para se dedicar ao projeto de ser mãe torna-se praticamente impossível. Paglia (2008) é contrária à idéia propagada por algumas feministas de que as mulheres poderiam “ter tudo”: uma carreira de sucesso e, mais tarde, filhos, se esse fosse o seu desejo, e alerta para o fato de que a fertilidade da mulher, alta na juventude, vai decaindo conforme o tempo passa, o que pode significar enormes decepções para aquelas que seguem essa cartilha: “o problema vem da natureza, e não da sociedade”, diz. Na sua visão, nem todas as disparidades entre homens e mulheres na sociedade são resultado de preconceito ou opressão, mas das diferenças biológicas, que devem ser discutidas e respeitadas. Por conta da gestação e da amamentação, a mulher é necessariamente a maior sobrecarregada com a vinda de um filho.

Héritier (2002) compartilha esta mesma visão, e afirma que as diferenças entre os sexos devem-se a uma assimetria de cunho biológico. Entretanto, não tem dúvidas de que esta assimetria tenha sido vivida socialmente em detrimento das mulheres, na medida em que foi apropriada pelo discurso do sexo dominante.

Paglia (2008) acredita que estas questões deveriam ser objeto de reflexão da jovem mulher ainda na escola, quando faz planos para o futuro. Tal exercício deveria ser feito sem cobranças ou pressões, e

garantido pelas organizações e pela sociedade. No seu entender, a mulher que opta por se tornar mãe aos vinte anos, ou que decide parar de trabalhar para cuidar de um filho, não deve ser desqualificada. Esta posição é similar às idéias de Mizrahi (2004) e Oliveira (2003), que observam a necessidade de que se discuta no âmbito público os impasses vivenciados no ambiente privado, a fim de que se encontrem modelos mais adequados de articulação entre eles.

A questão central, na concepção de Oliveira (2003), é que não se admite que o cuidado com outros seres humanos, mais frágeis e dependentes, tenha um valor social. No modo de ver da autora, uma vez reconhecida a importância da vida privada, esta se tornaria atraente também para os homens. As obrigações de pais e mães, enquanto elementos fundamentais para o bem-estar da sociedade, devem ser divididas entre homens e mulheres. Conforme expõe Oliveira (2003), o que está em pauta é o modo como a sociedade está organizada, como está funcionando o mercado de trabalho, seus espaços e temporalidades, que insistem na ocultação do privado, como se ele não existisse.

Para ilustrar a complexidade do quadro, uma pesquisa apresentada por Hewlett (2003), assinala que entre as mulheres mais bem sucedidas profissionalmente, 49% completam 40 anos sem terem sido mães, indicando um maior investimento na vida profissional justamente durante sua idade fértil. Paglia (2008) menciona que nos Estados Unidos, muitas mulheres entre 40 e 50 anos que não tiveram filhos declaram-se arrependidas:

Evidentemente, elas foram atacadas por feministas que dizem que ser mãe *full time* é um desperdício (...) As pessoas não deveriam ser definidas apenas pelo trabalho. A educação das crianças é um ato criativo e crucial em qualquer civilização. (Paglia, p.61, 2008)

Corroborando essas idéias, Rubin & Wooten (2007) constataram, em seu estudo com mulheres americanas, que aquelas que largaram os empregos para ficar com os filhos, ou “stay-at-home-mothers”, não recebem, ou recebem muito pouca validação social, o que as leva a desmerecer também internamente a própria experiência. As mulheres entrevistadas no estudo relatam que o que mais sentem falta da época

em que trabalhavam é o reconhecimento. Aquelas que possuem maior apoio e validação de suas famílias apresentaram menos conflitos do que aquelas que sentiam não contar com esse apoio.

Segundo Bruschini (2006), as pesquisas sobre o trabalho feminino - após um período em que analisavam a ótica da produção, sem levar em conta o fato de que o lugar ocupado pela mulher na sociedade também é determinado por seu papel na reprodução social – passaram a focalizar a articulação entre o espaço produtivo e o reprodutivo, uma vez que para as mulheres a vivência do trabalho implica sempre a combinação dessas duas esferas.

O trabalho doméstico não tinha conotação de trabalho, por não ser remunerado, o que impedia os instrumentos medidores de avaliar apropriadamente as atividades econômicas desempenhadas por mulheres. Atualmente, o conceito de trabalho foi revisto. Dentro deste novo modelo de desenvolvimento, segundo os autores do relatório (de 1995, preparado para a IV Conferência da Mulher em Pequim) não há nenhuma razão para que atividades como criar filhos, cozinhar, cuidar da casa e outras não sejam reconhecidas ou valorizadas.

Devido à ausência de um conceito que lhe desse visibilidade, o trabalho doméstico permaneceu, durante muito tempo, ignorado dos estudos sobre o trabalho. Os estudos sobre a divisão sexual do trabalho mostraram, através da articulação entre a esfera da produção econômica e da reprodução social, as conseqüências das obrigações domésticas na vida das mulheres, que limitam seu desenvolvimento profissional. Com carreiras descontínuas, salários mais baixos e empregos de menor qualidade, as mulheres muitas vezes acabam priorizando seu investimento pessoal na esfera privada. Quando se analisa o tempo gasto nos afazeres domésticos, juntamente com a presença de filhos, observa-se que o cuidado com os filhos é uma das atividades que mais consome o tempo de trabalho doméstico das mulheres. Segundo dados desta pesquisa, as mães dedicam aos afazeres domésticos quase 32 horas do seu tempo semanal, um número bem superior ao das mulheres que não tiveram filhos.

Analisando a idade dos filhos, os dados apontam que os filhos pequenos são aqueles que consomem o maior número de horas de dedicação às tarefas domésticas (quase 35 horas semanais, quando os filhos têm menos de dois anos, e pouco mais de 32 horas quando estes estão na idade entre 2 e 4 anos), cifras bem maiores àquelas encontradas para a população feminina em geral.

A autora conclui que as mulheres, muito mais do que os homens, dedicam parte importante do seu tempo ao trabalho para a reprodução social. Esta constatação torna-se especialmente relevante quando se considera que são justamente aquelas - esposas e mães de filhos pequenos - que mais consomem seu tempo no domicílio, as que estão adentrando com mais vigor no mercado de trabalho e nele permanecendo desde os anos 80. Como consequência, são também elas as que enfrentam maior sobrecarga de trabalho e dificuldades de conciliação entre as responsabilidades familiares e as profissionais.

Bruschini (2006) propõe que o trabalho doméstico passe a ser considerado um trabalho não-remunerado, e não mais inatividade econômica, e chama atenção para a necessidade de políticas sociais de apoio a essas trabalhadoras, sobretudo aquelas de baixa renda.

Estes dados vão de encontro àquelas encontrados por Jonathan e Silva (2007). Em discussão acerca das demandas conflitantes em relação ao trabalho e à vida pessoal vivida por mulheres empreendedoras, as autoras assinalam que as mulheres que trabalham (especialmente as mães), apresentam melhores índices de satisfação do que aquelas que não trabalham. É importante, entretanto, ressaltar que o estudo em questão teve como foco mães com filhos mais velhos (apenas 15,9% da amostra possuíam filhos menores que 12 anos, o que pode ter contribuído para diminuir a relevância dos dilemas relacionados a deixá-los para trabalhar). Tais resultados levam as autoras a questionar o “tabu” que apresenta o trabalho remunerado como um fardo na vida das mulheres, além de afirmar que “os espaços profissional, familiar e pessoal contribuem de maneira equilibrada para o bem-estar psicológico destas mulheres” (Jonathan e Silva, 2007).

Os resultados de Amato (2008), contudo, apontam na direção contrária. Apesar do aumento substancial da participação da força de trabalho feminina nos EUA entre 1980 e 2000 (de 58% em 1980 para 75%, em 2000), aumentou também o número de esposas que gostariam de trabalhar menos horas ou não trabalhar. Apesar do movimento em grande escala das mães e esposas em direção à força de trabalho pago ocorrido na segunda metade do século XX, os resultados do estudo surpreenderam os autores: a porcentagem de esposas que preferiram “nenhum trabalho” aumentou, de 25% para 34%. Correspondentemente, a porcentagem de esposas que preferiram um trabalho de tempo integral diminuiu de 27% para 19%. A porcentagem de esposas empregadas no mercado de trabalho que gostariam de trabalhar menos horas ou simplesmente não trabalhar aumentou de 48% para 59%, entre 1980 e 2000. Na verdade, um terço de todas as esposas em 2000 gostaria de ser dona-de-casa em período integral. Estes resultados são consistentes com a noção de que muitas esposas (especialmente aquelas com menor escolaridade) trabalham por conta muito mais de uma necessidade econômica do que por interesse pessoal.

Na pesquisa conduzida pelo Datafolha, mencionada anteriormente, a importância dos laços familiares foi ressaltada: no ano de 2007, 69% dos brasileiros entrevistados consideram a família muito importante e 29% consideram importante. Nas famílias com renda entre 10 e 20 salários mínimos, o índice dos que a consideram muito importante é de 81%.

Corroborando a percepção de que a desvalorização da vida privada é perniciosa à sociedade, Lash (1977) descreve como na sociedade ocidental o horário de trabalho é visto como mais importante do que o horário da família. O autor considera que, embora não se possa questionar a justiça na reivindicação feminina pela igualdade política e no trabalho, também não é correto buscar essa emancipação sem alterar as condições econômicas. Sem transformar o trabalho, o consumo e a busca imediata por satisfação, gera-se simplesmente uma indiferença frente à necessidade de jovens e crianças, que passam a ser vistos como um simples empecilho à liberdade da mulher. Lasch (1977) retoma a

preocupação feminista, problematizando o trabalho da mulher em relação à esfera produtiva como um todo, colocando a questão da seguinte maneira:

A crítica mais importante à atual organização do trabalho é que obriga as mulheres a escolher entre o seu desejo de auto-suficiência econômica e a necessidade de seus filhos. Em lugar de culpar a família por essa situação deveríamos culpar a organização do trabalho em si. Em lugar de perguntar como as mulheres devem ser liberadas da família, deveríamos perguntar como seria possível reorganizar - humanizar – o trabalho para que seja possível às mulheres competir economicamente com os homens sem sacrificar suas famílias ou, inclusive, a esperança de ter uma família. (Lasch: 1977, p.73)

Na visão de Badinter (1980), uma vez retirado o véu da maternidade, a mulher apresentaria as mesmas ambições econômicas do homem, contudo Mizrahi (2004) aponta para um risco importante nesta visão da problemática feminina: o perigo de se substituir uma visão universalista (a do amor materno como algo instintivo, natural a todas as mulheres) por outra: a de que seria universal e natural à mulher, ambicionar a participação na atividade produtiva tal como ela se apresenta. Assim como Lasch (1977), a autora coloca em questão o mundo do trabalho, o qual, da maneira que está estruturado, prejudica o convívio entre pais e filhos, bem como a capacidade de proteção da família.

Mizrahi (2004) assinala que nunca o nível de envolvimento do trabalhador com a instituição foi tão alto como nos dias de hoje. Atualmente é esperado de homens e mulheres que mantenham o mesmo padrão de dedicação e desempenho no trabalho, independente do atendimento aos filhos pequenos. Dessa maneira, até mesmo direitos garantidos por lei, como a licença-maternidade, podem ser descumpridos. Numa tentativa de minimizar a culpa por não poderem estar tão presentes na vida dos filhos, os pais buscam preencher esse espaço cercando-os de especialistas e de produtos. Na visão da autora, tal atitude demonstra uma tendência de “deixar as crianças, assim como os trabalhadores, mais por conta própria, trazendo-lhes uma socialização voltada já para a solidão” (Mizrahi, 2004, p.105). O espaço privado estaria deixando de

existir como espaço protetor, na medida em que se mostra cada vez menos capaz de influenciar o mundo do trabalho.

Mizrahi aponta para o aparecimento de um novo tipo de parentalidade, na qual os filhos são menos protegidos, para se prepararem melhor para os desafios do futuro. Ela sugere que atrás do elogio à criança livre, mais inteligente e independente do nosso tempo, convivendo desde cedo com uma educação diversificada, pode esconder-se a mesma condição de solidão e vulnerabilidade experimentada atualmente nas relações de trabalho, e considerada como um aspecto “natural” da vida. Na fala da autora:

(...) as perdas a serem vividas pela criança, e que são consideradas naturais e importantes para o desenvolvimento, são ditadas por uma organização do trabalho que não parece aos pais como passível de ser transformada. Nesse sentido, da mesma forma que o indivíduo isolado é confrontado com uma realidade social pouco acolhedora, a escolaridade precoce pode surgir como imposição que desconsidera o ritmo que permitiria à criança dela participar sem se submeter. (Mizrahi, 2004, p.80)

Dividindo a mesma opinião com Oliveira (2003), Mizrahi (2004) acredita ser necessário romper com a idéia de que cabe exclusivamente à família a assistência e o apoio às crianças. Traz para a discussão os pais, a escola, o mundo do trabalho e os demais espaços sociais. Ou seja, a parentalidade não pode ser pensada separada das questões políticas, ao custo de não sermos capazes de acolher os diferentes modos de vida.

4.1.

Tempo e qualidade de vida: o luxo contemporâneo

‘Tempo é dinheiro’. Este ditado popular revela a relação dos indivíduos contemporâneos com o tempo. Como dito anteriormente, o tempo para o trabalho é o mais valorizado nos dias de hoje. Os outros tempos, o tempo da família e o tempo para si mesmo não possuem, na lógica do mercado, peso igual. Entretanto, ambos são condição básica de saúde mental. A mulher que tem família tem pouca chance de ficar sozinha. Seu tempo é dividido entre uma série de tarefas que envolvem

cuidados: com os filhos, com o marido, com os idosos, com a casa. Na fala de Oliveira:

(...) é um tempo de respostas, onde pouco espaço sobra para as perguntas que quer fazer a si mesma. Vai ficando distante de si, até não se reconhecer mais, quando se encontra. Um tempo para si, descomprometido, tornou-se o luxo dos luxos, que poucas podem se oferecer. (Oliveira, 2003, p.60)

A autora critica a maneira que a questão é tratada, ou melhor, descartada, devolvida à vida privada como um problema de negociação conjugal. Chama a atenção também para o fato de que as instituições públicas e os tempos de funcionamento da sociedade são definidos em função da disponibilidade integral de uma mulher que ainda educa os filhos e cuida da burocracia doméstica (Oliveira, 2003).

Esta necessidade de mais tempo também foi observada por Rubin & Wooten (2007). As participantes relataram que o tempo disponível para criar os filhos compensava os custos da decisão de ficar em casa, o que significava abrir mão de suas bem-sucedidas carreiras profissionais. Outro aspecto importante assinalado refere-se ao fato de que as mulheres expressaram a importância do cuidado consigo mesmas, tanto fisicamente como intelectualmente. Com esse intuito, reservavam ao longo do seu dia tempo para ir à academia, participar de grupos de leitura, realizar trabalho voluntário ou ir ao cinema.

Em um artigo publicado pelo Jornal The New York Times (2003), resultado de quatro anos de pesquisa, onde entrevistou mulheres de vários estados dos Estados Unidos, Lisa Belkin (2003) relata a complexidade na articulação do mundo do trabalho com as aspirações femininas. A autora defende, corroborando as idéias de Oliveira (2003), uma redefinição do mundo do trabalho, baseada na importância da vida privada. Em suas palavras:

It's not just that the workplace has failed women. It is also that women are rejecting the workplace. As these women look up at the "top," they are increasingly deciding that they don't want to do what it takes to get there. Women today have the equal right to make the same bargain that men have made for centuries -- to take time from their family in pursuit of success. Instead, women are redefining success. And in doing so, they are redefining work. (Belkin, 2003, p 2)

Ao redefinir o sucesso, suas prioridades e metas de vida, as mulheres estariam provocando uma redefinição do mundo do trabalho. E, ao desocultar a beleza e importância da vida privada para a sociedade, esta também se tornará (ainda que em um longo processo) atrativa para os homens.

Belkin (2004) acredita que o êxodo de mulheres do trabalho não se deve somente à maternidade, mas também ao fato de que muitas vezes o trabalho não se constitui mais em fonte de satisfação. Para ela, as mulheres adorariam manter ao menos alguma versão de uma carreira. Em sua visão, a possibilidade de fazer pausas, através da gravidez e do parto, seria um verdadeiro presente da biologia para as mulheres (Belkin, 2003, p. 5).

Esta concepção bastante se difere daquela propagada nos primeiros momentos do movimento feminista, que considerava a maternidade uma cilada para a mulher, pois a obrigava a interromper sua vida profissional. Esta visão, como já discutimos, pleiteava uma igualdade que teve como consequência uma crise de identidade feminina e provocou uma desvalorização marcante do universo privado e das vivências femininas ao longo da história. Aqui, estamos considerando-a uma oportunidade que as mulheres têm de se questionar a respeito de suas reais necessidades e de avaliar suas prioridades de vida diante das demandas ininterruptas da pós-modernidade. À medida que o ambiente de trabalho se torna mais estressante, a porta de saída se torna mais atrativa para as mulheres:

Women get to look around every few years and say, 'Is this still what I want to be doing?' she says. "Maybe they have higher standards for job satisfaction because there is always the option of being their child's primary caregiver. When a man gets that dissatisfied with his job, he has to stick it out. (Belkin, 2003, p.5)

Segundo os dados analisados por Amato ([et al.], 2007), a percepção de que o trabalho interfere na vida conjugal aumentou de 1980 para 2000, tanto para os homens quanto para as mulheres, notadamente quando há filhos pequenos em casa. Das mulheres que trabalhavam em período integral, 35% relataram que a vida profissional interferia na vida

familiar, relacionando-se com baixos níveis de qualidade na vida conjugal. O trabalho de meio expediente das esposas mostrou-se um arranjo mais satisfatório e menos estressante do que quando a esposa trabalha em período integral ou quando ela não trabalha. Neste estudo, o aumento de horas de trabalho das esposas estava associado a uma diminuição da satisfação conjugal.

Na visão de Belkin (2003), é justamente o fato de que as mulheres estão mais dispostas a sair, a razão pela qual o mundo do trabalho precisa das mulheres. Não somente porque elas representam 50% da força de trabalho, mas pelo fato de que elas estão mais dispostas a sair do que os homens. Segundo dados coletados pela autora, atualmente nos Estados Unidos, empregadores trabalham mais para manter as mulheres nos cargos. Empresas americanas que adotaram políticas de horários mais flexíveis na última década quintuplicaram o número de sócios e diretores mulheres no mesmo período. Também naquele país, este processo estaria começando a incluir os homens: o número de homens casados que são cuidadores em tempo integral dos filhos subiu 18 pontos percentuais. Na empresa Ernst & Young, 46% dos trabalhadores que deixaram o trabalho por causa dos filhos eram homens. No dizer de Belkin (2003):

Sanity, balance and a new definition of success, it seems, just might be contagious. And instead of women being forced to act like men, men are being freed to act like women. Because women are willing to leave, men are more willing to leave, too (...) Looked at that way, this is not the failure of a revolution, but the start of a new one. It is about a door opened but a crack by women that could usher in a new environment for us all. (Belkin, 2003, p.8)

Os dados encontrados por Amato ([et al.], 2007) também apontam para esta mesma tendência: um ligeiro declínio na taxa de emprego masculina. Em 1980, 95% dos homens casados estavam empregados, em 2000, este número caiu para 92%. Os autores interpretaram este achado como sendo reflexo de um aumento da porcentagem de maridos que são donos-de-casa: em 1980, apenas um participante encontrava-se nesta situação, enquanto em 2000, vinte maridos cuidavam exclusivamente da casa e dos filhos, constituindo-se em 1% da amostra.

Entretanto, de modo geral, ainda são as mulheres que arcam com a maior parte do ônus no que se refere à responsabilidade com o lar e com os filhos, estando mais propensas a deixar de lado projetos pessoais em função da qualidade da vida pessoal.

Pode-se argumentar que as mulheres que participaram dos estudos (Belkin (2003) e Rubin & Wooten (2007)) aqui discutidos, que abandonaram carreiras de sucesso em função da família, pertençam a uma elite, sendo fácil considerá-las uma exceção, sobretudo em tempos de mercados de trabalhos saturados, crise econômica, e divórcios que se multiplicam. Porém o fato de que justamente essas mulheres, que chegaram ao topo da vida profissional, atingindo um patamar semelhante ao dos homens, estejam optando por seguir um caminho diferente, torna este fato merecedor da nossa atenção. Segundo Belkin (2003), tais mulheres estariam redefinindo o conceito de sucesso:

Success was about the male definition of money and power. There is nothing wrong with money or power. But they come at a high price. And lately when women talk about success they use words like satisfaction, balance and sanity. (Belkin, 2003, p.8)

Esta nova definição de sucesso, que leva em conta não só o aspecto financeiro, mas o equilíbrio entre os diferentes aspectos da vida, parece-nos mais saudável, não só para a família, mas também para a sociedade como um todo. Entretanto, se as mulheres adotam esta postura unilateralmente, sem incluir os homens, caem novamente em um modelo de relação onde dependem financeiramente dos maridos, ficando mais vulneráveis no caso de uma eventual separação.

A instabilidade conjugal é uma questão de peso para a mulher contemporânea. De acordo com Singly (2007), a aplicação dos ideais individuais na esfera privada e a crença no amor como um sentimento indispensável para a manutenção das conjugalidades trouxeram a instabilidade para dentro da família (se comparada a outras épocas, quando a morte era a responsável pelas separações), o que afeta mais fortemente as mulheres. Possuir um trabalho torna a mulher mais livre para exercer seu desejo de permanência ou não na relação conjugal.

Nesse sentido, a opção de abandonar o emprego para uma dedicação integral à família pode ser um risco alto demais para se correr. Segundo Singly (2007), “é no momento da separação que se paga o custo da vida conjugal”. O autor refere-se ao fato de que, em função de um sub-investimento das mulheres na vida profissional - resultado da atribuição da vida doméstica a elas - o divórcio significa um empobrecimento para a maioria das mulheres.

Diante do quadro acima exposto, fica clara a necessidade da ampliação do debate na área de família, voltado para a situação da mulher contemporânea, especialmente no que se refere às tensões envolvidas na busca pelo equilíbrio entre vida profissional e vida privada.

5. A pesquisa

As dificuldades envolvidas na conciliação da maternidade com a vida profissional têm levado muitas mulheres a abandonar até mesmo carreiras bem-sucedidas, frutos de anos de dedicação e investimento, para se dedicar exclusivamente aos cuidados com os filhos e com o lar. Este estudo teve como objetivo investigar qual o impacto desta opção na vida destas mulheres. Mais especificamente, buscamos investigar os sentimentos envolvidos na decisão de se afastar do emprego; qual é o significado da maternidade para elas; qual é a importância da carreira em suas vidas; como se sentem em sua nova vida; além de adquirir uma maior compreensão sobre o que essa opção nos informa sobre o presente e sobre o futuro das relações entre gênero e trabalho.

A fim de atingirmos estes objetivos, fez-se necessária a delimitação do grupo de participantes para a realização das entrevistas de coleta de dados. Assim, foram estabelecidos os seguintes critérios:

5.1. Sujeitos

Este estudo contou com a participação de 8 mulheres, que foram selecionadas a partir dos seguintes critérios de recrutamento: (1) mulheres das camadas médias da sociedade, moradoras da cidade do Rio de Janeiro; (2) mães de filhos com idades variando entre seis meses e quatro anos; (3) que tenham feito a opção de se afastar (temporariamente ou não) do emprego em função dos cuidados com o(s) filho(s); (4) e possuíssem uma carreira profissional bem-sucedida que envolvesse um alto grau de comprometimento pessoal por parte destas mulheres; (5) estar atualmente vivendo com seus companheiros.

Optamos por entrevistar mulheres com filhos pequenos por acreditarmos que os primeiros anos são os que mais demandam tempo,

dedicação e cuidados, o que pode ter elevado peso na decisão de se afastar de atividades fora do lar.

A necessidade de que as participantes tenham se afastado de carreiras bem-sucedidas e não somente de empregos que demandassem um baixo grau de investimento e comprometimento pessoal, se deu em função de que desejávamos afastar a possibilidade de que a maternidade tenha sido uma espécie de “rota de fuga”, uma chance de “escapar” de uma situação que não se constituía fonte de realização pessoal significativa e que, portanto, não custava muito abandonar.

As idades das entrevistadas variam de 27 a 38 anos. Duas são publicitárias, uma é advogada, uma pediatra, uma economista e três trabalhavam na área de administração. Todas, exceto a advogada, possuem especialização (mestrado, MBA e pós-graduação). O número de filhos variou de um a dois somente. Todas se encontravam, na ocasião das entrevistas, completamente afastadas da atividade profissional. A seguir, apresentaremos os dados completos (lembrando que os nomes foram modificados visando preservar as identidades das participantes).

Entrevistada 1

Nome: Rita

Idade: 37 anos

Número de filhos: 1

Idade (s) do (s) filho (s): 1 ano

Ocupação/Profissão: Publicitária, atuava no setor de compras do setor têxtil.

Pós-graduação em Marketing

Tempo que está afastada do emprego: 1 ano e meio

Entrevistada 2

Nome: Laís

Idade: 36

Número de filhos: 1

Idade (s) do (s) filho (s): 4 anos

Ocupação/Profissão: Publicitária, MBA em Marketing

Tempo que está afastada do emprego: 4 anos e meio

Entrevistada 3

Nome: Isadora

Idade: 35

Número de filhos: 2

Idade (s) do (s) filho (s): 2 anos ; 8 meses.

Ocupação/Profissão: Marketing (atuava no setor de telecomunicações) Mestrado em Administração

Tempo que está afastada do emprego: quase 3 anos

Entrevistada 4

Nome: Camila
Idade: 38
Número de filhos: 2
Idade (s) do (s) filho (s): 6 anos; 3 anos
Ocupação/Profissão: Médica Pediatra/ Imunologista
Tempo que está afastada do emprego: 6 anos

Entrevistada 5

Nome: Lúcia
Idade: 36
Número de filhos: 1
Idade dos filhos: 7 anos
Profissão/ocupação: Economista / Pós-graduação em Marketing
Tempo que está afastada do emprego: 7 anos

Entrevistada 6

Nome: Ana Maria
Idade: 35
Número de filhos: 2
Idade(s) do(s) filho(s): 3 anos; 1 ano
Ocupação/Profissão: gerente de marketing
Tempo que está afastada do emprego: 3 anos

Entrevistada 7

Nome: Jaqueline
Idade: 30 anos
Número de filhos: 2
Idade dos filhos: 3 anos; 1 ano
Ocupação/profissão: administração (consultora empresarial /planejamento da marketing; mestrado em administração/ marketing)
Tempo que está afastada do emprego: 3 anos

Entrevistada 8

Nome: Carla
Idade: 27 anos
Número de filhos: 1
Idade do filho: 3 anos
Profissão: advogada
Tempo que está afastada do emprego: 3 anos

5.2.**Instrumento**

Este estudo teve como instrumento de coleta de dados uma entrevista semi-estruturada, contendo os principais itens, elaborados *a priori*, que serviram de base para as questões que pretendíamos

investigar. As entrevistas foram realizadas individualmente, em local escolhido pelas próprias entrevistadas, de acordo com sua conveniência.

O uso de temas, e não de perguntas fechadas, visou preservar as características de conversas informais, por acreditarmos que dessa maneira os sujeitos se sentiriam mais à vontade para se expressarem de forma espontânea, evitando assim gerar tendenciosidade nas falas. Vale salientar que o roteiro de entrevistas (Anexo 1) serviu apenas como um norteador, permitindo que o pesquisador tivesse “flexibilidade” frente aos conteúdos trazidos pelas entrevistadas, sem perder de vista os objetivos do trabalho.

A ordem de emergência dos tópicos do roteiro foi determinada pelo próprio fluxo da conversa. No entanto, aqueles tópicos que não foram naturalmente abordados, eram mencionados pelo entrevistador. Dessa maneira, todas as participantes abordaram os temas que considerávamos mais importantes para nossa investigação, tais como: compreender qual a importância da carreira profissional, se era satisfatória ou não; que motivações as levaram a fazer a opção de abandonar o emprego; como se sentiam em relação a essa opção - quais os maiores benefícios e os maiores desafios; qual o significado da maternidade em suas vidas; como os salários eram utilizados; qual era a posição do parceiro em relação à escolha de se afastar do emprego; como era a relação com a própria mãe; e quais eram seus planos para o futuro.

5.3.

Análise dos dados

A análise das entrevistas foi realizada através do Método de Explicitação do Discurso Subjacente (MEDS), proposto por Nicolaci-da-Costa (2006). Os depoimentos foram gravados mediante autorização prévia das participantes, e transcritos posteriormente. A transcrição foi feita de forma integral e detalhada: o MEDS enfatiza que as falas dos entrevistados não devem ser alteradas ou editadas, procurando-se

preservar ao máximo o que foi dito, e como foi dito. Assim, são mantidas pausas, hesitações, gírias, erros gramaticais, entre outras coisas, evitando desta maneira influenciar o discurso dos participantes.

Na análise do discurso, o texto resultante da transcrição é visto como ponto central, norteador da análise, portanto os conteúdos dos discursos foram interpretados a partir das categorias que emergiram das próprias falas das participantes (abordagem êmica).

O trabalho de análise dos dados coletados por meio das entrevistas foi feito em duas etapas: a análise inter-participantes e a análise intra-participantes. A análise inter-participantes consiste em buscar as respostas predominantes para a maioria dos entrevistados, ou seja, as respostas dadas pelo grupo como um todo, o que é possível através do agrupamento de todas as respostas de todos os sujeitos. As respostas recorrentes já apontam para possíveis tendências nos resultados ou possíveis categorias.

A análise intra-participantes acontece através da análise das respostas dadas pelos participantes individualmente. Nela, são investigados os possíveis conflitos e contradições existentes nos discursos individuais. Dessa maneira, são buscadas inconsistências, contradições, bem como novos usos da linguagem no discurso de cada um. De acordo com o MEDS, essas inconsistências e/ou contradições constituem-se excelentes vias de acesso ao discurso subjacente, ou seja, àquilo que, por algum motivo, não pôde ser dito.

6.

Resultados e discussão

A partir da análise dos relatos obtidos nas entrevistas, foram selecionados alguns temas recorrentes, que apareceram com maior frequência nas falas, formando as chamadas ‘categorias’ de análise, que são apresentadas a seguir:

6.1.

Foco total na vida profissional

Em todos os relatos foi possível observar a centralidade que a profissão ocupava na vida destas mulheres. Todas as entrevistadas consideravam-se *workaholics*: sempre ‘antenadas’ com os acontecimentos, focadas no desenvolvimento profissional, investindo constantemente em cursos e especializações - o que as obrigava a viajar com alguma frequência. Mas isso não parecia incomodá-las, pelo contrário, todas, com exceção de Lúcia, afirmaram gostar das viagens, quando aproveitavam para conhecer novos lugares e sair da rotina. Além de representar independência financeira, o trabalho foi visto por sete entrevistadas como fonte de realização pessoal. Apenas uma das participantes considerava o aspecto financeiro do trabalho como o único benefício que obtinha deste. Todas relataram trabalhar em período integral, algumas chegando a permanecer até mais de doze horas no local de trabalho, o que ocorria eventualmente. Frequentemente levavam trabalho para casa, onde finalizavam o que não tinha sido possível realizar durante o dia. Para Isadora, uma das mais agitadas, a carreira vinha sempre em primeiro lugar, até mesmo antes de relacionamentos interpessoais:

“Sempre foi assim, prioridade zero, antes até de relacionamento. Workaholic total! Teve até um dia que o meu chefe chegou pra mim e perguntou: ‘O que que você tá fazendo aqui até essa hora? Aí eu falei pra ele: É porque um dia eu quero sentar na sua cadeira!’” (Isadora)

“Foi uma faculdade difícil, não é, são seis anos de faculdade, e mais quatro anos de especialidade, porque eu fiz pediatria, e depois eu fiz uma sub-especialidade, que é de alergia e imunologia, eu fui pra fora estudar... então eu não fiquei parada... só que eu acho que pra pediatra, ou qualquer especialidade médica, acho assim, ou você assume de verdade, ou você não faz. Porque pediatra, a mãe te liga três, duas horas da manhã, e eu acho assim, que você tem que estar disposta a assumir isso. E eu sempre fui muito dedicada, isso nunca foi problema pra mim.” (Camila)

A fala abaixo ilustra bem uma alta expectativa em relação ao próprio desempenho, observada em todos os relatos. Tanto quando o assunto era o trabalho como quando falavam sobre a maternidade e a administração da casa:

“Eu sempre gostei de trabalhar e sempre trabalhei bastante. Até antes de eu começar a trabalhar na [empresa X] eu fazia estágio em uma outra empresa, embora não fosse o dia todo. Mas eu sempre gostei de trabalhar, sempre gostei de ter o meu dinheiro. E eu não sou daquele tipo de pessoa que faz as coisas pela metade. Eu sempre gostei de fazer direito, então eu meto a cara mesmo.” (Ana Maria)

“Era muito importante, na verdade, eu só trabalhava. Eu comecei a trabalhar quando eu tava no terceiro período da faculdade, comecei a fazer estágio, e sempre ia de um trabalho pra outro eu nunca parei assim pra dar um tempo.(...) então era importante pra eu me realizar financeiramente e também sempre foi um prazer pessoal, eu sempre gostei muito de trabalhar... eu sempre encarei como um desafio que eu gostava e que eu queria crescer na profissão, eu tinha muita ambição, então eu quis fazer mestrado, não pra ir pra área acadêmica, mas pra ser promovida, pra melhorar... então o trabalho pra mim sempre foi muito importante. Aí eu engravidei e continuei trabalhando e trabalhei até o dia antes do meu filho nascer.” (Jaqueline)

O advento da contracepção, segundo Oliveira (1991) permitiu às mulheres separar prazer e procriação, constituindo-se na grande ruptura na história feminina. Entrelaçando-se com outros fatores, tais como inovações tecnológicas, fez emergirem novas aspirações e valores, que acabaram contribuindo para a entrada maciça das mulheres no espaço público. É interessante notar que todas as participantes trabalhavam em áreas tipicamente reconhecidas como ‘masculinas’, tais como administração, medicina, direito, etc. Podemos refletir que essas mulheres, ao entrarem no mundo dos homens, assumiram características

‘masculinas’, tornando-se agressivas, competitivas e ambiciosas. Conforme observou Oliveira (1991), a luta pela igualdade teria levado as mulheres a supervalorizar qualidades consideradas masculinas, em detrimento das femininas, resultado de um sentimento de inferioridade internalizado. Como consequência, teria sido gerado um enorme ‘mal-estar’, levando à necessidade de se realizar uma revisão das idéias feministas.

Corroborando os achados de Szapiro e Féres-Carneiro (2002), que apontaram a força do discurso feminista no ideário da mulher contemporânea, três entrevistadas expressaram uma dificuldade de assumir o desejo de serem mães em função do peso que a carreira possuía em suas vidas. Como não admitiam interferências da vida privada na vida profissional, a maternidade era sempre adiada (tanto que apenas três foram mães antes dos 30 anos) – a despeito da insistência dos companheiros para que engravidassem:

“Desde 18 anos eu trabalhava fora, então eu tinha um perfil de que eu achava que eu não ia casar... de que eu não ia ter filho... e que eu só ia viver a minha carreira, porque ser produtora é uma carreira que te envolve muito, te seduz muito, e te ocupa muito, sem sábado e domingo, sem nada, de segunda a segunda” (Laís)

“(...) eu já trabalhava na área há 13 anos, e sempre com o projeto de não colocar filho em primeiro lugar, né, eu já tava casada há 8 anos mas sempre com o projeto assim: agora eu vou mudar de emprego, agora eu vou fazer pós-graduação... e eu viajava muito, não tinha horário pra nada, e meu marido pressionando (para ter filho)... e isso desde o segundo ano de casamento, e eu falava não, agora eu não quero, eu tô viajando muito, eu tô não sei o quê, agora eu não posso...” (Rita)

Isadora assinalou que sua dedicação ao trabalho freqüentemente incomodava o companheiro – que se sentia preterido, levando-os muitas vezes a se desentenderem. Ao todo cinco maridos, conforme apontado nos relatos das esposas, queixavam-se da pouca atenção que estas lhes concediam em função de seus trabalhos:

“Bom, então, eu tô casada há 11 anos e só quando a gente tinha perto de 9 anos que eu engravidei. Por minha causa, porque por ele eu já tinha engravidado muito antes. Eu mudei muito de emprego, dentro da minha área, eu buscava sempre crescer, e tal, até os amigos me sacaneavam: -

Ah, não vai engravidar porque mudou de emprego de novo? Ah, daqui a pouco vai inventar outra coisa... Quando veio a história do Mestrado, ele quase teve um troço! (ri) Ele dizia: - Não, agora vai ser impossível engravidar, fazendo Mestrado... Então eu tava nessa loucura, né, trabalhando, fazendo Mestrado...” (Isadora)

A influência negativa que o aumento da dedicação das esposas ao trabalho possui sobre os relacionamentos conjugais é um dado confirmado por Amato ([et al.], 2008), em estudo sobre a conjugalidade americana: o aumento do número de horas de trabalho das esposas, segundo o autor, relaciona-se positivamente com a queda da satisfação conjugal.

De acordo com Paglia (2008), a importância social e cultural que possui o trabalho nas sociedades contemporâneas, especialmente nas camadas médias da população, acaba levando muitas mulheres a adiar a decisão de ser mãe, sem avaliar apropriadamente as conseqüências dessa escolha. O investimento pesado em carreiras que consomem todo o tempo livre das mulheres torna o projeto da maternidade praticamente impossível. Acreditamos que nossas entrevistadas se encaixem neste perfil de mulher que valoriza extremamente a profissão, e que o desejo de ser mãe, de algum modo, não se encaixava no estilo de vida que levavam. Paglia (2008) alerta para a importância de se considerar o declínio da fertilidade feminina: uma mulher de 35 anos ou mais possui uma capacidade de engravidar bastante reduzida se comparada a uma de 25. Esta realidade muitas vezes pega de surpresa a mulher que resolveu adiar os planos de engravidar, o que coloca a necessidade de se discutir a maternidade como uma opção que não fica aberta à mulher para sempre.

Devido a esses fatores, consideramos que equilibrar as demandas de uma carreira profissional com as exigências da maternidade constitui-se em algo extremamente problemático para a mulher contemporânea, justificando, assim, a ampliação do debate sobre o tema.

6.2.

Mudança dos objetivos de vida após a maternidade

Para todas as entrevistadas, como já mencionamos, a carreira ocupava papel central. Nos relatos, afirmaram que ‘viviam’ para o trabalho, dedicando a ele a maior parte de seu tempo e energia. Com a chegada dos filhos, entretanto, tudo mudou. Estes passaram a ser considerados prioridade, e a profissão foi relegada a um segundo plano. A maternidade foi vista como a experiência mais fundamental, mais intensa e realizadora para as entrevistadas, a despeito do alto grau de envolvimento com o trabalho existente anteriormente. Este deslumbramento com a maternidade surpreendeu-as, fazendo aflorar uma nova faceta de suas personalidades, até então desconhecida. As falas abaixo revelam um intenso sentimento maternal que se desenvolveu na relação com o (s) filho (s):

“E aí esse meu professor falava pra mim: - Você tem idéia de quantas pessoas querem o seu lugar? Aí eu falei pra ele: - Você tem idéia de que só agora a minha filha vai ter essa idade? E que a minha profissão pode esperar e ela não? (...) Ah, eu acho que [ser mãe] é tudo né. É que... fica até difícil de falar...porque ... eu não me vejo assim sem elas, eu acho que o problema é até mais meu do que delas, eu é que não me vejo saindo pra trabalhar deixando elas. (...) Porque antes eu achava que eu tinha que ter um mega consultório, ser uma super especialista... até a sub-especialidade que eu fiz na USP, em alergia e imunopatologia... lá é um centro de referência pra todo o Brasil... Então era uma coisa... que eu adorava, eu adorava... então pra mim eu achava que eu ia ficar ali e ia crescer ali e que aquele era o meu futuro. Aí vieram as meninas... aí mudou, e foi mudando durante a gestação, não foi nem... já foi aos poucos...foi mudando [fica com os olhos marejados]. E aí hoje quando eu penso na minha vida eu fico feliz de ver a minha vida do jeito que está... eu acho que eu tô super satisfeita.” (Camila)

“Eu nunca tive instinto maternal! Nunca, zero! Tanto que eu só desenvolvi quando eu tava com o meu filho no meu braço! Se eu disser que ah, nasci pra ser mãe, mentira! E eu fiz um mapa cármico meu aí que disse que eu nunca tinha sido mãe nas minhas outras vidas, que eu vim pra essa pra ser. Quando ela me falou isso eu dei risada na cara dela. Que eu nem pensava! Assim, eu queria ter filho como parte da minha vida, mas eu falava assim: - Não, quando tiver na hora de voltar a trabalhar, eu vou botar na creche! (...)Aí [quando o filho nasceu] tudo mudou! Eu não conseguia mais me imaginar voltando às horas que eu trabalhava. Eu nunca nem ia ver ele acordado! Ginástica, nem pensar!” (Isadora)

Para a maioria das nossas informantes, o período da licença-maternidade foi o momento em que elas perceberam que seus planos haviam mudado, que não poderiam (e não queriam) mais voltar à antiga vida de antes, já que agora tinham algo que consideravam mais importante a que se dedicar. Assim, podemos perceber que o discurso que hipervaloriza a presença da mãe na vida dos filhos é utilizado para justificar a diminuição do investimento profissional das mulheres.

“ (...) eu fiquei muito apaixonada pelo meu filho depois que ele nasceu. E eu começava a imaginar que eu ia perder tanta coisa, assim, a primeira andada... como é que eu vou perder... eu sempre quis ser uma mãe presente, eu nunca fui aquela que vai pra academia, vai pr’aqui, pr’ ali... então eu sempre gostei muito de acompanhar a rotina dele, então quando eu pensei em ficar longe da rotina, eu resolvi não voltar, eu achei que não valia à pena. Então... ser mãe mudou totalmente a minha cabeça.”
(Jaqueline)

Podemos aqui aludir a Mizrahi (2004), que definiu o sentimento da mãe pelo filho como uma construção feita pelo sujeito ao interagir com as condições específicas do ambiente, contrariando a noção de instinto materno como algo natural a toda mulher, noção essa que serviu no passado como uma prescrição de normalidade familiar e também como um peso para todas as mulheres. Nossas entrevistadas relatam claramente esse apaixonamento como fruto de sua vivência direta com os próprios filhos. Ainda durante a gestação, com a proximidade do nascimento do bebê, ocorreu um aumento do investimento afetivo na maternidade, o que acabou levando-as a relativizar a importância de todas as outras coisas.

“Então essa parte... eu pensava, essa reunião não é a coisa mais importante do mundo, não vai mudar minha vida, não vai fazer a menor diferença isso tudo... porque é que eu tô aqui? E isso eu grávida. E eu pensava, será que quando nascer meu filho eu vou ter saco de ficar nessas reuniões? Isso ficava martelando a minha cabeça... eu achava um saco esses debates intermináveis sobre coisas sem importância, mas não era tão forte. Isso começou a pesar mais quando eu já tava pra ser mãe.”
(Ana Maria)

Toda a desenvoltura que Rita demonstrava para falar de sua vida profissional desapareceu por completo quando tentou descrever o que a maternidade representava em sua vida, deixando transparecer uma enorme emoção:

“Ah, agora é tudo ela. Ela em primeiro plano pra tudo...tudo , tudo, tudo... não sei nem te definir isso, assim... como é que eu posso dizer...(sorri sem jeito, com lágrimas nos olhos e mexe nos cabelos) É tão estranho, sabe, assim...como é que eu vou te dizer... preciso encontrar uma palavra... é, taí, isso é uma coisa que eu não sei te falar... é tão complexo o negócio... eu acho que é um preenchimento total, assim... como mãe eu tô realizada, assim... eu até penso em ter outro, mas eu como mãe eu já tô realizada, com uma só... Eu me sinto feliz, eu tô feliz da vida...” (Rita)

A fala de Laís ressalta o aspecto ousado da opção de abandonar o trabalho pago para se dedicar à maternidade. Ser uma mulher de classe média, altamente qualificada profissionalmente, que opta por ser mãe e dona-de-casa em tempo integral, pode levá-la a ser alvo de críticas e motivo de espanto em uma sociedade regida por ideais igualitários e individualistas, que tem como valor importante a independência financeira.

“eu achava que trabalhar fosse a melhor coisa da vida, e realmente não é, acho que ser mãe... Eu tenho uma amiga que tava me perguntando se devia parar de trabalhar, porque não tava agüentando a pressão. Você optar por não trabalhar pode parecer um pouco cômodo, mas é uma ousadia isso.” (Laís)

Além disso, as próprias entrevistadas fazem parte desse mundo e também compartilham desses ideais, o que torna sua escolha ainda mais difícil. No mundo capitalista que valoriza a produção, que é realizada no âmbito público, as relações que não são orientadas para fins de lucro, são automaticamente desvalorizadas. A maternidade, aparentemente, muda os valores e a forma que as mulheres vêem a vida, levando-as a se questionar a respeito da importância da vida privada, na sua dimensão existencial.

“Bom, agora... se eu tiver que botar a profissão, considerando família, filhos... acho que a carreira taria em último. Assim, não que eu não pense em voltar a trabalhar, mas eu quero poder tá junto do meu filho, pelo menos por um período, porque daqui a pouco, é uma coisa natural, ele

não vai mais precisar, e nesse momento ele precisa. (...) Eu quero poder ir na escola às 3h da tarde assistir meu filho na capoeira, eu quero poder fazer isso. Eu via na creche onde ele estudava as crianças chorando porque o pai ou a mãe não podiam assistir, então eu não quero isso pro meu filho, pelo menos enquanto ele for pequeno.” (Lúcia)

A centralidade que a maternidade possui na vida da mulher contemporânea é um dado já observado por outros pesquisadores. Os achados de Rocha-Coutinho (2003, 2007) em estudo com mulheres executivas e mulheres com um emprego apontam a maternidade como sendo vista como algo que dá sentido à vida da mulher. Entretanto na visão de Oliveira (1991), influenciadas pelo discurso feminista, que denunciava e rejeitava o ‘confinamento’ da mulher no lar, as mulheres mergulharam de cabeça no mundo dos negócios, ‘escamoteando’, para utilizar um termo da autora, a vida privada.

A maternidade, considerada uma espécie de ‘cilada’ pelas feministas, foi excluída da propaganda da mulher moderna e bem-sucedida. O mundo do trabalho, por sua vez, passou a cobrar dedicação integral das mulheres, como se sua vida privada não existisse. Aos poucos o mal-estar da dona-de-casa foi substituído por outro: o mal-estar da trabalhadora que não tem tempo para a vida pessoal. Este sentimento estaria levando as mulheres a buscar recuperar os aspectos da identidade feminina que teriam sido suprimidos no discurso da igualdade. Nesse contexto, as participantes deste estudo podem ser representantes deste movimento, que pode ser analisado como um retrocesso ou como um avanço no sentido de uma busca por uma identidade mais realista, que leve em consideração a história das mulheres, buscando revalorizar a importância da vida privada, em função da qual, vale salientar, se estrutura todo o mundo do trabalho.

“Antes de eu conhecer meu marido eu tava naquele período super dedicada ao trabalho, à solteirice, a mim mesma, então não era uma coisa ligada a essa estrutura familiar, a esse sonho.. sabe, não era. De repente mudou tudo, de uma hora pra outra, e eu acabei entrando de cabeça nessa história. Eu me lembro que quando eu amamentava que eu levava no pediatra e eu sabia que ele tinha engordado em função de mais nada e exclusivamente do meu leite, eu me lembro que eu pensava: - Cara, essa criança só está viva graças a mim! Então acho que

isso pirou muito a minha cabeça, eu pensava: - Não preciso de mais nada! Eu amamento, ele tá vivo! Eu acho que esse sentimento toma a mulher que é mãe mesmo! É incrível! Eu quando meu filho nasceu, eu não tinha tido nenhuma experiência com bebê nem nada! Eu não sabia nem pegar um bebê! E quando ele nasceu, olha, foi imediato, eu me levantei da cama e eu já sabia tudo, tudo! Baixou um santo em mim!” (Carla)

As falas acima ilustram ainda a idéia de “tradicionalização” assinalada por Jablonski (2007), segundo a qual, a despeito de ideais igualitários e individualistas existentes anteriormente, a chegada do filho leva os cônjuges a assumirem um comportamento mais tradicional: a mãe passa a se ocupar prioritariamente da casa e o marido, de prover o sustento da família. A gestação e a amamentação vêm reforçar esta divisão, já que levam a mulher a fazer uma forte conexão com o filho, fazendo com que ela se sinta imediatamente responsável por aquela criança a quem deu à luz. Esta conexão é vivida de forma diferente pelo pai, provavelmente por não participar de forma tão intensa dos primeiros momentos da vida do bebê. Alguns pais chegam a sentir-se excluídos desta relação: são comuns relatos daqueles que se ressentem pelo afastamento da esposa em função da sua dedicação exclusiva ao filho, demonstrando sentimentos de ciúmes (Salém, 1987). Portanto, os papéis de mãe e pai vêm reforçar a diferença entre os gêneros dentro do lar. Em nosso estudo, duas entrevistadas relataram terem vivenciado experiência semelhante com seus maridos.

6.3.

Resgate do prazer na maternidade: valorização da presença da mãe

Todas as entrevistadas ressaltaram o papel da mãe como educadora, como aquela que pode contribuir definitivamente com a transmissão de valores e na formação do indivíduo. Assinalaram sentir prazer no ato de cuidar: embora reconheçam o quanto a dedicação aos filhos possa, por vezes, ser cansativa, relatam satisfação no fato de poderem se dedicar a eles. Cinco das nossas entrevistadas contam com a ajuda de babás, porém como um suporte, e não como uma ‘terceirização’

dos cuidados. Afirmam fazer questão de estar presentes em determinados momentos, tais como levar e buscar na escola, ou na hora das refeições. Também consideram importante compartilhar momentos de prazer com os filhos.

“No começo eu não tinha babá, não tinha empregada em casa, eu não morava perto da minha mãe, eu morava em São Paulo capital, aí eu fazia tudo com ela... E eu adorava... até hoje eu gosto, até hoje eu que dou banho nelas, embora eu tendo uma babá, na hora delas almoçarem eu faço questão de estar em casa... eu não programo as minhas coisas na hora... bom, elas estão no Inglês, então tá bom, dá pra eu ir na ginástica. Elas estão... não é que eu não deixe ninguém fazer, eu deixo. É que eu gosto de dar banho, eu gosto de ficar lá conversando, eu gosto de sentar na hora que elas tão almoçando, ir buscar e levar na escola, isso pra mim não é um sacrifício, é um prazer.” (Camila)

“Por exemplo, com ele ,todo dia eu brinco mais ou menos uma hora. (...) Até o ato de ver televisão, eu tenho a preocupação de não ser aquela coisa... porque os meus vêem, mas durante os programas, a gente também conversa, comenta, sabe? Então... é aquela coisa, mesmo eu tendo bastante ajuda, tem coisas que eu não abro mão, e eu gosto. Tem horas que dá vontade de não acordar à noite, porque eu tenho ‘tado’ podre, ela tem acordado duas vezes... mas de noite, mesmo sendo duro, sou eu que acordo!” (Isadora)

“Eu não quero “ter” que dar banho, “ter” que dar a comida, mas eu quero dar banho e dar comida a hora que eu quiser (...)Mas eu acho que eu gosto, eu acho que é um momento de carinho, entendeu? De tá perto, tá junto...trocar falda, por exemplo, eu sempre adorei! Acho uma delícia! Eu acho que eu ia me sentir mal se eu não pudesse fazer isso, entendeu? Eu ia sentir que eu tava perdendo...” (Ana Maria)

As falas apontam para um comprometimento com a formação do filho, o que depende do investimento afetivo e do prazer que a mãe sente em transmitir valores, compartilhar e educar. Esse prazer, podemos ponderar, está contido neste movimento de revalorização das práticas femininas que foram desvalorizadas pelo discurso feminista, e como parte da busca por uma identidade mais ampla, que seja capaz de se reconhecer competitiva, assertiva e competente no trabalho, ao mesmo tempo em que percebe e assume a importância da atenção, do cuidado com o outro e da proteção da vida como valores dos quais não pode (nem quer) prescindir. Valores estes que não querem mais ser negados, mas assimilados como parte importante da identidade feminina. Laís utiliza a

palavra 'transformar' para ilustrar o que seria o ato de dar um sentido novo; humanizar as tarefas do dia-a-dia, partindo, provavelmente, da consciência de que todos os momentos de interação entre mãe e filho são significativos:

“[ser mãe] é formar o indivíduo que ele vai ser... é nesse ínterim, nesse leva-e-traz da escola, fazer isso ser rico. Porque levar e trazer da escola qualquer um faz. Você bota um chofer, uma babá com um motorista, ou bota no ônibus da escola. É muito mais que isso! É o modo que você vê a coisa. E você só transforma isso quando isso passa a não ser um estresse pra você.” (Laís)

“Eu acho que, daqui a pouco, ele vai crescer, então eu gosto de levar, de pegar, de ir em festinha, de conhecer os amiguinhos... eu gosto de participar. Eu não quero ser a melhor amiga das mães, não é isso, mas eu quero pelo menos conhecer, saber com quem meu filho tá, poder chamar os amigos e poder deixar ele na casa dos amigos tranqüila. Então assim, tem que levar, eu levo. Tem que pegar, eu pego, e tô sempre junto. Eu não queria deixar ninguém fazendo isso. A maternidade ocupa assim, primeiro lugar na minha vida.” (Lúcia)

“Ah, é tão bom ser mãe! (fica com os olhos marejados) É muito bom. É uma coisa que... não sei, não dá pra explicar (enxuga uma lágrima). É ... você saber que tem um ser que depende de você e saber que pra ele você é a coisa mais importante que existe, sabe... só porque você é você...é muito mágico! E você vai vendo a criança evoluindo... sei lá, por mais que cê tenha amigos que têm filhos , por mais que cê tenha primos mais novos, você vê a criança cê acha engraçadinho, mas não é o seu filho, não é nem de longe a mesma coisa... e aí também você vai se identificando nele, vai vendo seu marido nele também... ai, não sei, é muito bacana!” (Ana Maria)

Na fala abaixo, a maternidade veio de forma tão avassaladora que chegou a eclipsar os outros aspectos da vida de Carla, afetando inclusive sua conjugalidade:

“Nossa, eu não consigo me lembrar da minha vida antes de ser mãe, eu acho que mudou muito e além de ter mudado apagou muita coisa que eu sentia antes de ser mãe, assim, eu não sei mais o que que é não ser mãe, acho que é isso que ele [o marido] não aceitava, ou não entendia (...) acho que ser mãe é saber criar gente, sabe, é isso que eu sinto, eu fico o tempo todo tentando criar uma boa pessoa, sabe, e uma pessoa pro mundo, uma pessoa legal. Eu sinto que essa responsabilidade é muito minha, sabe, fazer com que ele seja um bom homem.(...)Eu acho que a função da mãe é indelegável, você arranja uma pessoa pra ajudar, mas cuidar... a sensação que eu tenho é de que ele sempre é minha

responsabilidade, mesmo que ele não esteja comigo. É louco, eu sei, mas eu sinto isso! Eu ouvi uma vez, não sei se é verdade, que uma pessoa quando tá prestes a morrer, ela chama pela mãe...” (Carla)

Assim como nos relatos obtidos por Salém (1987), em estudo com ‘casais grávidos’ sobre as questões que se colocam para o casal moderno durante o processo de tornarem-se pais e mães, nossas informantes também consideram que cabe a elas a tarefa de cuidar dos filhos - tarefa que não parecem estar dispostas a dividir com mais ninguém. Salém (1987) observa que a ‘nova maternidade’, ou maternidade atual, pressupõe a existência de um intuito de dedicação integral ao bebê, observada na importância atribuída à amamentação e ao estado psicológico do filho, justificando assim a interrupção da atividade profissional da mulher e a recusa em aceitar ajuda, ou ‘interferência’ (aliás, esse termo foi utilizado algumas vezes por nossas entrevistadas) nos cuidados com o bebê, principalmente nos primeiros meses. Esta percepção, aliada ao fato de que os maridos continuaram envolvidos com suas atividades profissionais, levou-as, para usar a expressão de Salém (1987), a ‘inflacionar o papel de mãe’, que passou a ser considerado prioritário em relação aos demais, instigando assim uma espécie de simbiose entre mãe e filho. Talvez por isso, nas falas das nossas entrevistadas, seja flagrante a ausência dos pais no que se refere aos cuidados com as crianças. Nos poucos momentos que aparecem, sua contribuição possui conotação de ajuda, o que, como anteriormente observado por Jablonski (2007), pressupõe que a obrigação de cuidar é realmente da mãe. Vale salientar que essa ‘ajuda’ vem geralmente de babás e das mães das entrevistadas, confirmando que cuidar dos filhos é ainda visto como assunto de mulheres. Este achado confirma ainda as estatísticas que apontam para a manutenção da divisão do trabalho de acordo com o gênero dentro do lar.

O ponto de vista de Bruschini (1997) aponta as conseqüências negativas das obrigações domésticas que, atribuídas basicamente às mulheres, limitam seu desenvolvimento profissional. Com carreiras prejudicadas pelas constantes interrupções e salários mais baixos que os dos homens, as mulheres muitas vezes acabam priorizando seu

investimento pessoal na esfera privada, afastando-se das posições de maior prestígio e poder, perpetuando assim as desigualdades entre homens e mulheres na sociedade.

Com base nos estudos de Rocha-Coutinho (2007), podemos analisar que nossas entrevistadas estariam simplesmente reproduzindo o discurso tradicional machista, criado no século XIX, que afirma caber à mulher a atenção e os cuidados com os filhos. No entanto, também é possível considerar que embora o discurso moderno de Rousseau tenha realmente buscado glorificar a maternidade e a função materna, com o objetivo de controlar a vida da mulher e sua sexualidade, alguns estudos antropológicos (Durham, 1983) demonstram que em todas as culturas os cuidados com a prole sempre foram da competência feminina, e a participação dos homens se dá de maneira complementar. Tal afirmação nos impede de ver esta tendência a se atribuir os cuidados com os filhos à mãe, simplesmente como resultado de um desejo masculino de dominação, e sim como uma elaboração cultural que se constrói sobre características de cunho biológico. Nesse caso, a dependência que os bebês possuem necessariamente em relação às mães.

Com esta colocação, pretendemos criticar as análises puramente culturalistas, que sustentam a idéia de que as diferenças sexuais provêm exclusivamente da socialização e da cultura, e que a eliminação do pensamento patriarcal eliminaria essas diferenças. Neste estudo, acreditamos que não se pode fugir do constrangimento do corpo: as vivências do corpo feminino expõem as mulheres a experiências existenciais que são diferentes das experiências dos homens. A maternidade necessariamente impõe um maior envolvimento da mulher com o filho, pelo menos até o fim da amamentação. Este fato provém da natureza, e não da sociedade. O modo como a sociedade utiliza (e já utilizou no passado) esta informação, é que pode ser problemático.

6.4.

Avaliação da convivência com os filhos

Nos relatos das participantes aparecem críticas à ausência parental, que seria a principal causadora de comportamentos indesejados nas crianças. Consideram as qualidades observadas nos próprios filhos, tais como segurança, capacidade de aceitar limites, boa adaptação na escola; etc, como sendo reflexo do carinho e atenção que dispensam a eles:

“O melhor eu acho assim, que a criança... pelo menos as minhas duas são extremamente seguras e bem resolvidas. As duas sabem o que elas querem, elas são crianças que têm limites, eu acho que eu consigo colocar limite e quando tá com a babá eu vejo que elas ficam bem também. Eu acho que o fato de eu estar presente tá se refletindo no comportamento delas, na auto-estima delas.” (Camila)

“Eu tento, assim, dentro do que eu converso, dentro do que eu leio, eu tento estimular ela o máximo possível, tanto que ela tá na natação, nunca fica em casa, ela tá sempre em um parquinho ou outro, entendeu, pra poder tá sempre em atividade. E outra coisa, pra poder liberar ela dessas viroses que as crianças pegam na creche. A minha filha quase nunca fica doente! Agora mesmo uma menina que mora lá perto de casa, entrou pra creche com um ano e vive com o nariz escorrendo, então é assim, tem gente que não tem opção, mas já que eu tô tendo, eu vou fazer esse sacrifício... sacrifício porque te prende, entendeu, como eu não tenho a babá, me prende muito.” (Rita)

“Então eu quis cuidar do meu filho, e isso me dá prazer. E me dá muito mais prazer quando eu chego pra alguém e digo: - Eu cuidei do meu filho sozinha, eu não precisei... então eu acho que isso aí é uma coisa minha... e é bom ver que aquilo deu certo, que deu um resultado bom pro meu filho, eu vejo nele uma diferença. Não é que ele seja melhor, mas ele é muito seguro. Hoje ele mudou de uma escola e foi pra outra numa boa, totalmente seguro, adaptou no primeiro dia. Porque ele vive num ambiente seguro, então acho que isso é um ponto de partida importante.” (Laís)

“Quero que ele seja bem-educado... e ele é... é bagunceiro também, como qualquer menino, mas se você falar com ele, ele obedece numa boa. Às vezes tem amiguinhos dele que vêm aqui em casa que incomodam de tão mal-educados! Eu não quero que o meu filho seja assim. Cê pensa, ai, aquele garoto, Deus me livre! Mas eu quero que ele tenha limites, sabe?E eu acho que se a mãe não tiver perto, fica complicado... Às vezes em festinhas, cê vê as crianças aprontando, batendo nos outros, e as mães nem aí...ah, eu fico louca com isso!” (Lúcia)

As falas refletem uma psicologização do discurso sobre a maternidade, que atribui um papel fundamental à mãe, conforme assinalado por Costa (1979), fruto de um discurso médico criado como um dispositivo de controle das sociedades ocidentais. A norma higiênica criada no início da era moderna, que hipervalorizava a figura da mulher-mãe - alguém que deveria amar seus filhos acima de tudo, além de ser a responsável pelo seu bem-estar físico e psicológico - parece ainda ter bastante força nas sociedades atuais, onde a vida das famílias gira, mais do que nunca, em torno da criação dos filhos. Assim, as falas dos especialistas foram devidamente assimiladas pelas mães nos seus discursos.

Segundo nossa percepção, não devemos, contudo, minimizar a importância do espaço privado na formação dos indivíduos. Mizrahi (2004) aponta para o aparecimento de um novo tipo de parentalidade, na qual os filhos são menos protegidos e mais expostos desde cedo a toda uma sorte de estímulos que têm como objetivo principal prepará-los melhor para os desafios do futuro. No seu entender, contudo, este estilo de parentalidade não é capaz de proporcionar a segurança necessária para que as crianças sejam capazes de enfrentar o mundo.

Lasch (1977) sugere que voltemos as críticas para a atual organização do trabalho, que “obriga as mulheres a escolher entre o seu desejo de auto-suficiência econômica e a necessidade de seus filhos” (Lasch, 1977, p.17). O autor assinala que o estilo de vida atual, que valoriza demasiadamente o trabalho, o consumo e a busca imediata por satisfação acaba levando as crianças a serem vistas como um fardo que impede a liberdade das mulheres. Lasch (1977) chama a atenção para a idéia equivocada, fruto da influência do individualismo na sociedade ocidental, de se pensar a liberdade em oposição a vínculos e compromissos, diminuindo a capacidade (e a disponibilidade) dos indivíduos de se comprometerem a fim de que não sejam tolhidos em sua liberdade. O autor afirma que a discussão deve girar em torno da busca por uma reorganização, no sentido de humanizar o trabalho, que permita às mulheres “competir economicamente com os homens sem sacrificar

suas famílias ou, inclusive, a esperança de ter uma família” (Lasch, 1991, p.17).

Para que esta transformação no mundo do trabalho possa de fato ocorrer, é preciso que também os homens sejam incluídos, pois não se pode pensar tal transformação sem que haja a promoção do papel masculino no cuidado infantil, bem como uma divisão mais igualitária das atribuições domésticas com as mulheres.

Um dado importante que obtivemos refere-se ao fato de que todas as entrevistadas relatam que suas próprias mães foram mães disponíveis, o que teria influenciado nas suas escolhas atuais. Este dado confirma a análise de Salém (1987) de que a ocasião em que a filha se torna mãe constitui-se um momento propício para uma revisitação subjetiva à sua família de origem, levando-a a deparar-se com a “família internalizada ou introjetada” (Salém, 1987, p.205), acarretando o reconhecimento de que nem tudo é possível de ser mudado.

“Minha mãe sempre trabalhou, mas todo o tempo livre dela era comigo, então ela passava muito tempo comigo. E ela tinha um horário flexível, ela era representante de vendas de umas lojas de São Paulo, em São Paulo e em Petrópolis. Mas eu tinha muito contato com a minha mãe. E eu acho que isso pode ter influenciado o meu jeito de ser mãe, porque eu me lembro de como eu gostava quando, os dias que ela não ia me buscar na escola não eram os dias mais legais... eu lembro que era mais gostoso poder passar alguns momentos do meu dia com ela. Então eu pensava, pôxa, como vai ser com o meu filho, eu vou sair, às vezes ele vai tá dormindo, eu vou chegar, ele vai tá dormindo... não, não é isso que eu quero.” (Jaqueline)

Embora todas tenham relatado terem sido criadas e educadas para exercerem um ofício, para se realizarem enquanto profissionais, suas próprias mães eram, na sua totalidade, mulheres que tinham como principal função a maternidade - algumas trabalhavam em período parcial, priorizando o período que os filhos estavam na escola – o que acabou servindo como um modelo identitário de peso, como elas mesmas reconhecem. Essa transmissão de ideais individualistas nos discursos das mães, apontados pelas filhas, contudo, provavelmente sofreu influência das frustrações e limitações que as mães viveram em suas próprias histórias.

Na fala seguinte Carla demonstra com bom humor os impasses vivenciados pelas mulheres ao tentar harmonizar valores tradicionais e modernos:

“Uma amiga minha falou assim pra mim, olha, eu acho que a gente foi criada pra ser infeliz. A minha mãe nunca trabalhou, se dedicava à maternidade, ao marido, levava os filhos pra lá e pra cá, mas ao mesmo tempo ela me criou pra ser profissional, pra ser realizada, independente, então eu fiquei perdida. E é bem assim mesmo!” (Carla)

É possível observar nestas falas a coexistência de expectativas distintas e conflitantes em relação às mulheres, como já observado por Rocha-Coutinho (2007): expectativas mais modernas, fruto da disseminação de ideais individualistas e igualitários nas sociedades ocidentais, levando-as a valorizar sucesso profissional, igualdade entre os sexos, independência financeira, etc; e expectativas mais tradicionais que, imbuídas de valores patriarcais, basicamente restringem as funções dos homens ao ambiente público e as funções das mulheres, ao âmbito privado.

Podemos também discutir essas tensões entre o moderno e o tradicional a partir de Nicolaci-da-Costa (1985), que justifica a persistência dos significados tradicionais em função de sua internalização na socialização primária, o que faz com que as subjetividades sejam menos propensas a revisões e modificações, a despeito da modernização acelerada da sociedade brasileira atual.

Visando compreender melhor essa questão, podemos recorrer ainda à análise de Singly (2007), sobre a procura dos indivíduos por equilíbrio entre exigências de autonomia e segurança, que caracteriza os comportamentos na segunda modernidade. Segundo o autor, não é porque os indivíduos querem se deslocar, ou seja, por não desejarem ficar limitados aos laços e papéis herdados, que eles recusam toda a herança. Ao contrário, eles precisam dessa herança como ponto de referência a partir do qual podem se deslocar. Dessa maneira, para que o indivíduo seja capaz de se reinventar, ele necessita de um ponto de partida. Paradoxalmente, complementa Singly (2007), quanto maior a individualização, maior a necessidade de segurança, ou de ‘âncoras’. E

esse retorno é rico, como salienta o autor, pois leva o indivíduo a enriquecer sua experiência, tornando-o capaz de definir seu próprio destino. Portanto, as idas e vindas entre moderno e tradicional fazem parte da trajetória dos indivíduos individualizados.

6.5.

Apoio do cônjuge

O papel dos companheiros na decisão de largar o emprego foi visto como satisfatório: nos relatos, as participantes declararam que todos os maridos apóiam a decisão de ficar em casa, o que as deixa tranqüilas e felizes, beneficiando ainda a satisfação conjugal. É importante frisar que em sete dos oito casos, os salários não eram utilizados para pagar as contas da casa, e sim para as despesas pessoais das entrevistadas.

“Olha, ele nunca falou assim pra mim: - Volta ou fica em casa! Não, se você quiser voltar, a gente vai costurar a coisa pra dar certo. Se você acha que você quer ficar... (pensando) eu acho que ele acha melhor, entendeu, eu acho que ele acha melhor. Se ele quisesse que eu voltasse eu acho que ele já tinha colocado um foguinho...” (Camila)

“Usava [o salário] pra mim. Mesmo porque quando eu casei, a gente começou a namorar eu era estudante, e ele já tava formando... ele começou a trabalhar antes e tal, e quando eu comecei a trabalhar o meu dinheiro já era só pra mim e aí depois que a gente casou a gente... eu nem via o meu dinheiro, ia tudo pra conta dele... nem separava, ia direto pra conta dele e a gente gastava, e aí quando eu parei de receber continuou do mesmo jeito, só que aí eu só tirando...(acha graça)” (Camila)

“ Me apoiando o tempo inteiro... Eu tinha medo de encarar o que poderia vir, porque mesmo o meu marido me dando força, eu não sabia como é que eu ia reagir diante dessa situação mesmo ele me dizendo que tava tudo certo poderia dar problema, mas não, graças a Deus... porque ele é muito... ele não tá preocupado com quanto eu gastei no cartão de crédito, ele sabe que eu vou ter um bom senso, e não fica naquela cobrança, porque isso ele sabia que ia me machucar, que ia me magoar, porque eu nunca tive, né, pô, eu pagava minhas contas e tal, e de repente ficar dando satisfação, ah, aí eu não ia conseguir, então isso me ajuda muito.” (Rita)

O apoio dos maridos à decisão de ficar em casa corrobora os dados analisados por Amato ([et al.], 2008) segundo os quais a percepção de que o trabalho interfere na vida conjugal aumentou de 1980 para 2000, tanto para os homens quanto para as mulheres, notadamente quando o casal possui filhos pequenos. De fato, as participantes do nosso estudo, de modo geral, acreditavam que os maridos gostavam da idéia de que elas estavam em casa, se dedicando aos filhos, o que proporcionava maior harmonia no lar.

“ Mas de fato ele sabe que a nossa vida é muito estável assim. Então, por mais que... eu acho que no fundo do ser dele, ele também gosta, porque pra ele, ele sabe que a gente tá bem, protegido, então, é meio assim, em time que tá ganhando, não se mexe.” (Laís)

“ (...) meu marido me apoiou o tempo inteiro, eu acho que ele, ele sempre falou que a decisão era minha mas eu acho que assim, inconscientemente, ele mesmo falava que dava uma tranqüilidade pra ele ir trabalhar, sabendo que eu tava aqui em casa, cuidando do nosso filho, cuidando de tudo...” (Jaqueline)

A situação na qual as despesas não são divididas igualmente entre o casal, segundo a visão de Goldenberg (2008), impede que a mulher assuma uma posição de igualdade com o homem, além de acarretar em uma diminuição do poder feminino na relação. É interessante notar, contudo, que nos discursos de nossas entrevistadas, não aparecem sinais de que há diferença de poder na relação em função da dependência financeira. Pelo contrário, são elas que decidem o destino das férias, quando os filhos vão para a creche, os programas de final de semana, etc. Singly (2007) chamou a atenção para uma classe de esposas que, por possuírem um capital intelectual pelo menos igual ao dos maridos (como é o caso das nossas entrevistadas), possuem mais poder dentro do ambiente doméstico, sendo responsáveis pelo comando da rotina da vida familiar.

Contudo, ao mesmo tempo em que mencionavam essa harmonia conjugal, sete entrevistadas apontaram a dependência financeira do marido, o ‘ter que dar satisfação’ como o maior inconveniente relacionado ao afastamento do emprego, revelando certa contradição em relação a esse tema. O fato de que no passado tenham sido mulheres

independentes, com autonomia sobre seus gastos, parece colocá-las em uma posição desconfortável, com a qual ainda lutam para se acostumar:

“Eu virava a noite! Eu acho que eu tinha um pouco de workaholic, e aquilo me consumia! Eu tinha esse negócio de abraçar o mundo. Fora que eu pensava como que eu ia viver sendo sustentada por marido! Aquilo pra mim era inimaginável! Mas mesmo assim, eu acabei me afastando. Então, assim, num primeiro momento cê fica meio mal, eu tive que elaborar muita coisa dentro de mim.” (Isadora)

“ Mas eu sempre gostei de trabalhar, sempre gostei de ter o meu dinheiro, e agora não trabalhar e não ter o meu dinheiro é o mais complicado. Você não poder administrar as suas... sei lá, sabe, você acha uma coisa legal e você sabe que não tá precisando nem um pouco, e você poder entrar e comprar sem ter que dar satisfação pra ninguém.”(Ana Maria)

As mudanças históricas ocorridas nas últimas décadas, pressionadas pelos Movimentos Feministas e pelo desenvolvimento dos métodos de contracepção, levaram a uma diminuição da taxa de nascimentos, liberando a mulher para investir na vida profissional. Atualmente, o acesso à educação superior já não é mais problema para as mulheres, que chegam ao competitivo mercado de trabalho em condições iguais às dos homens. Apesar da mobilização feminina em direção à vida pública, os homens por seu turno, não fizeram o movimento oposto. As falas de nossas entrevistadas demonstram que dentro do lar, conforme já vimos discutindo, são elas que arcam com a maior parte do trabalho. Outros autores (Araújo e Scalon, 2005, Jablonski, 2005, 2007) vêm confirmando este achado. Observamos também que diante do crescimento das demandas no ambiente doméstico com o nascimento dos filhos, as mulheres foram aquelas que deixaram os empregos, levando-as a estabelecer uma relação de dependência econômica com seus maridos. Do ponto de vista econômico, não há dúvidas de que a atribuição dos serviços do lar às mulheres seja desvantajosa.

6.6.

Retorno ao trabalho: cobrança social

O retorno ao trabalho é visto como uma possibilidade para sete entrevistadas, com a condição de que seja em meio período, pelo menos enquanto os filhos forem pequenos. Apenas uma assumiu seu desejo de permanecer fora do mercado de trabalho. Para seis entrevistadas, o estresse e as horas de dedicação exigidas no trabalho tornou-o incompatível com a maternidade e com a vida familiar:

“Então, eu sempre gostei muito do que eu fazia. Mas o problema é o horário. Se tivesse um trabalho hoje, numa empresa normal, igual à do meio corporativo, que fosse de meio-dia às seis, ok, eu tava lá, fechado, eu não pararia de trabalhar, se me dessem garantia, pelo menos, de que ia ser de 9h às 5h... mas nunca é nem de 9h às 6h, entendeu? É sempre muito mais...” (Isadora)

“Então a gente... era muito, eu trabalhava demais, eu emendava dia com noite, de plantão final de semana... e comigo não tinha esse negócio de que agora eu não posso, sempre podia... então isso agora é impossível pra mim, eu não consigo nem pensar! (...)

Eu gostaria de voltar, mas numa coisa assim bem mais light do que o que eu fazia. Assim, um ambulatório... quatro horas por dia... Pelo menos enquanto elas forem pequenas. Eu penso assim, que tem que ser no período que elas estão na escola... Eu não quero tá ausente enquanto elas estiverem em casa, isso eu não consigo, é uma coisa assim, que eu não consigo deixar...” (Camila)

Sete entrevistadas sentem uma cobrança social para que retornem ao trabalho, fato que as incomoda, talvez por revelar um conflito interno, fruto das demandas contraditórias, que segundo Rocha-Coutinho (2007), muitas vezes não são percebidas como tal:

“Eu gosto disso! Eu não tô fazendo amarrada! Isso que as pessoas não entendem. Eu tenho uma tia que se dedicou aos filhos e eu vejo ela meio amargurada: - Ai, eu não me formei, eu não fiz isso, eu não fiz aquilo...e ela fica com medo de que eu fique igual a ela, entendeu? E eu falo pra ela: - Tia, eu não sou você, eu tô feliz assim, eu tô em casa por uma escolha! Quando eu paro pra pensar... eu vejo que eu não me arrependo. Eu acho que eu fiz a escolha certa. Eu quero que o E [filho] tenha uma família estruturada, entendeu? E eu tenho visto muitas amigas minhas frustradas, querendo mais tempo pra família, pros filhos... e aí eu digo assim, pô, então não sou só eu!” (Lúcia)

“Então... eu penso em talvez voltar, porque eu tenho dó, não vou falar que eu não tenho dó quando eu penso que, nossa, não foi fácil, não é um vestibular fácil, não é uma faculdade fácil... Então se eu for falar assim:

Pôxa, quanto tempo eu perdi. Meu tio fala: - Quanto tempo você perdeu! Você não pensa em quanto tempo você perdeu? Sabe, perdeu! Mas eu tô tranqüila...é, pois é, e agora tá bom também...”(Camila)

As falas a seguir apontam para o fato de que apesar da importância social que é dada à mulher com uma carreira, as participantes acreditam estar fazendo ‘a coisa certa’, e que o sacrifício de deixar os filhos é maior do que o de deixar o trabalho:

“Às vezes eu paro, eu penso assim: O que que é mais difícil: Deixar as meninas e ficar uma geração toda criada por babá, uma criança que faz o que quer, que come o que quer... Eu acho assim, se os pais conseguem trabalhar, chegar em casa e colocar os limites, e... porque criança precisa, criança precisa de atenção, criança precisa de carinho, criança precisa de limites, precisa de tempo, você precisa conhecer seu filho. Eu acho assim que é simples você ter um filho e jogar na mão de outra pessoa, e o relacionamento acaba perdendo, acaba sendo diferente, você vê, hoje em dia, eu tenho um professor que defende essa tese, de que você faz com os seus pais na velhice o que os seus pais fizeram pra você quando você era criança. Então taí o porquê de tantos idosos abandonados. Porque essa relação foi se perdendo...” (Camila)

“ (sobre gostar da antiga atividade profissional) Muuuito! Muuuito! Mas aquilo não tem mais sentido na minha vida agora. Porquê? Porque aquilo vai me demandar um tempo que eu não disponho mais. Que eu não disponho porque eu não quero dispor, né? Porque tudo na vida é prioridade. Então eu não quero mais virar noite por causa de trabalho, viajar o tempo todo por causa de trabalho...Eu quero algo que me permita dividir o meu tempo honestamente com a minha família, sabe, como um ser humano normal, e não como um ser humano anormal como era antigamente, de ser tudo só trabalho e não ter tempo pra mais nada. Isso eu não quero mais, em hipótese alguma!” (Laís)

Nas passagens acima também observamos uma valorização do ato de se sacrificar pelo bem da família e dos filhos. Esta noção de sacrifício, como apontado por Jablonski (1998), possui conotação negativa na atualidade, já que fere a noção do indivíduo como alguém que sempre se coloca em primeiro plano, alguém que está sempre buscando a auto-satisfação. Este valor, em nossa análise, torna as relações superficiais e enfraquece os vínculos, já que ninguém está disposto a se sacrificar por ninguém. Assim, a partir desses relatos, é possível salientar que o projeto individualista não se realizou plenamente.

Retomando a questão do trabalho, Belkin (2004) observou que o êxodo das mulheres do trabalho pago se deve em grande parte ao fato de que muitas vezes o trabalho não se constitui mais em fonte de satisfação. Ela reflete que no momento em que isso acontece, tornar-se uma mãe que cuida do filho pode ser uma ótima saída. Os dados de Amato ([et al.], 2008), que apontam o desejo que muitas mulheres têm de trabalhar menos horas, ou de não trabalhar, vêm reforçar esta idéia. Na visão de Belkin (2004), a possibilidade que as mulheres têm de fazer pausas, através da gravidez e do parto, e repensar a própria vida, seria um verdadeiro presente da biologia para as mulheres (Belkin, 2003, p. 5).

Esta é uma perspectiva bastante diferente daquela adotada por muitos estudiosos da situação da mulher no mundo atual, que consideram os aspectos negativos da maternidade, pois obriga a mulher a interromper sua vida profissional. Esta visão, a nosso ver, contribuiu para provocar uma desvalorização marcante do universo privado e das vivências femininas ao longo da história. Aqui, estamos considerando-a uma oportunidade que as mulheres têm de se questionar a respeito de suas reais necessidades e de avaliar suas prioridades de vida diante das demandas ininterruptas da pós-modernidade. Assim, como salienta Belkin (2003), à medida que o ambiente de trabalho se torna mais estressante, a porta de saída se torna mais atrativa para as mulheres. Já em relação aos homens, a situação muda de figura. Quando um homem está insatisfeito com seu trabalho, abandonar tudo para cuidar dos filhos e da casa, pode não parecer a saída mais adequada aos olhos da sociedade, que ainda estereotipa os papéis de gênero de acordo com modelos tradicionais.

Os relatos abaixo continuam a ilustrar a insatisfação das mulheres com a estrutura do mundo do trabalho quando pensado em oposição à vida familiar:

“Eu pensava: - Eu tenho meu marido, eu quero ter minha família, então eu quero ficar com ele, eu não casei pra ficar só trabalhando... eu nunca tive a ambição... falando assim, parece até que eu era acomodada, mas... eu nunca pensei em ser diretora, nunca pensei em fazer tudo pra ir até o fim, abrir mão de tudo independente da carga horária, como tem gente que faz... eu já trabalhava de nove às oito, e às vezes tinha coisa pra fazer no final de semana...às vezes tinha reunião que tava marcada pra começar

às seis da tarde e a reunião começava às oito e meia, sabe assim, era umas coisas... pra mim ficou muito pesado(...) agora eu tô começando a pensar no que que eu vou fazer da minha vida pra ocupar as minhas tardes... mas eu não tenho vontade de voltar pro ritmo de trabalho que eu tinha, pra vida que eu tinha... isso já tá claro pra mim.” (Ana Maria)

“ (...) eu tinha muita certeza do que eu queria... ficar com as crianças e depois voltar. E eu tô muito tranqüila com a minha opção, foi a melhor opção que eu já fiz na minha vida! Mesmo que depois eu não consiga voltar pro trabalho ou nenhum outro, mesmo que eu passe a vida inteira sendo dona-de-casa que é o que eu não quero, eu vou ter preferido ter feito essa opção, porque eu vejo o contrário, se eu nunca tivesse tido tempo pros meus filhos, se eu tivesse trabalhado a minha vida toda igual a uma locomotiva até morrer, se você for pensar, o que que você preferia, eu vou dizer que eu preferia mil vezes ser dona-de-casa pra sempre do que ter tido meus filhos, botado na creche e tivesse só trabalhado. Eu ganhei muito mais felicidade, do que eu ganharia no trabalho... com certeza. Ser mãe... sabe, você tem um útero!” (Jaqueline)

Nesta fala, Jaqueline demonstra ser realista diante de suas perspectivas em relação ao futuro. Ela levanta uma questão delicada para as mulheres que, como ela, fizeram a escolha de abandonar a carreira com a intenção de mais tarde retornar: será o mercado de trabalho capaz de reabsorver estas profissionais no momento em que se sentirem prontas para voltar? Será que as oportunidades profissionais permanecerão abertas? Belkin (2003), a esse respeito, diz o seguinte:

If that workplace can reabsorb those who left into a career they find fulfilling, then stepping out may in fact be the answer to the frustrations of this generation. If not, than their ability to balance life and work will be no different than their mothers', after all. (Belkin, 2003, p.6)

A incerteza em relação ao futuro profissional parece não abalar Jaqueline, que relaciona vida familiar com felicidade, o que a difere das mulheres entrevistadas por Rocha-Coutinho (2007), que tenderam a ligar realização pessoal à vida profissional. A frase final: “*Ser mãe... sabe, você tem um útero!*” levanta, a nosso ver, uma questão bastante discutida por Oliveira (1991): a impossibilidade de não se considerar o corpo na experiência feminina de ser mãe, que expõe as mulheres a experiências bastante diferentes das dos homens, levando-as, muitas vezes, a valorizar mais outros aspectos da vida. Em linha de pensamento semelhante, Hérítier, em entrevista a Szutzman & Nascimento (2002),

atribui as diferenças entre os sexos a uma assimetria biológica, entretanto, adverte para o perigo de se fazer esta afirmação, pois, em seu dizer: “Esta assimetria foi vivida social e politicamente em detrimento das mulheres”(p. 261).

Na fala abaixo, Carla declarou, assim como todas as entrevistadas, não se arrependeu da escolha que fez:

*“Eu tô estudando pra concurso público. Eu sou super cobrada pela minha família, eles acham que eu preciso trabalhar, que eu tenho que trabalhar, e eu adoro a minha profissão, gosto mesmo, não pretendo fazer nenhuma outra coisa, sabe. Mas eu pretendo equilibrar, ser feliz, sabe, ter tempo pra fazer também coisas que me agradem sabe, ir na academia, sair com as minhas amigas... então acho que você tem que ter um gancho profissional, mas que não te ocupe o tempo todo. Eu acho que o ideal pra uma mulher que tem filho, principalmente filho pequeno, é trabalhar meio período, sabe, numa boa, **eu acho que você cria o filho pro mundo, mas como você vai apresentar o mundo se você não tá do lado dele?** Eu tenho uma necessidade de ter uma vida profissional, sabe, mas eu não tô nem um pouco arrependida de ter largado pra cuidar do meu filho, eu acho que foi a coisa certa a fazer, sabe. Mas agora vai ser diferente, eu não me vejo mais indo pra Brasília, de Brasília a São Gonçalo, sabe, Nova Iguaçu... Mato Grosso, sabe, eu não me vejo mais fazendo isso...”* (Carla)

É possível, no entanto, perceber que todas as entrevistadas se ressentem, algumas mais do que outras, por terem abandonado a carreira, e que as dúvidas sobre o futuro são fonte de preocupação. Levantamos a hipótese de que a cobrança social para que retornem, talvez as incomode tanto, justamente porque as leva a confrontar-se com o próprio pesar, diante da constatação de que estão realmente abrindo mão de algo importante, conquistado às custas de muito esforço. Faltalhes, contudo, que o mundo do trabalho seja capaz de lhes oferecer a possibilidade de conciliar seu tempo com a vida privada, inquestionavelmente considerada fundamental para sua felicidade.

Jéssica, que antes de ser mãe trabalhava de dez a doze horas por dia, chegou a discutir com o chefe a possibilidade de diminuição de sua carga horária, mas sua proposta foi rejeitada:

“Durante a licença maternidade, eu pensei bastante no que que eu ia fazer, se eu ia conseguir voltar, e cheguei a propor pra empresa um trabalho um pouco flexível...Meu chefe riu de mim!” (Jéssica)

Segundo reportagem da Revista Veja (fev./2003) sobre os dilemas que a mulher contemporânea enfrenta para equilibrar carreira e maternidade, os donos das empresas que contratam mulheres para cargos de grande responsabilidade, como cargos executivos, querem alguém que trabalhe duro, e o que as chefias mais temem em relação às mulheres grávidas é que percam o foco, que passem a priorizar outras áreas que não sejam o trabalho. A consulta feita pela reportagem a 100 das 500 maiores empresas brasileiras constatou que apenas 52% das mulheres em cargos de diretoria, vice-presidência e presidência, têm filhos. A maioria delas, segundo a publicação, está acima dos 35 anos, o que nos leva a crer que estas mulheres abdicaram da maternidade em nome da carreira.

Isadora relata abaixo sua intenção de retornar ao trabalho, influenciada pela experiência de sua própria mãe, que também parou de trabalhar para cuidar dos filhos, deixando escapar uma ponta de preocupação com o futuro:

“Então assim, é difícil, é difícil, é uma coisa importante na nossa vida o trabalho, mas eu acho que compensa. Pelo menos hoje, sim. Eu tenho isso claro na minha vida, eu tenho até o exemplo da minha mãe, então eu tenho plena consciência de que eu não posso fazer a minha vida em função deles, dos meus filhos. Porque a minha mãe escolheu isso, ela gostava da função de mãe, mas em algum momento ela falou que depois que a gente cresceu um pouco, ela podia ter feito alguma coisa alternativa... ela sempre foi estudiosa, ela podia ter feito um concurso... ou tentar abrir alguma coisa, entendeu, mas ela não fez, então ela se ressentiu disso.” (Isadora)

Estas falas revelam sobretudo as tensões envolvidas nas escolhas que a mulher contemporânea precisa fazer ao longo da vida: escolhas conflitantes, que expressam exigências contraditórias colocadas para as mulheres tanto em nível externo como interno, sendo fonte de sofrimento, estresse e diminuição da qualidade de vida.

Segundo os dados de Amato ([et al.], 2008), 35% das mulheres que trabalhavam em período integral relataram que a vida profissional interferia negativamente na vida familiar, relacionando-se com baixos níveis de qualidade na vida conjugal. O trabalho de meio expediente das esposas foi considerado um arranjo mais satisfatório e menos estressante

quando comparado à situação em que a esposa trabalhava em período integral ou quando ela não trabalha.

O sub-investimento que as mulheres casadas e com filhos fazem na carreira seria, na visão de Singly (2007), o resultado das desigualdades de gênero dentro do casamento, das quais as mulheres são as maiores prejudicadas, na medida em que as tornam economicamente dependentes dos homens. Contudo observamos, apoiados na visão de Amato ([et al.], 2008), que a interdependência mútua gerada pela complementaridade de funções aumenta os sentimentos de solidariedade entre o casal, fortalecendo o vínculo entre homem e mulher, tornando-os mais propensos a fazer os sacrifícios que a vida familiar muitas vezes exige. Talvez esta seja a razão pela qual nenhuma das nossas entrevistadas tenha apontado preocupação com possíveis abalos nas conjugalidades, revelando a solidez dos vínculos entre as entrevistadas e seus companheiros. Vale salientar que, de acordo com Singly (2007), na atualidade, esta solidez está muito mais relacionada à qualidade relacional, e não à institucionalização matrimonial.

A questão da complementaridade, no entanto, é vista com desconfiança por Héri-tier, que afirmou, em entrevista a Sztutman & Nascimento (2004), o seguinte:

A complementaridade funciona muito bem para dizer: 'Já que somos complementares, você fica em casa e cuida das crianças e da cozinha e eu saio para a caça ou trato dos assuntos políticos ou da produção'. (Sztutman & Nascimento, 2004)

A autora considera que a complementaridade não implica igualdade, evidenciando um modo de explicação que faz perdurar a assimetria e a desigualdade, fortalecendo a hierarquia entre homens e mulheres. Héri-tier (2002) defende a necessidade de se dissolver a hierarquia, invertendo esta perspectiva, através do seu reconhecimento político, a fim de favorecer as mulheres, que são prejudicadas socialmente em função de sua tendência a priorizar o ambiente doméstico.

6.7. Reengenharia do tempo livre

Associado a uma idéia de maior satisfação pessoal, o tempo livre (para o marido, para os filhos, para os amigos e para si mesmas) foi considerado por todas as entrevistadas como um dos maiores benefícios que obtiveram com a decisão de abandonar o emprego. Tempo, o verdadeiro 'luxo' da vida corrida contemporânea:

“Estar junto, participar das coisas dele, de saber o que tá acontecendo no trabalho, sentar, conversar, me colocar... assim, eu sei tudo que tá acontecendo dentro do trabalho, eu até brinco, quem brigou com quem, que homem não atenta muito assim, pros detalhes do que que tá acontecendo... o que que... que a gente realmente senta à noite pra jantar, a gente conversa, ele me conta... a gente é muito amigo, muito companheiro um do outro... e eu acho isso ótimo. E eu quero poder fazer isso, entendeu?” (Camila)

“Só tem uma condição, eu não tô disposta a trabalhar período integral, isso pra mim já tá claro. Eu quero me dar a esse luxo! Não só pelas crianças. Como o meu marido trabalha muito viajando, eu quero poder ir com ele às vezes, que eu vou de milhas, não pago a passagem... viajar com as amigas... ter uma qualidade de vida, entendeu?” (Isadora)

Para todas as entrevistadas, a maternidade teria contribuído para a percepção de que a vida não se resume ao trabalho:

“(...) parece que a maternidade me modificou mesmo, modificou total. Fez eu descobrir dentro de mim alguma coisa que eu nem sabia que tinha... Antes eu via uma mulher que tinha parado de trabalhar pra ficar com o filho e achava um horror. Falava gente, que dondoca! Credo! Ó, mordi a língua vinte vezes!! Porque eu achava isso ruim. E hoje quando me perguntam eu falo numa boa, parei! Eu tava vivendo numa roda viva, presa naquela vida de só trabalho, trabalho, trabalho! Não que eu me sinta parada. Eu faço coisa pra caramba, tô sempre agitando, organizando festas, almoço, eu tô sempre ativa, mas agora é diferente, se eu quiser ficar um pouco de boréstia, eu também me dou ao direito! Acho que eu descobri como ter prazer com outras coisas na vida, entendeu?” (Isadora)

Para Laís, a possibilidade de uma maior convivência entre os membros da família está relacionada a um sentimento de satisfação e realização familiar:

“A minha prioridade é o meu filho. Eu não deixo de viver, não deixo de fazer unha, não deixo de me cuidar, não deixo de me exercitar, e também não deixo de cuidar do marido! Inclusive a gente viaja sozinho. Desde que o meu filho tinha um ano e meio eu deixei ele com a minha mãe pra fazer a primeira viagem, só eu e ele... então eu tô atenta!(...) a gente tira as férias na hora que ele pode, entendeu, eu não preciso conciliar o meu trabalho com o dele, então tem certas facilidades. A gente consegue viajar às vezes até três vezes por ano, e ele tirando as férias picadas, né... então tudo isso, essa flexibilidade, leva uma família, né, tanto que o meu filho, você vê a estabilidade dele, a segurança dele... tudo isso leva uma família a ser feliz, a se realizar.” (Lais)

“O benefício é justamente poder tá lá com eles o dia todo, nem é o dia inteiro, mas de poder tá ali, poder acompanhar o desenvolvimento, poder pegar na escola, de ver o sorriso dele na hora que ele vê que você tá ali na porta da escola, de... sei lá, brincar no quarto... acompanhar a vida deles de perto, eu acho que isso é o melhor.” (Ana Maria)

Na fala abaixo, Jaqueline relata sua surpresa ao se dar conta de que existe vida fora do trabalho. Assinala também a ‘curtição’ da vida familiar:

*“Eu nunca tinha parado de trabalhar, então foi gostoso ver que existe vida fora da empresa. Às vezes quando eu faço academia num horário esdrúxulo, e vejo vários profissionais liberais... eu vejo que tem... pessoas lá. Antigamente eu pensava que não tinha ninguém que não estivesse trabalhando às onze horas da manhã. Então **foi legal ver que existe vida fora do trabalho**, e foi legal curtir a minha casa, curtir meus filhos... eu acho que o principal foi a curtição, é o mais gostoso. E eu acho que quando eu tiver 80 anos e olhar pra trás eu vou falar pôxa, que gostoso foi eu ter podido parar de trabalhar, eu ter podido curtir aquele momento tão gostoso da minha família.” (Jaqueline)*

A maternidade, no nosso entender, possibilitou às entrevistadas colocar em perspectiva a importância da vida profissional, hipervalorizada nas sociedades capitalistas, além de questionar os valores relacionados ao consumo que regem o dia-a-dia da família contemporânea:

“Eu sempre achei que a vida era trabalhar, e depois que eu parei eu vi que existe vida após o trabalho, e que você pode ser feliz, criando os filhos, óbvio, que ninguém quer passar fome, todo mundo quer ter conforto, mas você pode ser feliz talvez tendo um pouco menos, consumindo menos, porque a gente trabalha trabalha trabalha pra comprar comprar comprar, e às vezes você nem precisa de tanto, e aproveitar mais as coisas da vida sem se sentir culpada, sabe, você pegar um solzinho assim de manhã... coisas simples, e ter uma vida sabe,

porque quando você começa a trabalhar numa empresa, você entra num mecanismo que você acha que aquilo é a sua vida, sabe, e você faz parte... aqueles problemas se tornam a sua vida! E você acha que a empresa ter conquistado tantos clientes... você acha aquilo o máximo! E quando você sai você vê que aquilo não é tão importante assim, e o meu trabalho dentro da empresa pode ser feito por outra pessoa, mas o meu trabalho de mãe não pode ser feito por mais ninguém.” (Jaqueline)

Esta fala reafirma a nossa percepção de como pessoas empregadas em grandes corporações tendem a considerar o local de trabalho como seu próprio mundo, hiperdimensionando as questões da empresa, ao redor das quais gira sua própria vida. Tal atitude leva essas pessoas a investirem menos em outras áreas que são fundamentais para o bem-estar de qualquer indivíduo, como o lazer, a família, as amizades, etc. Mizrahi (2004) analisa que o alto nível de envolvimento do trabalhador com as instituições nos dias de hoje prejudica sobremaneira a vida familiar. A autora observa que as empresas esperam que homens e mulheres mantenham o mesmo padrão de dedicação e desempenho no trabalho, independente do atendimento aos filhos pequenos. Dessa maneira, até mesmo direitos garantidos por lei, como a licença-maternidade, podem ser descumpridos. Numa tentativa de minimizar a culpa por não poderem estar tão presentes na vida dos filhos, os pais buscam preencher esse espaço cercando-os de especialistas e de produtos.

Na fala abaixo, Carla reafirma sua busca na direção do equilíbrio entre vida profissional e pessoal:

“A pior parte é você depender financeiramente de alguém. Essa é a pior parte, mas hoje em dia eu já não vejo essa questão da dependência como tão problemática. Eu voltei a pensar que a mulher pode assumir uma posição dentro da família, de repente não ficar inativa por completo, ter um trabalho que a satisfaça... mas não ter aquela relação... tão forte... e poder se dedicar a outras coisas que de repente a família exige sabe, é poder dar atenção pra um filho, é poder dar um jantar em casa pro marido, pros amigos do marido, fazer aquele trabalho assim do lobby familiar. E eu gosto de fazer isso, sabe, eu fico feliz de poder fazer isso. (...) Poder acompanhar de pertinho, poder participar da escola, das mães, conhecer a professora... e essa parte da vida deles passa tão rápido que não poder acompanhar isso dá uma tristeza, não poder participar, é triste, assim.” (Carla)

“Eu acho que o feminismo foi muito importante, foi necessário, mas eu acho que a gente tem que rever, né, acho que não pode ser radical. Tem coisas que a gente achou que iam ser boas pras mulheres, e não são tão boas. Acho que foi muito pela necessidade, tava naquela época de revolução industrial, um pouco de pós-guerra, então as mulheres realmente precisavam sair pra ganhar dinheiro! Acho que chegou o momento de repensar isso, sabe, será que todo mundo tem que ser independente, sabe, quer dividir tudo, será que todo mundo tem que seguir isso! Acho que as pessoas são casos particulares, né, e se a pessoa tem a oportunidade de ficar em casa é bom pro filho, mas também se a pessoa fica em casa se sentindo péssima, querendo tá trabalhando, vai trabalhar! Porque as pessoas ainda precisam aceitar que as mulheres são diferentes.” (Jaqueline)

Através da fala de Jaqueline retomamos o ponto de vista de Mizrahi (2004), que salientou o perigo de se universalizar os discursos - tanto aquele que diz que o lugar da mulher é em casa, cuidando dos filhos, como o mais novo, e igualmente aprisionante, que acredita que toda mulher deve ambicionar a participação no mundo do trabalho, tal como ele se apresenta. Nosso ponto de vista é que todo discurso aprisiona e empobrece, na medida em que nos obriga a seguir um rumo que talvez não seja condizente com nossa verdadeira inclinação emocional. Por isso, não é capaz de acolher os diferentes modos de ser.

Este movimento de revalorização da vida privada denota um resgate, ainda que restrito a uma pequena parcela da população - uma população privilegiada, é verdade - da importância de se cultivar laços afetivos íntimos, de cuidar daqueles que nos são caros, de cuidar de nós mesmos, de investir em um relacionamento amoroso sem receios de que um dia ele possa acabar, enfim, um resgate da importância daquilo que é realmente importante na vida. Como assinala Oliveira (2003) e Belkin (2004), a vida privada teria sido usurpada pela realidade do mundo capitalista, onde o trabalho é o centro de tudo, onde o homem está a serviço da economia, e não a economia a serviço do homem, onde o valor das relações que não são guiadas por imperativos econômicos - e que, portanto, não geram renda - acaba se perdendo. O sucesso que o mundo capitalista promete cobra um preço alto demais - preço pelo qual muitas mulheres começam a dar sinais de que não estão mais dispostas a pagar. Imaginamos que esse movimento acabe por contagiar também

os homens, afetados tanto quanto as mulheres pela realidade dura do mundo competitivo dos negócios.

Os resultados de Amato ([et al.], 2008), já citados anteriormente, apontam nesta mesma direção: apesar do expressivo aumento da participação de mães e esposas nos EUA entre 1980 e 2000 (de 58% em 1980 para 75%, em 2000), aumentou também o número de esposas que gostariam de trabalhar menos horas ou não trabalhar. A porcentagem de esposas que preferiram “nenhum trabalho” aumentou, de 25 para 34. Correspondentemente, a porcentagem de esposas que preferiram um trabalho de tempo integral diminuiu de 27 para 19. A porcentagem de esposas inseridas no mercado de trabalho que gostariam de trabalhar menos horas ou não trabalhar aumentou de 48% para 59%, entre 1980 e 2000. Amato ([et al.], 2007) observou ainda um ligeiro declínio na taxa de emprego masculina naquele país: Em 1980, 95% dos homens casados estavam empregados, já em 2000, este número caiu para 92%, em função de um aumento da porcentagem de maridos que são donos-de-casa, constituindo-se em 1% da amostra. Esta tendência também é observada por Belkin (2003). De acordo com seus dados, o número de homens casados que cuidam dos filhos em tempo integral aumentou 18% nos EUA no ano de 2003. Segundo Amato ([et al.], 2008), a percepção de que o trabalho interfere negativamente na vida conjugal aumentou de 1980 para 2000, tanto para os homens quanto para as mulheres, notadamente quando há filhos pequenos em casa.

A partir destes resultados é possível concluir que a dedicação intensa ao trabalho interfere na qualidade de vida dos indivíduos, mulheres e homens, e que este movimento de retorno ao lar realizado pelas entrevistadas neste estudo pode ser visto como uma mudança de valores mais ampla na sociedade. Nas palavras de Belkin (2003):

Looked at that way, this is not the failure of a revolution (referindo-se à revolução feminina), but the start of a new one. It is about a door opened but a crack by women that could usher in a new environment for us all. (Belkin, 2003, p.9)

7.

Considerações finais

Este estudo buscou compreender, em linhas gerais, de que modo a mulher atual vivencia a maternidade e o trabalho. A opção de estudar mulheres bem-sucedidas profissionalmente, que tomaram a atitude radical de abandonar completamente a carreira para melhor se dedicar aos filhos e ao lar, se deu em função de que este movimento aponta para um retorno a padrões tradicionais de comportamento; ao mesmo tempo em que pode ser considerado uma grande ousadia, uma vez que vai contra valores cultivados pela sociedade ocidental moderna, na qual estão inseridas. Esta pesquisa vem ainda preencher uma lacuna, uma vez que poucos estudos até o momento se debruçaram sobre este fenômeno.

Os dados extraídos dos relatos indicaram algumas tendências que foram compartilhadas por diversas participantes. Podemos afirmar, de modo geral, que a decisão de se afastar da vida profissional se deu em função de uma percepção de que as demandas do trabalho seriam inconciliáveis com a maternidade, entendida como um ato de entrega e dedicação total ao (s) filho(s).

Nossas entrevistadas não pretendiam entregar os cuidados com sua prole a terceiros, pois acreditam que essa função cabe basicamente à mãe, que não é somente aquela que dá à luz, mas também alguém que educa, transmite valores e interage com os filhos a fim de criar um vínculo forte com estes. Esta visão, ancorada no discurso mais tradicional sobre a maternidade, revela uma revalorização do cuidado como demonstração de amor. Algumas chegaram a criticar mães que dizem amar os filhos, porém não se dedicam a eles, não demonstrando uma 'atitude' amorosa.

Apesar de contarem com ajuda de babás, deixaram claro que participavam do dia-a-dia dos filhos. A possibilidade de se relacionar com os filhos foi vista como um privilégio, um desejo, muito mais do que como uma obrigação moral imposta socialmente. De maneira geral, sentiam que se estivessem trabalhando, estariam perdendo uma fase especial da vida

dos filhos, momentos preciosos, como descreveram, além de fundamentais para o bom desenvolvimento das crianças. Notamos ainda nas falas das mães uma assimilação do discurso psicologizante sobre criação e desenvolvimento, reforçado pela propagação das idéias da psicanálise nas sociedades ocidentais.

Por outro lado, nos perguntamos se esta hipervalorização das funções da mãe, presentes nos relatos, não cumpriria o papel de validar e justificar a escolha que fizeram de abrir mão da vida profissional, também importante para elas.

As participantes mostraram-se mais dispostas a fazer 'sacrifícios' pelas necessidades dos filhos e da família, apontando para uma revalorização de valores familistas, mais tradicionais, em um segmento da sociedade tipicamente mais individualizado.

Observamos uma tendência ao retorno de valores tradicionais na permanência da clássica divisão sexual do trabalho no ambiente doméstico. Embora todas contem com a ajuda de empregadas domésticas, toda a organização do lar e cuidados com os filhos foram consideradas tarefas que cabiam às mulheres. Em relação à divisão das despesas, o homem ainda é considerado o provedor. Mesmo quando as esposas trabalhavam, seu dinheiro era só para suas despesas pessoais (com exceção de uma, que dividia todas as contas).

Observamos, de modo geral, um retorno a um modelo de família tradicional, onde homem e mulher possuem papéis complementares: o homem é o responsável pelo dinheiro, e a mulher, pela casa e pelos filhos. Tal arranjo parece estar funcionando bem para essas famílias. Nos relatos, inclusive, percebemos uma grande resistência das mulheres em voltar ao trabalho – algumas já recusaram propostas para retornar – devido ao medo de que este venha a afetar a harmonia familiar. Refletindo sobre estes dados a partir da exposição de Singly (2007), é possível considerar que esta valorização da família se dê em função de uma necessidade de se buscar as raízes que cresce na medida em que cresce também a individualização.

Este movimento de retorno ao lar, realizado pelas participantes deste estudo, é aqui interpretado como um resgate necessário dos

valores femininos que foram suprimidos no discurso feminista, levando as mulheres a buscarem um acesso incondicional a experiências que a sociedade como um todo – e elas próprias – consideravam como superiores a suas vivências tradicionais. Com isso, ocorreu um abalo na identidade feminina, deixando um verdadeiro vácuo no ambiente familiar, uma vez que os homens não fizeram o movimento inverso.

Neste estudo, foi possível confirmar o que investigações anteriores já haviam revelado: que a experiência de gerar e amamentar um bebê leva a um maior envolvimento da mãe com o filho, na medida em que proporciona à mulher experiências que são diferentes das experiências do homem quando se torna pai. Os intensos sentimentos que surgem na interação mãe-filho durante a gravidez e a amamentação acabam levando as mulheres a se sentirem as maiores responsáveis pelos cuidados com a criança. Nesse sentido, vemos que a procriação acentua as diferenças entre homens e mulheres, uma vez que não se pode fugir de um constrangimento biológico (do corpo feminino, ligado à maternidade) que permanece, apesar das grandes transformações ocorridas nas últimas décadas.

As teorias feministas tinham a intenção de “situar a construção da identidade feminina do lado da cultura, e não da natureza, chegando a negar a importância da diferença biológica dos sexos” (Roudinesco, p.40, 2003). Dessa maneira, as feministas acreditavam estar derrubando os mitos fundadores das injustiças que impediam a liberdade das mulheres. No nosso entender, tais estudos hipervalorizaram a dimensão de construção, desvalorizando a dimensão do corpo. Entretanto, o discurso feminista igualitário esbarrou na persistência de uma especificidade conferida à mulher em função de sua capacidade de procriar.

No presente estudo, estamos considerando que nem todas as disparidades entre homens e mulheres são resultado de preconceito ou opressão. Há que se levar em conta as diferenças biológicas, que devem ser discutidas e respeitadas. Por conta da gestação e da amamentação, a mulher é necessariamente a maior sobrecarregada com a vinda de um filho. Este é um fato que provém da natureza, e não da sociedade. O modo como a sociedade utiliza (e já utilizou no passado) esta informação,

é que pode ser problemático. Pretendemos, a partir destas considerações, criticar as análises puramente culturalistas, que sustentam a idéia de que as diferenças sexuais provêm exclusivamente da socialização e da cultura, e que a eliminação do pensamento patriarcal e machista eliminaria essas diferenças.

Um outro aspecto a ser levado em consideração à guisa dos comentários finais, relaciona-se a uma percepção que tivemos de que a maternidade veio para modificar os valores dessas mulheres, não só em relação ao trabalho, mas em relação a elas mesmas, às suas prioridades, seus desejos, enfim, em relação às próprias vidas.

Toda aquela energia que antes era inteiramente endereçada ao trabalho, passou a ser mais dividida entre os outros aspectos de suas vidas, que se revelaram interessantes, o que teria contribuído para uma sensação maior de felicidade e bem-estar. Quando se tornaram mães, perceberam que viver para o trabalho não fazia mais sentido. Podemos dizer que, assim como as gerações anteriores de mulheres sentiam-se limitadas e oprimidas pelas obrigações dentro do lar, impostas por um discurso antigo, nossas entrevistadas também restringiam suas vidas à dedicação exclusiva ao trabalho, sem espaço para a vida pessoal. O que não as incomodava. Aliás, pode-se dizer que a maioria, com exceção de duas informantes, estava bem satisfeita, até que a maternidade bateu à porta, obrigando-as a rever tudo aquilo que até então acreditavam ser o mais importante.

A nosso ver, foi interessante presenciar os relatos de mulheres de sucesso, vitoriosas na vida pública, orgulho de suas famílias, optando por um caminho inesperado, para muitos ultrapassado, a 'prisão' da vida doméstica, abominada por seus pares (as mulheres de classe média), mas que para elas representava a chance de fazer aquilo que gostariam de estar fazendo, por mais que tenham sido incompreendidas e criticadas pela família, pelos amigos e colegas de trabalho. Com a vinda dos filhos, o trabalho, este sim, passou a ser sentido como uma prisão, um lugar que sugava suas energias, impedindo sua realização pessoal – ligada prioritariamente à vivência familiar.

Talvez seja justamente o fato de que nossas entrevistadas fossem mulheres de sucesso, que não se sentiam na obrigação de provar sua competência, o que lhes permitia maior liberdade para reconhecer sua verdadeira inclinação emocional, talvez não para sempre, mas neste momento específico de suas vidas. Livres para reconhecer a importância da vida privada, a despeito de sua desimportância social. Ou talvez sua auto-estima elevada – associada a uma condição financeira privilegiada – tenha lhes possibilitado questionar as altas exigências do mundo do trabalho e ousar abandoná-lo, diante da percepção de que ele não atendia mais às suas reais necessidades.

Acreditamos ser possível ainda afirmar que a maternidade despertou essas mulheres para uma busca por maior qualidade também nos relacionamentos interpessoais, levando-as a encontrar maior alegria e satisfação do que quando ‘respiravam’ trabalho.

Entretanto, também ficou claro que para essas mulheres, abandonar uma carreira na qual durante tantos anos haviam concentrado todo o seu investimento emocional e intelectual, não era tão simples como algumas quiseram fazer parecer. Esta ambivalência apareceu especialmente no incômodo com as críticas dos amigos, dos familiares e com o desconforto relacionado à dependência financeira do marido – esta última, considerada por todas como o pior aspecto da vida sem o trabalho remunerado.

Embora todas tenham relatado que não se arrependem da escolha que fizeram, sete, das oito entrevistadas, expressaram o desejo de dar prosseguimento à carreira no futuro ou buscar uma outra opção de trabalho que lhes permitisse conciliar seu tempo com a família. Embora o papel de mãe tivesse se tornado sua prioridade, a necessidade de possuírem um emprego que lhes proporcionasse estímulo intelectual ou simplesmente um suporte financeiro que lhes desse maior autonomia foi assinalada por todas as entrevistadas, com exceção de uma, que relatou plena satisfação com sua situação.

Nosso objetivo não é reafirmar o pertencimento da mulher ao lar, mas abrir um espaço de discussão que não encare a vida privada como um castigo, como a causa de todos os problemas das mulheres que,

impedidas de darem continuidade às suas carreiras devido às interrupções que a maternidade impõe, seguem submissas, infelizes e dependentes dos homens.

Estas mulheres que fizeram parte deste estudo retornam ao lar em condições bastante diferentes das mulheres das gerações anteriores: elas optaram por ficar no lar, o que é diferente de se estar no lar por não se ter escolhido. Como possuem boa condição financeira, poderiam entregar os cuidados dos filhos a babás e seguir trabalhando, porém optaram por outro caminho. Como aponta Oliveira (1991), é justamente porque elas fizeram a travessia do mundo dos homens que estariam mais bem situadas para revalorizar o mundo feminino, não como refúgio, mas para repensar sua contribuição para uma nova configuração da convivência entre os sexos.

As mulheres, assim como os homens, não são todas iguais. Enquanto muitas encontram sua realização no trabalho, outras tantas desejam poder viver com orgulho sua maternidade, que é onde sentem mais prazer. E se possuem meios para fazê-lo, por que não? Por que não seguir o próprio desejo? Por mais que este desejo esteja ligado a um discurso antigo sobre a maternidade, ainda assim ele é genuíno. Relembramos que esse era um dos lemas do feminismo: seja livre para seguir seu desejo. Mas o desejo é mutável, ele não é universal, ele é único dentro de cada um. E, atualmente, ele tem sido guiado para a realização profissional, em detrimento da vida pessoal, da intimidade e da convivência.

Um trecho de um artigo de Martha Medeiros, intitulado “Prisioneiros do amor livre”, publicado na Revista do Jornal O Globo, e relançado em publicação recente como uma coletânea dos artigos da autora, sob o título de “Doidas e santas”, sobre as cartas de amor trocadas por Sartre e Simone de Beauvoir, ilustra bem nosso pensamento em relação à maneira como vivenciamos os diferentes discursos sociais:

(...) Sua profunda dedicação ao movimento existencialista, aos estudos e às pesquisas lhes deram a projeção merecida, mas lhes roubaram a chance de desenvolver uma vida amorosa mais espontânea. (...) No final das contas, fiquei com a impressão de que liberdade é um conceito

relativo: quem escolhe ser mulher de um homem só não é menos livre do que a mulher que intenciona ter o máximo de relações possível. Todas as teorias são claustrofóbicas, pois a tendência é sermos engolidos por elas e nos vemos obrigados a seguir um rumo que talvez não seja condizente com nossa verdadeira inclinação emocional. Seguir nosso desejo é o que nos torna livres, e o desejo é variável, mutante, inclassificável – não pode ser considerado moderno ou antigo, é o que é. (Medeiros, 2007, p.130-131)

Transpondo esta idéia para o tema do nosso estudo, consideramos que o discurso feminista é tão aprisionante, tão claustrofóbico quanto o discurso machista, na medida em que leva as mulheres a desejarem se adaptar a seus ideais desprezando, muitas vezes, seu desejo genuíno, que não é universal, nem estático, mas dinâmico e imprevisível.

É importante, contudo, salientar que as mulheres que fizeram parte deste estudo não representam a maioria da população. Como as exigências de consumo tendem a crescer cada vez mais, a maior parte das famílias não pode prescindir do salário feminino, e muitas mulheres das camadas médias e populares acabam fazendo arranjos, seja diminuindo a carga horária de trabalho, ou migrando para a informalidade (Rocha-Coutinho, 2007). A solução, normalmente, é negociada individualmente pelas famílias. Entretanto, é bastante comum nos depararmos com famílias em que marido e mulher trabalham em período integral, deixando um verdadeiro buraco dentro do lar. As redes de apoio às famílias, como creches, babás, e avós, a nosso ver, não são capazes de suprir as necessidades afetivas e educacionais das crianças, especialmente as menores. Vitimizam-se muito as mulheres na situação atual, porém fica claro, no nosso entender, que os filhos são ainda mais afetados pela realidade e por valores da sociedade de consumo capitalista contemporânea, o que torna imprescindível que se tragam os impasses vividos no lar para serem discutidos por toda a sociedade, a fim de que seja possível encontrar modelos mais adequados de articulação entre eles.

A questão central, na concepção de Oliveira (2003), é que não se admite que o cuidado com outros seres humanos, mais frágeis e dependentes, tenha um valor social. Na visão da autora, uma vez

reconhecida a importância da vida privada, esta se tornaria atraente também para os homens. Nesta mesma linha de pensamento, Hérítier, em entrevista a Sztutman & Nascimento (2004), sugere que para que o serviço doméstico se torne interessante e atrativo para ser compartilhado, é necessário conceder-lhe um “atestado de nobreza”(p.266), que lhe dê prestígio e dinheiro. Ou seja, trata-se de buscar a implementação de medidas políticas que impliquem numa mudança do olhar, tais como a licença-paternidade, o que permitiria ao homem se ocupar das crianças, levando-o, progressivamente, a achar interessante trabalhar em casa. Os filhos, por sua vez, ao conviverem mais com os pais, enquanto as mães trabalham, poderiam passar a reproduzir este modelo e influenciar as gerações seguintes. Para que esta e outras medidas possam ser tomadas pelo governo, novamente afirmamos que, primeiro, elas precisariam ser consideradas um problema político, e não uma questão privada. A ênfase exagerada na vida profissional, em detrimento da vida privada, acaba sendo problemática para a própria sociedade, uma vez que deixa em segundo plano a função educativa dos pais, punindo crianças e jovens com o abandono.

Será possível pensar que a valorização da maternidade e dos cuidados que surgiu nos relatos apresentados neste estudo representa um caminho diferente, um movimento no sentido de libertar não só a mulher, mas também a família, da opressão do capitalismo e das exigências de consumo?

A principal idéia do presente trabalho foi a de discutir as questões que se colocam para a mulher contemporânea, relativas ao equilíbrio entre vida profissional e vida pessoal, no momento que se torna mãe. Não tivemos a intenção de buscar soluções, mas propiciar a ampliação do debate acerca do tema proposto.

8.

Referências Bibliográficas

AMATO, P. R.; BOOTH, A.; JOHNSON, D. R.; ROGERS, S. F. **Alone together: how marriage in America is changing**. Boston: Harvard University Press, 2007.

ARÁN, M. **Os destinos da diferença sexual na cultura contemporânea**. Rev. Estud. Fem. Vol.11 n° 2, 2003. Florianópolis. Disponível em: <<<http://www.scielo.br>>

ARAÚJO, M. F. **Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate**. In: Psicol. Clin. [on line] v.17 n° 2. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>

ARAÚJO, C. e SCALON, C. **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

_____. **Um é o outro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

BRUSCHINI, C. **Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado?** Rev. bras. estud. popul. [online], São Paulo, v.23, n°2, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>

_____. **Um é o outro; relações entre homens e mulheres**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BELKIN, L. **The opt-out revolution**. New York Times Company. October/2003 [on line]

CARTER, B. & MCGOLDRICK, M. **As mudanças no ciclo familiar: uma estrutura para a terapia familiar**. São Paulo: ArtMed, 2ª ed., 2001.

COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

DUMONT, L. **Homo Hierarchicus**. Paris: Gallimard, 1979.

_____. **O individualismo – uma perspectiva antropológica da ideologia moderna**. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

DA MATTA, R. **A casa e a rua**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

_____. A família como valor: considerações não-familiares sobre a família brasileira. In: Almeida, A. M. (Org.) **Pensando a família no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/UFRJ, 115-136, 1987.

DATAFOLHA. **Família brasileira: retrato falado**. Out./2007, Folha de São Paulo.

DURHAM, E. "Família e reprodução humana". In: **Perspectivas antropológicas da mulher**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

FREYRE, G. **Casa-Grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

GIDDENS, A. **A transformação da intimidade**. São Paulo: Atlas, 1993.

GOLDENBERG, M. & ROCA, J. **Em busca do amor perdido: um diálogo sobre o casamento entre homens e mulheres espanhóis e mulheres brasileiras**. *Psicol. Clin.*, vol. 20, nº 1, p.183-201, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>

GOODRICH, T.J., RAMPAGE, C., ELLMAN, B. & HALSTEAD, K. **Terapia feminista da família**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

GOUGH, K. **A família - Origem e Evolução**. Rio Grande do Sul: Villa Martha, 1980.

HEILBORN, M.L. **Dois é par: Gênero e identidade sexual em contexto igualitário**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

HÉRITIER, F. (2002). **Masculino Feminino: dissolver a hierarquia**. Vol.2. Porto Alegre: Instituto Piaget, 2004.

HENRIQUES, C. R.; FÉRES-CARNEIRO, T.; MAGALHÃES, A. S. **Trabalho e Família: O prolongamento da convivência familiar em questão**. *FFLRP-USP. Paidéia*, 16 (35), 327 – 336, 2006.

HEWLETT, A. S. **Em busca do tempo perdido**. *Revista Exame/Você S/A*, nº 57, 70-73, 2003.

I.B.G.E. "Algumas características da inserção das mulheres no mercado de trabalho". Em: **Pesquisa mensal de emprego**, Rio de Janeiro, 2008.

JABLONSKI, B. **Até que a vida nos separe: a crise do casamento contemporâneo**. Rio de Janeiro: Agir, 1998.

_____, B. “Afinal, o que quer um casal? Algumas considerações sobre o casamento e a separação na classe média carioca.” In: T. FÉRES-CARNEIRO (org) **Família e casal. Arranjos e demandas contemporâneas**. São Paulo: Loyola, 2003.

KERNBERG, O. F. **Psicopatologia das relações amorosas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

KLEINER, Y. & PACHUK, C. “Sexualidad y conjugalidad”. In PUGET, J. (org) **La Pareja – Encuentros, desencuentros, reencuentros**. Buenos Aires: Paidós, 1996.

LASCH, C. (1977). **Refúgio num mundo sem coração**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LÉVI-STRAUSS, C. (1980). **A família – Origem e Evolução**. Rio Grande do Sul: Villa Martha, 1980.

MIZRAHI, B. G. **A relação pais e filhos hoje – A parentalidade e as transformações no mundo do trabalho**. São Paulo: Loyola, 2004.

NÉRI, R. “O encontro entre a psicanálise e o feminino: singularidade/diferença”. In: BIRMAN, J. (Org.). **Feminilidades**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002.

NUNES, S.A. “O feminino e seus destinos: maternidade, enigma e feminilidade”. In: BIRMAN, J. (Org.). **Feminilidades**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002.

NICOLACI-DA-COSTA, A.M. **O campo da pesquisa qualitativa e o Método de Explicitação do Discurso Subjacente (MEDS)**. Apostila desenvolvida no Seminário “Análise do Discurso”, PUC-RIO, 2006.

OLIVEIRA, R. (1991). **Elogio da diferença: o feminino emergente**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

_____. **Reengenharia do tempo**. Rio de Janeiro: Rocco, 2004.

PAGLIA, C. **Ela tem razão**. Entrevista, Revista Claudia, nº 11, ano 47. São Paulo: Abril, 2008.

ROCHA-COUTINHO, M. L. **Tecendo por trás dos panos**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

_____. “Família e emprego: conflitos e expectativas de mulheres executivas e de mulheres com um trabalho”. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). **Família e Casal: saúde, trabalho e modos de vinculação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

RUBIN, S. & WOOTEN, H. **Highly Educated Stay-at-Home Mothers: A study of commitment and conflict**. "The family journal: Counseling and Therapy for couples and families". Vol.15 n° 4, October, 2007. 336-345. Sage Publications, 2007. Disponível em: <<http://tfj.sagepub.com>>

SALÉM, T. (1989). **O casal grávido. Disposições e dilemas da parceria igualitária**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SAMARA, E. M. **A família Brasileira**. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

SINGLY, F. (2007). **Sociologia da família contemporânea**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SZTUTMAN, R. & NASCIMENTO, S. **Antropologia de corpos e sexos: Entrevista com Françoise Héritier**. Maio/ 2004, Laboratório de Antropologia Social do Collège de France, Paris, 2004.

SZAPIRO, A. M. e FÉRES-CARNEIRO, T. **Construções do feminino pós anos sessenta: o caso da maternidade como produção independente**. *Psicol. Reflex. Crit.*[on line]., v.15, n.1. Porto Alegre, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>

THERBORN, G. **Sexo e Poder – A família no mundo: 1900-2000**. São Paulo: Contexto, 2006.

TOSCANO, M. & GOLDENBERG, M. **A revolução das mulheres: um balanço do feminismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

TRINDADE, Z. A. "Concepções de maternidade e paternidade: o convívio atual com fantasmas do século XVIII". In: Souza, L.; Freitas, M.F.Q.; Rodrigues, M.M.P. (org.). **Psicologia: Reflexões (im)pertinentes**. 1ª ed., v.1, p.129-155, São Paulo, 1998.

_____. **Concepções arcaicas de maternidade e paternidade e seus reflexos na prática profissional**. *Interfaces*, 2 (1), 33-40, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>

VEJA. **Com filhos no currículo**. Ed. 1789, ano 36, n° 6, fev./2003, São Paulo: Abril, 2003.

Roteiro para Entrevista

Data da Entrevista:

Nome:

Endereço:

Telefone:

Idade:

Número de filhos:

Idade (s) do (s) filho (s):

Ocupação/Profissão:

Tempo que está afastada do emprego:

1. Qual a importância da carreira profissional para sua vida?
2. Que motivações a levaram a fazer a opção de abandonar o emprego? (o foco mudou?)
3. Como se sente em relação a essa opção? Quais são os maiores benefícios e quais são os maiores desafios?
4. Que significado possui a maternidade em sua vida?
5. O que pensa sobre o cuidar?
6. Qual é a posição do parceiro em relação à escolha de se afastar do emprego?
7. Como era o posicionamento da sua própria mãe nesse assunto?
8. Quais são seus planos para o futuro?

TERMO DE CONSENTIMENTO

Eu, _____, abaixo assinado(a), colaborador(a) na Pesquisa “**Mulher, Maternidade e Trabalho: Dilemas Contemporâneos**”, desenvolvida no Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, na área “Casal e Família: Estudos Psicossociais e Psicoterapia”, tendo sido informado(a) a respeito do caráter de ensino e pesquisa desta instituição, entendo que os dados por mim fornecidos serão usados apenas em atividades que visem estes fins, tendo minha identidade resguardada, bem como preservados os demais aspectos éticos.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) Colaborador(a)